



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

JULIANA CAMARGO DE FARIA PIRRÓ

**Psicologia em Movimento: Encontro de saberes e fazeres entre psicologia e MST para o cuidado integral em saúde mental do campo**

Maceió  
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOA  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

JULIANA CAMARGO DE FARIA PIRRÓ

**Psicologia em Movimento: Encontro de saberes e fazeres entre psicologia e MST para o cuidado integral em saúde mental do campo**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para a obtenção do grau de Mestra em Psicologia.

Área de concentração: Saúde, clínica e práticas psicológicas.

Orientador: Prof. Dr. Saulo Luders Fernandes

Maceió

2023

**Catálogo na Fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 - 1767

S237e Pirró, Juliana Camargo de Faria.  
Psicologia em movimento : encontro de saberes e fazeres entre  
psicologia e MST para o cuidado integral em saúde mental do campo /  
Juliana Camargo de Faria Pirró. – 2023.  
131 f. : il.

Orientador: Saulo Luders Fernandes.  
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de  
Alagoas. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em  
Psicologia. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 122-131.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil). 2. Psicologia.  
3. Saúde mental do campo. 4. Descolonização. 5. Epistemologias do Sul. I.  
Título.

CDU: 613.86-058.243.4

## AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à Rede de Saúde Mental do MST, espaço integral de cuidado, formação e luta; agradeço principalmente às/os entrevistadas/os, co-labor-adoras/es e co-autoras/es dessa pesquisa. Agradeço também à minha família buscapé, que mesmo na distância geográfica é presença e continência: à minha avó, exemplo vivo de força e sabedoria; à minha mãe, pela conexão de vida e alma, por me instigar desde criança a pesquisar o mundo e por ser leitora fiel das minhas escritas; à meu pai, pela segurança, cuidado e por ser base sólida; à meu irmão, por toda tranquilidade mesmo em meio ao caos; à Tica, fiel escudeira, por me ensinar sobre amor infinito entre seres humanos e não-humanos. Agradeço também à família ampliada que vem me acompanhando nos últimos anos: Marina e Giovana, irmãs que a vida me deu e a quem sou muito grata por tanto; Eder, grande parceiro das jornadas da vida; Polyana, Thais e Bianca, minhas referências e inspirações de vida; à Abu, pelo companheirismo e cuidado cotidiano, pelas leituras infinitas da dissertação em construção e por me ensinar sobre tempo e maturação. Agradeço à Maria e Débora, pela parceria e apoio em meio a um mestrado virtual; à Saulo, pelas viagens partilhadas e (des)orientações; à Graça (PPGPSI), pelo suporte cuidadoso com as burocracias necessárias; à CAPES, pelo financiamento da pesquisa. Agradeço também à Glauceia, pelo cuidado do corpo e mente às terças e quintas-feiras. E, por fim, às diversas pessoas que me acompanharam, em algum momento e de alguma forma, nesses dois anos e meio de pesquisa e produções. Não fazemos nada só.

## **CO-LABOR-ADORAS/ES DA PESQUISA: apresentação das/os entrevistadas/os**

CAMILA MIRANDA, mãe de uma menina, psicóloga desde 2005. Atua com atendimento clínico e neuropsicologia. Contribuiu no GT povos tradicionais do CRP/SP (2018/2019) e na Rede de Psicologia dos povos da Terra (2018/2020). Membro da Rede de Saúde Mental do MST (desde 2020). É militante da Marcha Mundial das Mulheres (MMM). Sonha com um mundo mais justo, com respeito aos povos e à natureza e entende que as transformações são ações coletivamente-críticas.

MARIA CRISTINA ROCHA (Cris Rocha) é psicóloga, mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, psicoterapeuta e interlocutora de Práticas Clínicas, interessada nos movimentos de busca de igualdade e equidade. Tem na indignação um dos propulsores de suas ações e no acolhimento o desfecho das conquistas. Tudo temperado com encontros, trocas, escuta e produção de conhecimento.

CAROLINA SCHÖN MOREIRA é uma mulher descendente de culturas baseadas na oralidade e na contação de histórias. Crescida elasticamente tensionada entre as vivências da periferia e da umbanda; da educação burguesa e cristã. Atua como psicóloga clínica, agente da escuta; como estilista e costureira - agente de identidade e de arte. É integrante da Rede de Saúde Mental do MST e, mais recentemente, militante do MST pela persistência de construir um mundo livre de desigualdades e relações livres de opressão.

RAMAIANA CARDINALI é psicóloga e psicanalista. Possui graduação em Bacharel em Psicologia e Formação de Psicólogo pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Psicanálise e linguagem: uma outra psicopatologia – Núcleo Clínico (PUC/SP). Mestre pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutoranda no Diversitas (Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerância e Conflitos) da USP. Coordenadora da Travessias Clínicas (Núcleo Acesso/Instituto Sedes Sapientiae). Membro da Rede de Saúde Mental e Combate a Violência Doméstica do MST.

JULIA DEMÉTRIO é psicóloga (USP) e especialista em saúde Coletiva e Atenção Primária (USP). Tem experiência profissional na atenção básica do Sistema Único de Saúde (SUS): já compôs equipe multiprofissional em unidades básicas de saúde (UBS) e atualmente trabalha no Consultório na Rua (CnR). É integrante da Rede de Saúde Mental do MST desde 2022.

PAULA SASSAKI é psicóloga e militante da direção estadual do setor de gênero do MST do estado de São Paulo. Realizou a graduação em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), possui especialização *latu sensu* em Educação do Campo e Agroecologia pela Universidade de São Paulo (USP) e mestrado em Psicologia Social (USP). É membro da Rede de Saúde Mental do MST.

LEANDRO AMORIM ROSA é Professor da Universidade Federal do Acre (UFAC). Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Coordenador do Núcleo de Estudos, Extensão e Pesquisa Psicossocial Euclides Fernandes Távora (Nepse) que trabalha junto a movimentos sociais e socioambientais. Compõe a Rede de Saúde Mental do MST.

## BOA HORA

Anda o teu andar sem pressa  
Chega, a boa hora é essa  
Entra  
Puxa essa cadeira  
Tem a tarde inteira

Quase que eu perdi o medo  
Deixa de guardar segredo  
Deita  
Espera amanhecer  
Sabe como deve ser

Traz de volta a claridade  
Parte um sopro de saudade  
Senta  
Deixa de bobeira  
A vida é tão ligeira

A promessa que eu fiz foi diferente  
Pois na volta parece que é mais perto  
Não há jeito melhor que o jeito certo  
Quem quer sombra é melhor jogar a semente  
Quando for dar um passo olhe pra frente

Saiba bem do caminho na largada  
E não vá se perder com tanta estrada  
Não se pode esquecer do objetivo  
Não há laço maior que o afetivo  
Nem amparo melhor que a madrugada

(Alessandra Leão e Juliano Holanda)

## RESUMO

### **Psicologia em Movimento: Encontro de saberes e fazeres entre psicologia e MST para o cuidado integral em saúde mental do campo**

A psicologia brasileira é eminentemente urbana, com suas origens embebidas nas fontes europeias e marcada por parâmetros coloniais que não alcançam a complexidade da nossa realidade. Sua inserção no contexto campesino é recente e apesar dos avanços, a atuação das/os psicólogas/os ainda é pautada no modelo hegemônico, apresentando problemáticas e desafios a serem superados para o cuidado integral em saúde mental do campo. O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa e tem como referência a noção de metodologias colaborativas não extrativistas. O objetivo geral do trabalho é analisar as contribuições da Rede de Saúde Mental do MST para a psicologia e, mais especificamente, identificar as práticas ofertadas pela Rede, compreendendo os desafios da psicologia para o cuidado integral em saúde mental do campo. Para isso, utilizamos os seguintes instrumentos: diário de campo, entrevistas narrativas e processo grupal. O estudo propõe-se em cinco etapas: 1) levantamento bibliográfico e revisão sistemática; 2) apresentação do projeto de pesquisa à Rede de Saúde mental do MST e acompanhamento do processo grupal; 3) entrevistas narrativas com psicólogas/os que compõe a Rede; 4) análise dos processos da pesquisa a partir dos aportes descoloniais das epistemologias do Sul; 5) debate dos resultados e produção de novos caminhos, desenvolvidas a partir do encontro e diálogo com o coletivo de saúde mental da Rede. Propõe-se um exercício de inversão do olhar, no sentido de pensar como a aliança com os movimentos sociais e populações do campo pode contribuir para uma psicologia descolonizada, politicamente territorializada e popular, colaborando para a solidificação de práticas de cuidados em saúde mental críticas e contextualizadas no campo, conforme preconizado pela Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA).

**Palavras-chave:** psicologia, MST, saúde mental do campo, descolonização, epistemologias do Sul.

## ABSTRACT

### **Psychology in Movement: encounter between psychology and the Landless peasants movement (MST) for integral mental health care in the rural area**

Brazilian psychology is eminently urban, with its origins embedded in European sources and marked by colonial parameters that do not reach the complexity of our reality. Its insertion in the rural context is recent and despite advances, the work of psychologists is still based on the hegemonic model, presenting problems and challenges to be overcome for integral mental health care in the rural area. The present study is a qualitative research and is based on the notion of non-extractive collaborative methodologies. The general objective of this work is to analyze the contributions of the MST Mental Health Network to psychology and, more specifically, to identify the practices offered by the Network, understanding the challenges of psychology for integral mental health care in the rural area. For this, we used the following instruments: field diary, narrative interviews and group process. The study is proposed in five steps: 1) bibliographic survey and systematic review; 2) presentation of the research project to the MST Mental Health Network and monitoring of the group process; 3) narrative interviews; 4) analysis of research processes; 5) debate on the results and production of new paths, which will be developed from the meeting and dialogue with the mental health collective of the Network. An inversion exercise is proposed, in the sense of thinking about how the alliance with social movements and rural populations can contribute to a decolonized, politically territorialized and popular psychology, collaborating for the solidification of critical and contextualized care practices in mental health in the rural area, as recommended by the the National Policy of Integral Health of Rural, Forest and Water Populations (PNSIPCFA).

**Keywords:** psychology, MST, rural mental health, decolonization, epistemologies of the South.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA – Agência Nacional das Águas

APS - Atenção Primária à Saúde

ATI - Assessoria Técnica Independente

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CONFREM - Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CT – Comunidades Terapêuticas

ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes

FCT - Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAB - Movimento dos Atingidos/as por Barragem

MST – Movimento dos Trabalhadores/as Rurais Sem Terra

NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família

OTSS - Observatório de Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Fiocruz

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PANC - Plantas Alimentícias Não Convencionais

PEA - Programa de Educação Ambiental

PIMC - Programa Um Milhão de Cisternas

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAISH - Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem

PNSIPCFA - Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo Floresta e Águas

PNSM - Política Nacional de Saúde Mental

PNSIPN – Políticas Nacional de Saúde Integral da População Negra

PPCAC/PE - Programa de Prevenção de Conflitos Agrários Coletivos do estado de Pernambuco

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

RAPS - Rede de Atenção Psicossocial

RMSFC - Residência Multiprofissional em Saúde da Família com ênfase na população do Campo

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

TBC - Turismo de Base Comunitária

TCLE - Termo de Compromisso Livre e Esclarecido

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

UBS - Unidade Básica de Saúde

UC - Unidades de Conservação

UFF - Universidade Federal Fluminense

UNESP - Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFPI - Universidade Federal do Piauí

UPE - Universidade de Pernambuco

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	10
<b>2 DEMARCANDO CAMINHOS</b>	14
2.1 NOS EMARANHADOS DA PSICOLOGIA E DA SAÚDE MENTAL DO CAMPO	14
2.2 EXPERIÊNCIAS CONTRA HEGEMÔNICAS: PSICÓLOGA ‘EM CONSTRUÇÃO’	22
<b>3 A REDE DE SAÚDE MENTAL DO MST</b>	41
3.1 A CONJUNTURA DA COVID E OS POVOS DA TERRA	41
3.2 A ORGANICIDADE DO MOVIMENTO E A REDE DE SAÚDE MENTAL	43
<b>4 ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS</b>	61
4.1 “NOSSO NORTE É O SUL”: APORTE TEÓRICOS	61
4.2 O DESAFIO DA DESCOLONIZAÇÃO DA PESQUISA	65
<b>5 ANÁLISE OU “HUMANIZAR O CAMPO”</b>	74
5.1 ALIANÇAS ENTE OS EXCLUÍDOS E A DESMONUMENTALIZAÇÃO DAS MONOCULTURAS	74
5.2 RESISTIR E (R)EXISTIR: ECOLOGIA DE SABERES E TRADUÇÃO INTERCULTURAL	94
5.3 PRÁTICAS ARTESANAIS EMERGENTES: METODOLOGIA CO-LABORATIVA E CO-CRIAÇÃO	109
<b>6 DES-FECHO: LIMITES, DESAFIOS E SONHOS</b>	118
<b>7 REFERÊNCIAS</b>	123

## 1 INTRODUÇÃO

A história do Brasil é marcada pela opressão de indígenas e negros, os quais constituíram as primeiras levas de trabalhadores explorados. Aliás, o extermínio desses dois grandes grupos populacionais, além da expropriação das riquezas, caracterizou a colonização brasileira (Ribeiro, 1997). Para que haja implicação da Psicologia nesse campo de trabalho, é necessário o reconhecimento da legitimidade da luta dos trabalhadores rurais, bem como uma avaliação histórica sobre a origem da desigualdade social no Brasil (CFP, 2019, p. 45).

Fundada e entranhada no paradigma europeu, a ciência psicológica não escapou das reproduções coloniais, apresentando, assim, não só limites, mas questões a serem repensadas a fim de não reproduzir opressões no cuidar. No Brasil, como na América Latina, ela é eminentemente urbana, tendo suas origens teóricas e técnicas advindas de fontes europeias, e suas práticas - consolidadas no contexto da ditadura militar - aplicadas nos grandes centros urbanos (FERREIRA-MOURA *et al.*, 2019).

Assim, a história da psicologia constitui-se como a história da ciência do controle da subjetividade, por meio do ideal eurocentrado, fundamentado na colonização (GUIMARÃES, 2017). Porém, com a redemocratização, temos um avanço na ciência e profissão: “Em conjunto com outros profissionais e setores progressistas da sociedade, a Psicologia começa a atuar na educação popular e nos processos de conscientização da população. Esse trabalho interdisciplinar era marcado pela participação comunitária na produção do conhecimento” (CFP, 2019, p.50). Para além disso, a implementação das políticas públicas no interior dos estados brasileiros e o movimento de interiorização das universidades públicas – e dos cursos de psicologia – permitiu a ampliação e a popularização da psicologia para além de sua base expropriada. Os dispositivos territoriais permitiram o encontro com outras realidades e outros atores: movimentos sociais, povos do campo, floresta e águas e organizações da sociedade civil.

A Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta (PNSIPCFA) e Águas denuncia as iniquidades presentes no campo, apontando o considerável índice de analfabetos, a grave insegurança alimentar, a falta de saneamento básico e acesso a água potável e encanada, a infraestrutura pública precária e a dificuldade de acesso aos serviços públicos, a maior mortalidade infantil e a dependência dos programas de transferência de renda, o transporte inadequado e escasso, a falta de espaços de lazer, além dos grandes riscos ambientais e as precárias condições de trabalho (BRASIL, 2011). Esse

panorama evidencia a complexidade e especificidade do contexto a que estão expostas essas populações.

Para além disso, a concentração de terras e as desigualdades sociais, frutos do modelo colonizador de desenvolvimento agroexportador, que tem como cúmplice o Estado, impactam negativamente as condições e modos de vida e saúde dos povos do campo, condicionando suas realidades. Essas questões históricas e sociais têm causado danos na saúde mental desta população, na medida em que seu lugar de vida e trabalho é ameaçado permanentemente.

As pesquisas de Dimenstein *et al.* (2016) alertam e discutem como as condições de vulnerabilidade e desigualdade se agravam no meio rural e implicam em desdobramentos subjetivos. Identificam as especificidades e diversos problemas de saúde mental das populações do campo, dialogando com a PNSIPCFA a partir da articulação com questões territoriais, sociais, laborais/produtivas, econômicas e de gênero (CASTRO, 2021).

Apesar da importante contribuição desses estudos acadêmicos (DIMENSTEIN *et al.*, 2016; LEITE & DIMENSTEIN, 2013), principalmente de intelectuais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade Federal do Piauí (UFPI) sobre psicologia, saúde mental e populações do campo, ainda há uma carência expressiva dessa temática no universo acadêmico, principalmente no que confere a atuação da psicologia junto aos movimentos sociais do campo.

É possível observar que apesar de escassos, alguns trabalhos publicados sobre psicologia em interlocução com o MST (ROSA, 2017; DOMINGUES, 2007) ainda se limitam a estudar os determinantes subjetivos dos/as militantes; outros mais amplos e críticos, ancorados na saúde coletiva e na psicologia política, dialogam sobre a determinação social da saúde mental (LEITE; DIMENSTEIN, 2013; DIMENSTEIN *et al.*, 2016, 2020) e sofrimento ético-político (DOMINGUES; ROSA, 2014) em assentamentos rurais.

Assim, se faz urgente implementar estratégias de cuidado para as especificidades e necessidades dessas populações tornando a saúde mental um direito garantido. Para além disso, as comunidades e povos do campo têm muito a nos ensinar sobre como fazer isso, contribuindo também para novas éticas/estéticas/políticas psis: “A interiorização da psicologia e seu encontro com as comunidades tradicionais e seus modos de vida pode tanto abrir caminhos para repensar outras experiências de humanidades não antropocentradas e formas de cuidado coletivas” (...). (FERNANDES; GONÇALVES; SILVA, 2022, p.5)

Diante de sua potência, pela intersecção da psicologia com o MST e da amplitude e singularidade das práticas psicossociais realizadas com as populações do campo, almejamos analisar as contribuições da Rede de Saúde Mental do MST para a psicologia e, mais especificamente, identificar as práticas de cuidado ofertadas, abrangendo o processo histórico da Rede e sua organicidade, a fim de compreender os desafios da psicologia para o cuidado integral em saúde mental do campo. Alinhados às epistemologias do Sul (SANTOS, 2019), apostamos na construção coletiva de saberes contra hegemônicos, para a produção de ecologias de saberes e, assim, alcançar o que poderíamos chamar de cuidado integral em saúde mental do campo.

O presente estudo se justifica por sua relevância científica e pela importância do endossamento na área de saúde mental do campo e da psicologia junto às populações e movimentos sociais camponeses - em contexto de pandemia - ainda pouco explorada. A relevância social desse trabalho se dá pela cooperação na luta e no cuidado ao sofrimento mental das populações e movimentos sociais do campo, visando o fortalecimento das políticas públicas e a implementação da PNSIPCFA; no enfrentamento à criminalização e/ou invisibilidade dos mesmos, avançando no sentido de sanar a dívida histórica para com essas populações.

Ante o histórico de exclusão dessas populações das políticas públicas e da criminalização dos movimentos sociais do campo, se faz urgente a publicação e multiplicação dessa experiência pioneira entre a psicologia e o MST, visando a ampliação do cuidado aos movimentos sociais do campo, que são não apenas vulnerabilizados, mas violentados pelo Estado. Tais movimentos e povos estariam diante de dois tipos de violência elencados por Martín-Baró: a estrutural, enquanto aquela que produz miséria na abundância, e a violência repressiva, enquanto um tipo de violência institucional, aquela praticada pelo Estado. O autor adverte em seus estudos os danos à saúde mental àqueles, principalmente, vítimas de violência (MARTINS; LACERDA JR, 2014). Assim nos questionamos: Quais práticas e alternativas são possíveis para a psicologia nesse contexto?

A relevância dessa pesquisa está na contribuição para a ciência e profissão, mas também para os movimentos sociais do campo enquanto aliança promissora e retaguarda assistencial solidária em tempos de crise política, econômica e sanitária, consequentes (quando não aprofundadas) pelo projeto de governo genocida do ex presidente Jair Bolsonaro. O mesmo, ao operar por meio da violência, polarização e da mentira, ou seja, pelos mesmos

mecanismos apontados por Martín-Baró (2017) para qualificar a guerra, nos alerta não só para a gravidade do contexto que ainda estamos vivenciamos, principalmente os povos do campo, mas para as possíveis marcas e impactos negativos à saúde mental consequentes.

A produção de fundamentos teóricos e práticos que reflitam as realidades latino-americanas deve estar atrelada ao processo de transformação social e política que a psicologia pode proporcionar. E apesar de ser imperativo a democratização do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), com a pandemia, solidificou-se o trabalho remoto, principalmente para a categoria. Sob a orientação e aval do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2020), a oportunidade de diversas modalidades de atendimento remoto por psicólogos/os permitiu a aproximação e construção de redes de cuidado solidárias entre a psicologia e diversos setores, como movimentos sociais do campo, o que foi imprescindível para o surgimento e a consolidação da Rede de Saúde Mental do MST.

A dissertação está organizada em quatro capítulos. No primeiro está parte da fundamentação teórica, intitulado: “Demarcando caminhos”, subdividida em duas partes: na primeira, apontamos os emaranhados da psicologia e da saúde mental do campo; na segunda parte, apresentamos o percurso das experiências contra hegemônicas da pesquisadora e refletimos sobre os limites, desafios e as possibilidades para uma outra psicologia e cuidado em saúde mental com os povos do campo. No segundo capítulo, dividido em dois subtópicos, situamos a conjuntura de Covid e a repercussão da pandemia nos povos da terra, para depois contextualizar e apresentar a Rede de Saúde Mental do MST e sua organicidade, junto às práticas psicossociais desenvolvidas. No terceiro capítulo, está descrito o caminho metodológico da pesquisa alinhado à perspectiva epistemológica das epistemologias do Sul. Desse modo, foi utilizada a abordagem das ‘metodologias colaborativas não extrativistas’ e utilizados os seguintes instrumentos: diário de campo, entrevistas narrativas e processo grupal. No quarto capítulo, intitulado “Análise ou ‘humanizar o campo’” apresentamos a discussão e os resultados da pesquisa. A partir da condensação dos relatos significativos, apresentamos três pontos de análise: I) Alianças entre os excluídos e a desmonumentalização das monoculturas; II) Resistir e (r)existir: ecologia de saberes e tradução intercultural; III) Práticas artesanais emergentes: metodologia co-labor-ativa e co-criação. Por fim, encerramos a pesquisa com as considerações finais compondo o quinto capítulo: “DES-FECHO: limites, desafios e sonhos”. Boa imersão!

## 2 DEMARCANDO CAMINHOS

Eu vim de lá, eu vim de lá pequenininho,  
 Mas eu vim de lá pequenininho  
 Alguém me avisou  
 Pra pisar nesse chão devagarinho  
 Eu vim de lá  
 (Dona Ivone Lara, **Alguém me avisou**)

### 2.1 NOS EMARANHADOS DA PSICOLOGIA E DA SAÚDE MENTAL DO CAMPO

Diante da possibilidade de caber não apenas o conhecimento racional e acadêmico, mas outros modos de pensar e fazer nessa pesquisa, provocamos e desafiamos, nesse capítulo, a academia a sentipensar (BORDA, 1986; ESCOBAR, 2014). Pensar desde o coração e da mente com os territórios, as comunidades e os povos do campo (ESCOBAR, 2014). Não apenas dar visibilidade e valorizar os plurais e profundos conhecimentos e acúmulos dos movimentos sociais e das populações do campo, mas, ao fazê-lo, contribuir com a produção conjunta de outras políticas de conhecimento possíveis (ESCOBAR, 2014). Aqui nos interessa fomentar e fortalecer, enquanto prática psicossocial, a produção de outras políticas de vida e de cuidado com os povos do campo. Para isso, também nos inspiramos na potência dos afetos (FERREIRA, 2009) enquanto modo de conhecimento e na cosmovisão (SANTOS, 2018) das comunidades tradicionais e das populações do campo.

Segundo Carneiro (2012), o campo<sup>1</sup> conta com uma diversidade de elementos: simbólicos, culturais, sociais, ambientais e também produtivos, que influenciam as condições e os modos de vida das populações que lá vivem<sup>2</sup>. Essa diversidade de elementos e de atividades produtivas faz conexão com o urbano, superando a visão dicotômica e binária entre campo e cidade (DANTAS *et al.*, 2020). Embora existam semelhanças e aproximações entre

1 Utiliza-se o termo ‘Campo’ em detrimento à ‘Rural’ respeitando as reivindicações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de outros movimentos sociais camponeses que vêm debatendo os significados e ideologias que envolvem ambos os termos. Para aprofundamento no assunto vide o capítulo: “Saúde do Campo”: reconstruindo as práticas de saúde junto aos movimentos sociais”, no prelo.

2 As populações do campo, segundo a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta e Águas (PNSIPCFA), são todos os povos e comunidades que têm seus modos de vida, produção e reprodução social, relacionados predominantemente com o campo, a agropecuária e o extrativismo: camponeses/as, agricultores/as familiares, trabalhadores/as rurais assalariados/as e temporários que residem ou não no campo, assentados/as e acampados/as, quilombolas, entre outros (BRASIL, 2013).

estes, cada um também guarda suas particularidades socioespaciais e epidemiológicas (DIMENSTEIN *et. al*, 2016).

Na academia, temos produções que fogem do padrão heteronormativo vigente homem-branco-europeu (classe média/hetero/cis). Elas fazem fissura no modelo hegemônico por meio da ampliação e alargamento das possibilidades de escrita acadêmica - não deixando de sê-la. Ao mesmo tempo, combatem a entranha binária, hegemônica e hierárquica da modernidade ocidental. Assim, contribuem para democracia da pesquisa, já que amplia o público de “leitoras-ouvidoras e aprendizes de escritora” (DINIZ, 2012, p. 12), trazendo à tona a dimensão estética, mas também política, pela possibilidade de (auto)biografia à conta-gotas e, portanto, do registro da história pela perspectiva contra hegemônica, de quem resiste.

Colocar no plano acadêmico isso que chamamos aqui de fragmentos poéticos é, portanto, um exercício de resistência epistemológica e política de trazer o cotidiano, a complexidade da vida e das escritas de mulheres infames (OLIVEIRA *et al*, 2019, p.183).

Nesse sentido, ao mesmo tempo que esse capítulo apresenta minha trajetória, ele evidencia a história e percurso da psicologia. Como veremos a seguir estes dois caminhos por vezes se cruzam e se distanciam, ou mesmo nem se quer conseguem se tocar, emergindo desses encontros e desencontros a questão problema dessa pesquisa: como produzir práticas psicossociais no campo que vão ao encontro das necessidades dos territórios?

Fundada e submersa no paradigma eurocêntrico, a ciência psicológica não escapa das reproduções coloniais que nela se amparam. A psicologia enquanto ciência e profissão na América Latina é eminentemente urbana, tendo suas origens e teorias embebidas nas fontes europeias, sendo que suas práticas estão ancoradas nos grandes centros (FERREIRA MOURA *et al*, 2019). No Brasil não é diferente: sua trajetória é marcada, principalmente, pela atuação e produção teórico-prática – com parâmetros coloniais que não alcançam a complexidade da nossa realidade. O surgimento da profissão no país ocorreu em um contexto de urbanização e de investimentos em obras de infraestrutura nos grandes centros, se consolidando no período da ditadura militar (1964-1985) (LEITE; DIMENSTEIN, 2013). Nesse período, a psicologia se prolifera aliada às lógicas psiquiátricas e a psicometria (FERNANDES, 2014).

Nessa corrida competitiva pela industrialização e modernização urbana, as formas de vida e as produções sociais também não escaparam enquanto elementos a serem adequados à nova ordem social. É sob essa égide que a psicologia brasileira se desenvolve, arraigada com

o saber médico e contribuindo com aparatos técnicos-instrumentais de cunho higienista e manicomial (FERNANDES, 2014).

Assim, a história da psicologia constitui-se como a história da ciência do controle, através de teorias e técnicas para controle da subjetividade, por meio do ideário eurocentrado, baseado no expansionismo e na colonização (GUIMARÃES, 2017). A exemplo disso temos as teorias psicológicas, que, nas palavras de Rafael Siqueira, “[...] estruturam o desenvolvimento do psiquismo na ideia de família (eurocentrada), hierarquizando (valorando), num sistema-mundo (QUIJANO, 2005), que se institui por meio de hierarquias binárias (normal/patológico; civilizado/selvagem)”.

Dimenstein (2001) aponta a importância do período de redemocratização do país para as profissões, já que contribuiu com o questionamento das práticas e atuações provocando-as à construção de uma nova sociedade, democrática e de direitos. Nesse sentido, a sociedade civil organizada e os movimentos sociais cooperaram para a revisão e ampliação da psicologia para além da visão normatizadora e psicopatológica, apontando a garantia e a manutenção de direitos como novos caminhos possíveis para a profissão, através da implementação de políticas públicas nacionais.

A criação e implementação de políticas públicas nacionais como o Sistema Único de Saúde (SUS), em 1990, e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, abriu novas possibilidades e frentes de atuação para a psicologia nos diversos serviços socioassistenciais, para além da saúde. Esse processo contribuiu tanto para interiorização quanto para popularização da psicologia, evidentes a partir dos anos 2000, com a ampliação efetiva do mercado de trabalho para a categoria nesse campo. Somado a isso, o movimento de interiorização das universidades colaborou para a inserção da psicologia no campo, já que inauguraram *campi* em cidades de médio e pequeno porte, com modos de vida rurais e interioranos (LEITE; DIMENSTEIN, 2013; FERREIRA MOURA *et. al*, 2019). Somado a isso, desde os anos 70, dentro da própria psicologia, ocorria um movimento ativo e contra-hegemônico da psicologia social crítica, de base marxista e sócio histórica, com o desenvolvimento de trabalhos comunitários e políticos, inspirados na educação popular, na teologia da libertação e na reforma psiquiátrica (FERNANDES, 2014; FERREIRA MOURA *et. al*, 2019).

Nesse sentido, percebe-se uma dominação simbólica operante na ciência psicológica. Quanto mais elementos da modernidade, a exemplo das teorias que reproduzem hierarquias

binárias e eurocêntricas e das ofertas de atendimentos individuais cada vez mais especializados, acompanhando o clima neoliberal, mais moderna e científica, ou verdadeira, é tida a práxis psicológica. Por outro lado, quanto menos elementos da modernidade ela carregar, à exemplo das abordagens de cunho social e político, com metodologias grupais e em composição com as práticas integrativas complementares, dos saberes e fazeres não científicos, menos legítima a prática psicológica se apresenta, colocando-a em um não lugar.

O que propomos nesse trabalho, enquanto ciência e profissão, está deslocado do lugar imposto, conquistado ou mesmo desejado da ciência hegemônica, para o lugar da dúvida, do incerto, em construção. Esse (não) lugar exige a necessidade de presença e firmamento, no sentido de afirmar a todo tempo: o que é e a que veio. Sempre vigiada, passível de críticas e questionamento sobre sua legitimidade, essa psicologia territorializada e em aliança com as populações do campo, nos provoca a ir além do lugar estabelecido pela psicologia como instituição.

O movimento coletivo de corpos e afetos por territórios campestinos repletos de vida e luta, nos convoca, por um lado, a ampliar nossos recursos, romper e, ao mesmo tempo, estreitar (outras) fronteiras. De outro lado, apresenta-se enquanto movimento solitário e conflitante, pois, ao mesmo tempo, evidencia o isolamento em relação aos serviços socioassistenciais, localizados majoritariamente nos centros urbanos, e coloca em questão as jovens práticas e progressivos pensamentos construídos com os pés no chão - despidos da psicologia hegemônica e de amarras institucionais. Tudo isso nos torna coautoras/militantes/profissionais exigentes, já que somos - nós e nossas produções de trabalho e vida - alvo.

Silvia Rivera Cusicanqui (2018) nos alerta sobre a contradição e, mais que isso, o perigo das palavras enquanto registros funcionais repletos de eufemismos que em vez de designar, velam a realidade. Assim, propor uma psicologia que se alinhe a proposta de descolonização, é construir um saber que não comporta só um pensamento ou discurso, mas também, a dimensão prática. Em uma frase: mais que uma teoria, um gesto.

As populações do campo nos ensinam de forma prática sobre a importância do gesto enquanto conhecimento, a exemplo da tecnologia ancestral dos mutirões. Enquanto aliadas/os dos povos e comunidades campestinas, nadamos juntos(as) contra a correnteza (hegemonia) de águas escassas. Sobre essa questão, muitas vezes ausentes e/ou sem tratamento adequado, o não acesso à água escancara a violação desse direito e, conseqüentemente, a negligência (violência) estatal (MARTIN-BARÓ, 2017) para com essas populações. Porém, estas respondem

de forma organizada, coletiva e solidária, através de estratégias alternativas de captação de bicas de água e encanamento pelas próprias mãos das comunidades. A tecnologia dos mutirões é realizada pelas comunidades, vizinhos/as e com o apoio de recursos humanos e/ou materiais de terceiros (instituições/parceiros/as).

Um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e pela Agência Nacional das Águas (ANA) evidencia que 97,4% da água consumida no país está direcionada às atividades ligadas ao agronegócio. Como exploram Fernandes e Macedo (2021), aqui o eterno retorno colonial se atualiza uma vez mais, regado de violência e violações, em nome do desenvolvimento da nação e da civilização. O campo segue sendo colônia da cidade.

Nos caminhos percorridos a partir de uma psicologia pé-no-chão encontramos territórios vivos que, quando habitados cotidianamente, inquietam e mobilizam pelo sensível as questões veladas e, ao mesmo tempo, as violências escancaradas. Estes geram problematização, corresponsabilização e movimento, nos convocando a algo que não está dado, aperfeiçoando o ofício de articuladoras/es de redes e de afetos na elaboração de práticas que nos levam a enredar caminhos. Como afirma Freire *apud* Cusicanqui (2018), a cabeça pensa onde os pés pisam.

Os caminhos dessa trajetória se apresentarão a seguir através da narrativa de cenas de trabalhos aterrados e desenterrados. Estas favorecem a revisitação das experiências e nos apontam tensões, pistas e caminhos para práticas psicossocais do campo. Nos últimos dez anos tenho aprendido a pedir licença, chegar devagarinho e pisar em chãos de muita (r)existência, luta, espiritualidade e afeto. Nessa travessia conjunta, vamos enveredar por territórios indígenas, adentrar nas capoeiras quilombolas, embarcar com caiçaras/ribeirinhos, marchar com o MST e germinar com agricultores/as familiares. Comunidades e povos repletos de conhecimento, história e memória. Modos de vida carregados de saberes, sabores e ancestralidade, que inspiram e ensinam sobre abundância, auto-organização, solidariedade, coletividade e bem viver.

A realidade da vida dos povos tradicionais e camponeses está em consonância com a PNSICFA, que denuncia as iniquidades e vulnerabilidades presentes nesses territórios. Aponta os fatores micropolíticos: o considerável índice de analfabetos, a grave insegurança alimentar, a falta de dispositivos de lazer, de saneamento básico e acesso a água potável e encanada; maior mortalidade infantil e a dependência dos programas de transferência de renda; dificul-

dade de acesso aos serviços públicos e transporte inadequado e escasso (BRASIL, 2013); E os fatores macropolíticos: grandes riscos ambientais e as precárias condições de trabalho, relativos ao modelo de desenvolvimento agrário e privatista (BREILH, 2011).

Não obstante, ao trabalhar nesses territórios lidamos não só com toda a complexidade territorial-política-social-ambiental, mas também com as insuficiências e violências do Estado “mínimo” para uma maioria vulnerabilizada - e um Estado “máximo” para uma minoria privilegiada. Territórios marcados pelo genocídio, etnocídio e epistemicídio sistemático, justificados em nome da civilização, do progresso e da modernização (FERNANDES; MACEDO, 2021). Indicativos de que o projeto hegemônico colonial persiste.

As populações do campo enfrentam dificuldades no acesso aos serviços e políticas públicas, devido a barreiras geográficas e a falta de direcionamento de políticas públicas ao cuidado dos seus (LOUREIRO; COSTA; SANTANA, 2016). A concentração de terras, os grandes empreendimentos e as desigualdades sociais, frutos do projeto colonizador e do modelo de desenvolvimento agroexportador apoiado pelo Estado (SAUER, 2010), impactam nas condições, modos de vida e, conseqüentemente, na saúde dos povos do campo, uma vez que condicionam a realidade social, política e econômica destes. Dimenstein *et al* (2016) descreve alguns dos impactos do modelo de desenvolvimento agrário brasileiro no campo:

O território de mercado monocultural e agroexportador (...) caracteriza-se pela produtividade em larga escala, alto consumo de água, concentração de terra, renda, mecanização, uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes e produção de transgênicos. Fatores que, além de provocarem impactos ambientais diversos como a destruição das paisagens e dos ecossistemas, erosão dos solos, diminuição das reservas hídricas e assoreamentos de rios, poluição das águas superficiais e subterrâneas, também comprometem a segurança alimentar a médio e longo prazos (DIMENSTEIN *et al*, 2016, p. 99).

Além disso, a sede de lucro, pelo mesmo Estado, tem contribuído para o aumento da pressão de rendimento dos trabalhadores, à imposição de condições graves de trabalho e uso de tecnologias sem princípio de precaução insuficientes (BREILH, 2011). O intenso investimento no agronegócio, fruto do capitalismo no campo e sua conservadora modernização (BREILH, 2011), somado ao atual conservadorismo político brasileiro e à má(léfica) gestão da pandemia de coronavírus, acarretou no desinvestimento e cortes de políticas públicas e órgãos de controle social voltados às populações do campo (ex: PAA, PNAE, P1MC, CON-

SEA<sup>3</sup>, etc), vulnerabilizando-as ainda mais. Além disso, tal conjuntura intensificou os conflitos no campo e agravou questões cotidianas, repercutindo indireta e diretamente no extermínio dos territórios e seus povos, como bem nos apresenta Fernandes e Macedo (2021, p.104):

Não podemos esquecer que a busca frenética por crescimento econômico, por meio de, dentre outras estratégias, muito bem aludidas por Viveiros de Castro (2015), de “máquina ecocida (p. 9) do agronegócio exportador e de megaprojetos, para a expansão de suas fronteiras e invasão dos territórios e dos povos originários e tradicionais, além do avanço da contaminação de solos e rios. Estas são as faces do necropoder do Estado em apoio da intensificação e da acumulação capitalista, por meio da espoliação, ao longo dos séculos.

Essas questões históricas, políticas e sociais têm repercussões na saúde mental desta população, na medida em que seus territórios são ameaçados constantemente pelo agronegócio, grandes empreendimentos, especulação, destruição da natureza e pela pobreza, sendo palco de conflitos agrários e lutas constantes por direitos básicos (ABRA; FES, 2021). Esse contexto tem produzido um alarmante quadro de sofrimento psíquico e adoecimentos no campo, tornando urgente um olhar de cuidado para as especificidades e necessidades dessas populações também no que tange à sua saúde mental e o reconhecimento e a legitimação de práticas psicossociais que tratem de compreender os processos coloniais e a repercussão nos processos de subjetivação.

No campo, lidamos com outra faceta dos limites do Estado mínimo: a falta de recursos humanos e materiais, além da escassez de formação técnica e política que deem conta das especificidades do campo (MACEDO, 2017). Os dispositivos intra e intersetoriais são escassos e as redes frágeis devido ao pouco diálogo, falta de corresponsabilização, além de precários vínculos e condições de trabalho. Na saúde mental pública da era Temer à Bolsonaro, nos encontramos num momento de retrocessos e desmontes estruturais: da Política Nacional de Saúde Mental (PNSM), da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e, conseqüentemente, o desinvestimento nos dispositivos psicossociais. Inversamente proporcional, desde 2015, temos o acirramento do financiamento e da parceria com dispositivos manicomiais, como as Comunidades Terapêuticas (CT) e hospitais psiquiátricos (BRASIL, 2017a; 2017b; 2019). Essa conjuntura aponta a urgência e necessária interiorização da reforma psiquiátrica e a implantação do modelo psicossocial de cuidado no campo.

<sup>3</sup>Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Um Milhão de Cisternas (PIMC); Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)

Diante desse cenário complexo, ao mesmo tempo árido e fértil, e a partir das experiências vivenciadas enquanto psicóloga do campo, brotam alguns impasses e desafios para a profissão: por um lado, lidar com a insuficiência, o questionamento e a desconfiança das práticas ofertadas pela psicologia hegemônica, o que nos leva não apenas a problematizar o alcance e a quem serve a profissão, mas também não nos reconhecer enquanto psicóloga/o; por outro, dar margem, confiar e investir em outras composições e (re)conhecimentos da educação popular, mobilização comunitária, articulação de rede, agroecologia.

Nos questionamos se outras tecnologias podem compor a psicologia, ou melhor, a psicologia está disposta e aberta a admiti-las em seu arcabouço? Isso não significa abrir mão dos nossos instrumentos técnicos, específicos, pelo contrário, os atendimentos individuais, avaliações psicológicas, grupos temáticos, psicoterapias, psicodiagnósticos, caixas lúdicas, encaminhamentos e supervisões se mostram importantes instrumentos de trabalho, porém insuficientes enquanto oferta para dar conta do contexto complexo do campo, apresentado acima. Portanto, provocamos a reinvenção dos nossos saberes e fazeres, inclusive dos nossos instrumentos.

Diante desse contexto e dos impasses e desafios emergentes dos encontros com as populações do campo, brotam alternativas estratégicas. Propostas-sementes germinam nesse tecer conjunto com as comunidades e movimentos sociais camponeses por garantia de direitos e qualidade de vida. Nasce novos gestos (CUSICANQUI, 2018) que se apresentam enquanto práticas éticas-estéticas-afetivas-políticas.

Compartilharemos, a seguir, vivências emergentes – e, paralelamente, uma prática autobiográfica a conta-gotas - para o fomento de práticas psicossociais em contextos camponeses: faremos um sobrevoo por experiências potentes, como as oficinas de Farmácia Viva em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e a construção de uma Horta Comunitária com pessoas em situação de rua pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) I de um município rural de pequeno porte no interior de São Paulo. Concebidas do encontro de saberes, mas também a partir de conflitos (partilhados com as/os leitoras), apontam caminhos de um outro mundo possível através do adentramento no campo da experiência, da ética e da estética. Este último possibilita experimentarmos ferramentas fazendo outros usos e composições (criação, reinvenção).

Nesse percurso de construção coletiva, além das cenas, nos desafiamos a apresentar o fato revivido, atualizado pelo olhar de fora, e compartilhamos o desafio que é lembrar e

lidar com o baú das reminiscências, no (re)aprender a contar histórias. Segundo Conceição Evaristo (2017, p. 4-5) na obra *Becos da Memória*, há nesse tipo de escrita o que ela denomina, enquanto processo, de “ficções da memória”. Este se refere ao artifício em que a “[...] memória ficcionaliza lembranças e esquecimentos de experiências vividas. (...) como a memória esquece, surge a necessidade de invenção”. Deste modo, é dado o primeiro passo para o início da trajetória do “ser” psicóloga/o em territórios campestres com a seguinte provocação: é possível outros modos de fazer/saber/ser na psicologia que não estejam em consonância com os preceitos da ciência moderna?

## 2.2 EXPERIÊNCIAS<sup>4</sup> CONTRA HEGEMÔNICAS: PSICÓLOGA ‘EM CONSTRUÇÃO’

A vida se conhece andando  
Então vez em quando é bom se perder  
Perdido fica perguntando  
Vai só procurando  
E acha sem saber  
Perigo é se encontrar perdido  
Deixar sem ter sido  
Não olhar, não ver  
Bom mesmo é ter sexto sentido  
Sair distraído, espalhar bem-querer

(Chico César, **Deus me proteja de mim**)

Meu processo formativo em psicologia ocorreu na Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’ (UNESP), em campus descentralizado, marca dessa instituição pública. A cidade de Assis é um município rural de pequeno porte localizado do estado de São Paulo. Reflexo da interiorização das universidades (LEITE; DIMENSTEIN, 2013), o campus surgiu em meio a ditadura militar (1976) e foi palco de resistência política, organização popular e manifestações artísticas, que ressoam no quadro docente do curso, estruturado na militância política e antimanicomial. Marcado por ser o primeiro curso a ter uma cadeira de gêne-

<sup>4</sup> Para Santos (2019), a experiência é “[...] tanto vida subjetiva da objetividade como a vida objetiva da subjetividade. Como gesto vivo, a experiência reúne como um todo tudo aquilo que a ciência divide, seja o corpo e a alma, a razão e os sentimentos, as ideias e a emoção” (p.125). A partir dessa referência, apresentaremos aqui as vivências práticas e coletivas - com os povos - a partir do lugar da psicóloga.

ro enquanto disciplina obrigatória do plano pedagógico e, à época, um dos poucos a ofertar SUS e Reforma Psiquiátrica enquanto disciplina obrigatória do núcleo comum.

A vivência de ruralidades se iniciava. De chão batido, a avenida de acesso à faculdade, na época, evidenciava os rastros de quem por ali passava: rebanhos de bois, estudantes em suas bicicletas, carros e pessoas compartilhavam aquela longa avenida do sertão paulista. Na faculdade, pass(e)ar pelo bosque e chegar ao prédio de psicologia “por dentro” era o caminho mais corriqueiro. Palco de diversos encontros, reuniões e eventos artísticos, o bosque, com suas mesas e banquinhos de concreto, era o lugar agraciado pelas extensas e permanentes sombras de árvores ancestrais. De múltiplos usos, era também ‘sala de aula’ de algumas matérias, além de sede do grupo de capoeira angola ‘Os Angoleiros do Sertão’.

A vivência de sala de aula ampliada foi o marco inicial da desconstrução da educação bancária e, ao mesmo tempo, da construção da psicóloga em questão: era possível aprender e cuidar com o corpo desinstitucionalizado, em roda e de pés descalços. Presságios que reverberariam, posteriormente, na ampliação do *setting* terapêutico para atendimentos embaixo de pés de pau, alpendres e em quintais produtivos: pontos de apoio alternativos para garantia do acesso à saúde às populações do campo diante das barreiras geográficas e da distância dos serviços públicos.

Enquanto universidade pública, a oferta extrapolava o currículo básico. A amplitude de estágios curriculares, a diversidade dos projetos de extensão, a organização de eventos interdisciplinares, participação em congressos locais, estaduais e nacionais e o exercício da representação discente em departamentos da psicologia marcaram a formação acadêmica interdisciplinar e contribuíram para a ampliação do olhar, dos saberes e fazeres. Ao mesmo tempo, a representação discente no Centro Acadêmico e a auto-organização em coletivos autônomos universitários e civis, colaboraram para a desconstrução da visão e reprodução de práticas psicológicas hegemônicas.

Para além da experiência clínica no SUS e na clínica-escola, foram realizadas intervenções psicossociais na cidade através de diversas linguagens artísticas (estêncil, poemas, lambe-lambe); prevenção e promoção de saúde por meio de oficinas artísticas e culturais com crianças e adolescentes em instituição filantrópica de contra turno escolar; estreitamento da relação campo-cidade pela organização e implementação, em parceria com o MST, de cesta agroecológica (com verduras, frutas e legumes) na universidade. A experimentação de diversos saberes e fazeres e o cuidado atrelado ao diálogo com diversas gerações e conhecimentos

desafiavam nossas práticas enquanto campo psi. Tais propostas reluziram a potência da aliança com os povos da terra. Ao mesmo tempo, tais experiências acionavam a mesma dúvida e deslocamento: tais produções eram do campo do saber e da prática da psicologia? por quê tais experiências aparentavam ser “menos psicologia”?

Leite e Dimenstein, (2013) em seus estudos sobre a psicologia e contextos rurais, apresentam problemáticas e desafios ainda a serem superados pela categoria, sem deixar de reconhecer as contribuições e os avanços da profissão. Entre as questões apontadas, encontramos a atuação das/os psicólogas/os ainda pautada no modelo hegemônico da profissão (clínica privatista e psicodiagnóstico), independentemente do local, das populações e das demandas por estas apresentadas.

Para além da insuficiência de suporte técnico, teórico e gerencial (MACEDO; SILVA, 2017) a que estão sujeitas/os as/os psicólogas/os que atuam no campo, tal visão impacta negativamente nas possibilidades de atuações e produções outras – que levem em conta as especificidades do campo - por serem questionadas ou não reconhecidas, até pelas/os próprias/os psicólogas/os que o fazem, enquanto práticas da categoria. Na contramão, Macedo e Silva (2017) validam algumas possibilidades:

As articulações dos serviços investigados com outras políticas e programas também presentes no território ampliam enormemente as possibilidades de trabalho e de intervenção profissional em contextos rurais. Especificamente no caso de psicólogas/os, estas/es poderiam contribuir com outras/os profissionais e programas para fortalecer o desenvolvimento territorial de determinadas localidades, a partir das ações acima mencionadas, além de compreender e evidenciar aspectos relacionados às dimensões culturais e simbólicas referentes a rural (FUINI, 2011). São contribuições que ajudariam a incorporar nas ações de planejamento territorial elementos relacionados às identidades, às representações sociais, a produção de sentidos, mas também regras sociais, atitudes, valores, sociabilidades, dentre outros fenômenos ou processos psicossociais, que podem influenciar no fortalecimento da participação comunitária e organização sociopolítica dos grupos humanos que se fazem expressar sobre esses territórios (p. 150-151).

A necessidade de fissura nesse sistema hegemônico da ciência psicológica ainda se faz presente e é condição *sine qua non* para romper com a realidade de insegurança e limitação da atuação da psicologia no campo. Por outro lado, a diversidade de ações possíveis a partir da visão ampliada do conceito saúde mental e do modelo psicossocial – fruto do Movimento da Reforma Psiquiátrica brasileira - aponta para a superação dessa área como campo restrito do saber e da prática da psicologia ou de um núcleo específico (CAMPOS, 2000). Essa necessidade interdisciplinar para um cuidado integral em saúde mental corrobora

também para o deslocamento do campo específico da psicologia para uma dimensão coletiva e interativa com as diversas áreas, refletindo em um trabalho mais dialógico e, conseqüentemente, integral.

A imprescindibilidade de outros saberes e fazeres repercute na busca ativa de entidades públicas, movimentos sociais e da sociedade civil enquanto parceiros, na ampliação das práticas, indo além de testes, avaliações, psicodiagnósticos e caixas lúdicas, mas também na edificação de uma caixa carregada de poesia, dança, literatura, capoeira, elementos culturais e instrumentos musicais (ALVES, 2002). As oportunidades no período da graduação refletiram a importância do incentivo e financiamento, pelo governo brasileiro, na ciência e tecnologia. Fruto desse período foram os convênios internacionais e o surgimento de programas específicos (ciência sem fronteiras) para a experiência de estudo no exterior e vivência internacional.

Nessa conjuntura, realizei intercâmbio de seis meses com bolsa de estudos na Universidade de Santiago de Compostela – Espanha, o que permitiu contato com outras psicologias, linguagens e culturas, ampliando meu olhar e recursos, mas também o contato com o colonialismo europeu, através da xenofobia pela condição de pertencimento ao grupo que Boaventura de Sousa Santos (2019) denomina de “sul global” apartados pela linha abissal, como destrincharemos mais à frente. Ao mesmo tempo, tal experiência e distanciamento possibilitou um olhar estrangeiro para o Brasil e a valorização e sede de brasilidades (cultura, territórios, povos, natureza, direitos e lutas).

A participação, durante o período das últimas férias universitárias, no “O Caminho do Sertão”, caminhada eco-política-literária proporcionada na região do Vale do Rio Urucuia, em Minas Gerais, foi marco inicial da primeira imersão com as populações do campo em seus territórios ancestrais, de luta e resistência. A largada foi dada da Vila de Sagarana, povoada por aproximadamente 600 habitantes, local histórico e político: segundo assentamento da reforma agrária implantado no estado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de Minas Gerais, em 1973. Durante uma semana, caminhávamos 8km por dia, percorrendo cerrado adentro e nos aconchegávamos na casa dos/as agricultores/as familiares que partilhavam seus quintais, casas e cozinhas – além de afeto e saberes - para pouso e acampamento. Pistas para uma psicologia com os pés no chão, feita coletivamente no e com o território.

Nas noites escuras e frias, as/os moradoras/os contavam histórias naquelas terras áridas e quentes: palco de conflitos com fazendeiros e militares, mas também da conquista do direito à terra para quem dela vive e cuida. A riqueza cultural, os festejos, a natureza, as relações comunitárias e as práticas de cuidado permeavam as narrativas e brilhavam nos olhos de comunitários/as e dos/as caminhantes. O fortalecimento individual e comunitário, a apropriação da identidade, dos modos de vida e da cultura, além da organização social se apresentavam enquanto fatores de proteção em saúde mental.

Com Dona Geralda, entre outros/as, aprendemos na prática que a formação se dá nas comunidades tradicionais e com os povos do campo, indo além dos muros dos espaços formais de ensino (escola, universidade e instituições educativas). As mestras e mestres dos saberes e fazeres populares eram nossas/os facilitadoras/es de conhecimento. Foi a primeira oportunidade de aprender sobre os povos (GUIMARÃES, 2017). Interiorizamos o lema: “*contando histórias, refazemos a nossa*”. Para além da psicologia, fui despertada e sensibilizada à dimensão do cuidado na convivência com as comunidades tradicionais. A busca pela ancestralidade e os usos de plantas medicinais e dos cuidados populares em saúde revelaram outra lógica e, mais do que isso, outro sistema de cuidado. A fitoterapia e a espiritualidade também foram incluídas à caixa de ferramentas.

### **Saúde mental do campo: abrir precedentes**

A primeira experiência laboral foi também formativa no Aprimoramento em Saúde Mental e Saúde Pública, programa de pós-graduação ofertado pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo com carga horária prática de 40h/semanais em serviços da Rede de Saúde Mental. Profissional-aprimoranda em um CAPS I no pequeno município rural de São Paulo, Cândido Mota, de aproximadamente 30.000 habitantes. Experienciamos, com as/os profissionais do serviço, algumas práticas e conceitos psicossociais tão caros à reforma psiquiátrica brasileira: apoio matricial, visita domiciliar, reunião de equipe, oficinas e grupos terapêuticos, redução de danos, geração de renda, atendimento compartilhado e participação popular. Vivenciamos, por um lado, a clínica ampliada na prática, e, por outro lado, o desafio da acessibilidade, as amarras institucionais e a insuficiência dos recursos humanos e materiais, dificultando o cuidado integral em saúde mental do campo.

Durante esse período, realizamos intervenções semanais na praça da cidade aos usuários que faziam uso abusivo de álcool e outras drogas – seria um incipiente Consultório na Rua (BRASIL, 2011)? As manhãs de terça-feira iniciavam com um café da manhã coletivo cheio de histórias, “causos”, diversão, algum atrevimento – questão de gênero - e muito afeto. Nesses encontros de redução de danos fomos conhecendo seus modos de vida, formas de cuidado coletivo e de organização. Para além dos usos e abusos de drogas, encontramos pessoas e nos permitimos ser pessoas, nos despidendo da performance do suposto saber, a que muitas vezes se submete a/o psicóloga/o, criando uma distância entre ambos.

A garantia de saúde mental do campo passa pela possibilidade de exercer também o direito à cidade e ao mesmo tempo, pelo fortalecimento da identidade com a terra, e, para alguns, no exercício de desterritorialização. O percurso enquanto caixeira viajante, a partir de vínculos trabalhistas firmados no campo, iniciou em 2015. De volta à região do Urucuia de mala e cuia, a composição da equipe transdisciplinar de produção da segunda edição do “O Caminho do Sertão”, realizada de forma autônoma - a partir da construção de uma campanha de financiamento coletivo – foi executada em parceria com a associação comunitária da vila de Sagarana. A primeira experiência fora da saúde pública e enquanto sociedade civil organizada, fundamos o coletivo Ecos do Caminho, experimento de auto-gestão e transdisciplinaridade, composto por alguns ex-caminhantes interessados e, através da memória afetiva planejamos – a partir das demandas locais e das nossas formações e acúmulos - oficinas nas comunidades, com o foco nas crianças, adolescentes e professoras/es.

Após os meses de imersão cultural em territórios cerratenses tornamo-nos vizinhos assíduos de raizeiros/as e benzedeiros/os. Apreciávamos a castanha de baru, as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) e passar tardes de prosa com moradores e moradoras locais em seus quintais produtivos, aprendendo sobre abundância, solidariedade, agroecologia e práticas populares de saúde. Conhecemos artesãos e artesãs experientes, apreciamos o tear das bordadeiras, os cantos e encantos que embalam cada ato de tecer e contribuimos na construção e acompanhamento do Projeto Ser Tão Raízes: Espécie, Pessoas e Cerrado. Mais um projeto da associação da Vila de Sagarana, tinha como objetivo difundir os saberes de raizeiros/os, benzedeiros/os e artesãos/ãs do sertão mineiro no Vale do Rio Urucuia/MG e promover geração de renda para as comunidades locais com a formação e produção de fitoterápicos. As fronteiras entre a arte e a ciência moderna, razão e emoção, objetividade e subjetividade foram ficando cada vez menores.

A imersão e imensidão do sertão mineiro nos apresentou um Brasil de riqueza sem igual, sobressaliente em paisagens, natureza, povos, culturas e conhecimentos. Desconstruímos a visão fatalista sobre as comunidades e populações rurais como aquelas que vivem na pobreza ou em um passado saudosista, evidenciando apenas as vulnerabilidades e fatores de risco. As experiências permitiram compor e endossar projetos e ações enquanto núcleo<sup>5</sup>, sem a pretensão de monopolizar, centralizar e controlar vidas e corpos.

À psicologia, enquanto profissão, cabe endossar os fatores de proteção em saúde mental do campo, compreendendo a saúde para além da mitigação e atuação nos riscos e vulnerabilidades. Para isso, é preciso olhar e ver, como nos ensina Chico César (2008), ou seja, caminhar nos territórios e escutar distraidamente as comunidades e os povos para entender suas demandas e necessidades. Do contrário, a psicologia hegemônica, pela posição conquistada e segura, reproduz muitas vezes modelos e/ou adequa pessoas às suas teorias e instrumentos, repassando e atropelando as especificidades das populações e de seus contextos.

A segurança instrumental e teórica da psicologia enquanto ciência, contribui para uma atenção autocentrada e uma escuta aplicada a partir de categorias impostas e importadas (ABRAPSO, 2017). Nesse sentido, o desconforto com a psicologia hegemônica e a insegurança pelo lugar de uma psicologia outra, nos possibilita uma atenção e escuta descentralizadas. Ao ‘andar distraído’ nos permitimos mais naturalmente a refletir e ‘se perder’ com os povos e comunidades, conectando com seus territórios e modos de vida. Essa (re)conexão vai mais além, pois aguça o sexto sentido e provoca a psicologia a lidar com as cosmovisões dos povos e comunidades (SANTOS, 2018).

### **Enredando caminhos, aprimorando ferramentas**

A formação de Educadores Populares em Saúde (Fiocruz) e em Facilitação em Educação Permanente em Saúde (ENSP/Fiocruz), seguida do trabalho de tutoria no curso de extensão “Integração de Competências no Desempenho da Atividade Judiciária com Usuários e Dependentes de Drogas”, (USP/SENAD/MJ), acendeu a educação popular e a educação permanente como tecnologia indispensável a uma ecologia de saberes junto a psicologia.

<sup>5</sup> Nos apoiamos aqui na discussão de Campos (2000) sobre núcleo e campo. Núcleo demarcaria a identidade de uma área de saber e de prática profissional; e o campo, um espaço de limites imprecisos onde cada disciplina e profissão buscariam em outras o apoio para cumprir suas tarefas teóricas e práticas (CAMPOS, 2000).

A educação permanente é uma estratégia do SUS para a qualificação e transformação das práticas de saúde e autogestão. Por meio da integração entre ensino e serviço, propõe uma reflexão crítica no/do trabalho, apostando na aprendizagem significativa para uma formação diferenciada, a partir da realidade das equipes (BRASIL, 2009). Já a Educação Popular em Saúde promove o cuidado com base na valorização dos saberes, no diálogo, na amorosidade, no interconhecimento e na problematização:

Propõe uma prática político-pedagógica que perpassa as ações voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a partir do diálogo entre a diversidade de saberes, valorizando os saberes populares, a ancestralidade, o incentivo à produção individual e coletiva de conhecimentos (BRASIL, 2013).

Com estes horizontes em vista, percorro a experiência enquantoicineira no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) Pietá, situado na zona rural do município de Sorocaba (interior do estado de São Paulo). O projeto intitulado “Farmácia Viva”, com metodologia inspirada na Educação Popular em Saúde, proporcionou durante três meses a criação e/ou fortalecimento de vínculos comunitários, autonomia e o cuidado de mulheres do campo em vulnerabilidade social. A identificação de plantas medicinais *in loco*, as oficinas e partilhas sobre formas de uso destas e agroecologia, para além da produção de fitoterápicos, contribuíram para o resgate de saberes e fazeres tradicionais, associando saber popular, científico e cuidado comunitário. A educação popular e as práticas populares em saúde evidenciaram ponto de intersecção com a dimensão da espiritualidade.

A agroecologia se tornou inspiração e aspiração para uma psicologia outra pela possibilidade de mutirão de saberes e coletivização de fazeres. O projeto contribuiu com a desmedicalização da vida, o fortalecimento de mulheres e possibilitou autonomia financeira. A geração de renda e a economia solidária se mostraram alternativas coletivas democráticas para a comercialização de produtos. Encontros de ancestralidade, partilhas de forças, conhecimentos e afetos em espaço seguro, que acolheram as fragilidades e traumas advindos de vidas marcadas por violações e violências. A educação popular em saúde e a agroecologia demonstraram ser ferramentas interessantes para o cuidado das populações do campo.

Posteriormente, a ocupação de vaga provisória de psicóloga em um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil II (CAPS II II), na periferia da zona norte de São Paulo permitiu aprofundar algumas tecnologias já experimentadas. Outro trabalho foi desenvolvido em contexto urbano: a experiência em Equipe Multiprofissional (desmonte do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), alocada em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) em São Pau-

lo/SP. Nos serviços urbanos - em detrimento dos rurais - as caixas de ferramentas da psicologia se mostraram ainda que abundantes, insuficientes quando desarticuladas e restritas às quatro paredes das instituições. Uma vez mais, as crianças e adolescentes evidenciaram a obrigação de se ter uma caixa de brinquedos com objetos “inúteis”, usados pelo prazer e alegria que desencadeiam. Segundo Rubem Alves (2002), as duas caixas (de ferramentas e de brinquedos) se complementam, uma vez que servem para não apenas sobrevivermos, mas sobrevivermos com alegria. Mais um desafio (a caixa de brinquedos) para usuários/as, trabalhadores/as e gestores/as.

### **Em formação**

Foi durante a entrada no primeiro programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família com ênfase na população do Campo (RMSFC), no agreste pernambucano, que me fez reconhecer o percurso como psicóloga do campo. Fruto da parceria entre Universidade de Pernambuco (UPE), MST, Movimento Quilombola da Região de Garanhuns e Coletivo Grão de Saúde do Campo, desenvolvida nos municípios de Caruaru/PE e Garanhuns/PE, a RMSFC tem como território de atuação áreas campesinas com foco em acampamentos e assentamentos da reforma agrária e comunidades quilombolas.

A interlocução entre universidade, trabalhadoras/es da saúde pública, movimentos sociais do campo e populações do campo, desde o fundamento da residência até a ponta - com militantes dos movimentos na coordenação técnica da equipe multiprofissional de residentes - se mostrou frutífera e potente para ambos os lados. A horizontalidade dos saberes desde a idealização e gestão, até a ponta.

A Residência surge como estratégia de educação permanente de trabalhadores no Sistema Único de Saúde (SUS) e de fortalecimento da luta pela implantação das Políticas de Saúde Integral População Negra (PSIPN) e da PNSIPCF. Experiência pioneira provocada pelas necessidades de assistência à saúde da população que, historicamente, teve seus direitos de acesso às políticas públicas negados, num país onde a estrutura fundiária escravocrata, repleta de latifúndios, determina a concentração de poder político-econômico, conferindo à população do campo condições precárias de vida, como exposto acima.

Em Caruaru, atuamos enquanto NASF de três UBS situadas em distritos rurais há aproximadamente 30km de distância do centro da cidade, em que abrangiam três assentamentos da reforma agrária, um centro de formação do Movimento e um acampamento do MST. As idas cotidianas de transporte alternativo (“Toyota”) e o desembarque no meio da estrada (PE-232), seguidas de caminhadas até os postos de saúde, confirmavam mais uma vez o desafio da acessibilidade e da insegurança vivenciados pelas populações do campo em suas mais diversas amplitudes.

A assistência em saúde mental na Atenção Primária à Saúde (APS) era um desafio solitário, muitas vezes adentrávamos na atenção secundária, já que os Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e outros dispositivos de cuidado (ambulatorios, consultório na rua e centros de convivência) se encontravam em falta na rede, ou exclusivamente no centro da cidade. Os horários de acolhimento e/ou das consultas nos serviços não consideravam a esporadicidade dos transportes alternativos, os modos de vida e/ou a condição financeira das populações do campo, tendo seu direito à saúde negado. A partir disso, questionávamos a quem serve a psicologia e o porquê da ausência das populações do campo nesses espaços essenciais para o cuidado em saúde mental.

De visita em visita domiciliar, fomos conhecendo as diversas pessoas e territórios, suas especificidades, potências e fragilidades. “Vida se conhece andando”, afirma o poeta Chico César (2008). Nos assentamentos e acampamento, o *setting* era um pé de pau com sua generosa sombra, um quarto ou o alpendre. Nos quintais produtivos, produzíamos subjetividades e se compartilhava sobre espiritualidade e práticas de cuidado populares. Evidências de uma rede autônoma de saúde, que se faz com tecnologias humanas e não humanas. Seria possível um diálogo de saberes entre a rede pública de saúde e a rede popular?

A saúde se transformava na porta de entrada para a garantia de outros direitos e políticas públicas. Nesse processo de escuta, implicação e garantia de direitos, junto à psicóloga e educadora popular, desabrochou a articuladora de redes e afetos, atribuição imprescindível ao ofício dessa outra psicologia que se implica com o sujeito em sofrimento, sua rede de apoio e com entidades da sociedade civil e do Estado. Já me perdia, vez ou outra, entre aos diversos e fundamentais conhecimentos vividos nesta ecologia de saberes. Como nos (en)canta Chico César (2008), “vez em quando é bom se perder Perdido fica perguntando Vai só procurando E acha sem saber”.

A proximidade com o MST permitiu a ampliação do olhar para a saúde através do lema do Setor Nacional de Saúde do Movimento: “Saúde é a capacidade de lutar contra tudo aquilo que nos oprime” (MST, 2021, s/p), que está em consonância à concepção de Determinação Social da Saúde (DSS). Essa perspectiva, segundo Almeida-Filho (2010), Breilh (2011) e Dimenstein (2016), compreende a saúde a partir da relação complexa com as formas de organização da sociedade, de sua estrutura social e econômica, entendendo que esta subordina a dimensão natural da produção da saúde-doença-cuidado, produzindo e reproduzindo desigualdades que reverberam na doença e morte das populações. Fasanello sintetiza tal perspectiva a partir dos autores correlatos:

A determinação social da saúde baseia-se na importância das desigualdades, inequidades e iniquidades sociais para a compreensão dos processos saúde-doença numa dada sociedade ou coletividade (ALMEIDA FILHO, 2010). (...) a concepção da determinação social da saúde está relacionada a sociedades em que haja concentração de poder em função de processos históricos de exploração, subordinação e discriminação (BREILH, 2006). (...) permite revelar como certas abordagens da saúde pública deixam de questionar os procedimentos de produção e reprodução das iniquidades – as desigualdades sociais negativas, injustas e evitáveis - e suas manifestações no campo da saúde (FASANELLO, 2018, p. 40).

Imergimos nas atividades do Movimento e propusemos outras: integramos a equipe de saúde da Marcha Estadual do MST (2018); representamos o Coletivo Estadual de Saúde do MST de Pernambuco na III Feira Nacional de Reforma Agrária (2018) em São Paulo; ofertamos um ciclo de três Oficinas de Educação Popular em Saúde Mental no Centro de Formação ‘Paulo Freire’, de caráter formativo e, concomitantemente, terapêutico; participamos das brigadas de solidariedade estaduais enquanto profissionais de saúde e dos cursos de formação básica no Movimento. A cada evento aprendíamos metodologias participativas de mobilização e organização comunitária, práticas de cura, formações interdisciplinares, autonomia, além de aproximarmos das especificidades das populações do campo. Apostas em uma psicologia territorializada, política e horizontal, que se entende enquanto parte e compõe com outros saberes e fazeres.

A RMSFC, inspirada metodologicamente na Pedagogia do Movimento, organizava os módulos de formação de acordo com a pedagogia da alternância e a organicidade do MST. O programa contribuiu na assistência direta dos/as trabalhadores/as rurais, se configurando uma potencialidade para o MST. E este incidiu positivamente na formação técnica e política dos residentes através do aprendizado de diversas práticas populares em saúde, do fomento à participação ativa (protagonismo e autonomia) e controle social – qualidades necessárias para a

garantia e efetivação de direitos. Efeito disso foi a organização do I Seminário Municipal de Saúde da População do Campo de Caruaru, em que foi apresentado à gestão municipal as condições de vida e a situação de saúde da população do campo de Caruaru, corresponsabilizando-a.

No estágio estratégico em Curuçá/PA, nos encantamos com a força das águas e das populações que nelas habitam e constroem sua vida e trabalho. No Encontro Nacional da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM), conhecemos lideranças nacionais que transbordavam cantos, encantos, luta e resistência. Contribuímos (psicóloga, médica veterinária e assistente social) com o projeto comunitário de sistematização de conhecimentos e práticas tradicionais de saúde, a partir da escuta de benzedeiros/os, raizeiras/os, parteiras e umbandistas. Encontros de ervas, raízes e fé permeados de histórias de vida e cura, que provocam a descolonização do antropocentrismo (KRENAK, 2020). Mais uma vez foi possível contribuir para o fortalecimento da identidade, manutenção da cultura e tradição, através da possibilidade de perpetuar e popularizar as práticas de cura comunitárias. A fé e espiritualidade se mostraram uma vez mais importante fator de proteção em saúde mental dessas populações.

Ainda no período da residência, foi possível integrar a equipe do Observatório de Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Fiocruz (OTSS/Fiocruz), espaço tecnopolítico localizado em Paraty/RJ. O OTSS acompanha cerca de cinquenta comunidades tradicionais caiçaras, indígenas e quilombolas ameaçadas pela especulação imobiliária, grileiros, Unidades de Conservação (UC), grandes empreendimentos e turismo de massa. O observatório é fruto da parceria entre Fiocruz e o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT), movimento social caiçara, quilombola e indígena regional.

Organizamos e executamos a “Reunião Ampliada do Fórum de Comunidades Tradicionais”, imersão realizada entre comunitários/as e parceiros/as do OTSS com objetivo de fortalecimento e qualificação do movimento social do campo. Durante os quatro dias de trabalho foram realizadas análises de conjuntura e grupos de trabalho temáticos: mutirões de agroecologia na aldeia indígena ITAXI para segurança e soberania alimentar; cartografia medicinal no Quilombo do Campinho, enquanto trilha de Turismo de Base Comunitária (TBC); Oficina de Educação diferenciada na Escola do Mar. (COM)vivências com crianças, adolescentes, adultos e anciões indígenas, caiçaras e quilombolas pelos rios, praias e florestas da mata atlântica. Aprendemos com eles e elas, uma vez mais, que é possível pensar e produzir saúde inter-

geracionalmente, com o corpo aterrado, *in natura*. Que o conhecimento pode ser interconhecimento, como nos aponta Santos (2019). Povos que nos ensinam a indisciplinar e desobedecer, ou seja, reconectarmos não apenas individualmente (corpo e mente), mas também desextrativizar, nos entendendo enquanto parte da Mãe Terra:

El principio básico de cualquier ‘desarrollo’ debe ser, entonces, la vida en su totalidad, no sólo la de los seres humanos o los animales y las plantas, sino toda Pacha (ESTERMAN *apud* SÓLON, 2016, p.20).

A integração do olhar e dos saberes para a produção de saúde das populações do campo, floresta e águas, foi além das políticas públicas. Nos deparamos com mecanismos jurídicos de defesa dos territórios, a tecnologia de intercâmbios comunitários (visitas e partilhas entre comunidades); a proposta de Educação Diferenciada (inserção de elementos da cultura tradicional na educação básica), agroecologia, Turismo de Base Comunitária (TBC) e outras Tecnologias Sociais (saneamento ecológico, biogestor, etc) enquanto estratégias assertivas para a garantia do modo de vida e da saúde dessas populações e de seus territórios. Mais do que o possível, os povos e comunidades do campo nos permitem sonhar e esperar, na contramão dessa época.

Numa época caracterizada por tamanha desertificação de alternativas, é tão difícil imaginar o fim do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado, quanto não imaginar que terão um fim (SANTOS, 2014<sup>a</sup>, p.19-43). A imaginação do fim está sendo corrompida pelo fim da imaginação (SANTOS, 2019, p.10).

Os modos de vida de diversos povos e comunidades tradicionais são, muitas vezes, um enfrentamento direto ao modelo econômico hegemônico, à ciência moderna ocidental e ao antropocentrismo, na medida em que não há separação entre seres humanos e natureza e nem a superioridade da humanidade frente a outros seres. Ao colocar no centro a natureza e não a humanidade, esses povos alteram o conceito de (des)envolvimento. A psicologia tem muito a aprender sobre (des)envolvimento, o que implicaria, principalmente, na sua descentralização e territorialidade (*versus* importação), mas também na confluência com a natureza e espiritualidade.

### **Conflitos agrários: o campo em disputa**

Na recente conjuntura política e econômica nacional do governo bolsonarista, os territórios do campo foram mais vulnerabilizados e violentados, seja por grandes empreendimen-

tos (agronegócio, mineração, eólicas, hidrelétricas, pré-sal), especulação imobiliária e/ou turismo de massa. O avanço do capitalismo no campo, através do modelo neoextrativista e de um governo genocida, impacta não só nas condições e nos modos de vida e trabalho, mas na saúde das populações do campo, como foi vivenciado durante a experiência de trabalho na Assessoria Técnica Independente (ATI) de pessoas Atingidas por Barragem de Mineração no estado de Minas Gerais.

A atuação em ATI na região do quadrilátero ferrífero pela iminência e/ou rompimento de barragem de mineração em Minas Gerais, provocou e aprimorou, uma vez mais, a construção de uma ecologia de saberes. As visitas domiciliares se tornaram dispositivo básico para garantir o acesso das populações do campo ao direito de levantamento dos danos causados e na participação da construção de um plano de reparação integral a partir das necessidades e demandas coletivas. Por outro lado, a articulação e estreita parceria com o Movimento dos Atingidos/as por Barragem (MAB), movimento social do campo, se mostrou imprescindível para a garantia dos direitos violados por empresa multinacional, inclusive na formação e organização política das comunidades.

A interlocução e articulação de órgãos governamentais e organizações da sociedade civil para a implicação e responsabilização nas questões ligadas à saúde, ambiente, defesa social, assistência social e justiça foram imperativas. E mais uma vez, intencionalmente, estávamos em consonância com as metodologias participativas dos movimentos sociais do campo e oferecíamos espaços no mesmo formato: grupos de base nas comunidades, seminários e assembleias para levantamento dos danos e deliberações coletivas, respectivamente.

A pandemia em 2020 nos desafiou a trabalhar à distância; recuamos do território para casa. Como apontado pela PNSICFA, o acesso à infraestrutura e, conseqüentemente, à internet, é uma das grandes barreiras vividas pelas populações do campo (BRASIL, 2013). De tal modo, a acessibilidade foi mais um desafio: realizar os grupos de base, plenárias, reuniões e seminários de forma remota, garantindo a presença da população. Para que isso fosse concretizado, foi necessário implicar tanto as empresas responsáveis pelos danos decorrentes, quanto os municípios, na garantia da instalação de antena para o acesso à comunicação.

O direito à comunicação e, principalmente num momento de restrições sociais intensivas, repercutiu no investimento em Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Tal investimento possibilitou o mantimento das redes de apoio familiar e comunitária, importante fator de proteção em saúde mental. Por outro lado, viabilizou o protagonismo comunitário,

permitindo a participação popular ativa. No que diz respeito ao núcleo, a psicologia contribuiu por meio de atendimento individual, realizado no formato online e presencial, das pessoas mais fragilizadas e em sofrimento mental.

O desafio da virtualidade também foi vivenciado durante o trabalho no Programa de Educação Ambiental (PEA), executado pelo OTSS/Fiocruz na Bacia de Santos (SP/RJ). O PEA é uma condicionante imposta pelo IBAMA, dentre outras, como um dos pré-requisitos para a exploração de pré-sal nos maretórios<sup>6</sup> com o objetivo de fortalecimento de pescadores e pescadoras artesanais atingidos/as por grandes empreendimentos. Na Costa Verde, região de abrangência do PEA, os pescadores e pescadoras artesanais englobam caiçaras, indígenas e quilombolas.

Diante do alto nível de contaminação pela Covid-19 e a alta ocupação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) em 2021, a atuação foi transferida para a modalidade remota: as formações internas da equipe foram realizadas pelas lideranças do FCT, pesquisadores/as e professores/as das universidades públicas parceiras (UNESP, Fiocruz e UFF), que davam indícios de uma ecologia de saberes em vigência. As reuniões com as comunidades também foram realizadas de forma remota com vista a entender suas demandas e necessidades. O planejamento das ações, interlocução e articulação de rede com órgãos públicos, da sociedade civil e com movimentos sociais do campo também foram realizados. Apenas os atos de mobilização e de participação popular ocorreram de forma presencial e com os devidos cuidados e medidas de proteção. Já não interessava discernir quais instrumentos eram da psicologia, uma vez que alguns se mostravam coletivos. A psicologia podia fazer uso deles e também contribuir, a partir de suas técnicas e teorias, nas necessidades apresentadas pelas populações.

Nos aproximamos dos modos de vida e de trabalho das populações das águas. Ouvimos e imergimos sobre sua cultura, fé, conhecimentos e práticas tradicionais, aumentando a sede de encontros presenciais nos maretórios. As lideranças abriam as reuniões remotas com rezas, intenções e artes, acendendo a mística em todos e todas presentes. As pescadoras e pescadores artesanais afirmavam a importância da pesca em suas vidas e também transbordavam as divergências internas - o desafio da organização política e da luta coletiva pela garantia de

<sup>6</sup> De acordo com liderança da CONFREM, maretório é o conjunto de vivências das populações das águas, com relação ao ambiente, à cultura, aos saberes e fazeres que passam de geração a geração, ao respeito às crenças, mitos, espiritualidade, ancestralidade e busca pela afirmação do pertencimento (Diário de campo, 2018)

políticas públicas se apresentava. Porém, a espiritualidade e a paixão pela pesca afloravam os encontros e os presentes:

O espírito de guardião tá em todo mundo, mas às vezes as pessoas têm medo, não sabem expressar. (...) a gente faz com amor, é apaixonado (pela pesca artesanal). (...) a gente luta para não morrer a tradição (Diário de campo, 2021).

Por fim, no trabalho enquanto representante do estado no Programa de Prevenção de Conflitos Agrários Coletivos do estado de Pernambuco (PPCAC/PE), da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do estado de Pernambuco provocou a psicologia e o Estado a se responsabilizarem e intervirem diretamente nessa conjunta efervescente de disputa por recursos naturais e *commodities*. O projeto provou que, contraditoriamente, o mesmo estado que mata e vulnerabiliza (MARTIN-BARÓ, 2017), também oferta alternativas quando pressionado pela sociedade civil organizada. Infelizmente, tal direito foi garantido a partir do assassinato de uma criança, filha de liderança comunitária, em fevereiro de 2022, diante da conjuntura de conflito agrário na mata sul pernambucana; o programa foi destituído um ano depois, após a mudança de governador/a. A garantia da reforma agrária popular, ou seja, do direito à terra para quem nela mora e cuida, se apresenta como urgente fator de proteção em saúde mental para as agricultoras e agricultores familiares.

Nessa linha, Macedo e Silva (2017) e Dimenstein et al (2016) ressaltam a importância da articulação de serviços e projetos alternativos de vida e, conseqüentemente, de desenvolvimento agrário, fundamentados na agricultura familiar e na reforma agrária como forma de combater essas iniquidades e vulnerabilidades presentes no campo brasileiro. Para isso, é necessário contar com outros atores do território - superando a abordagem setorialista - , com o protagonismo dos movimentos sociais do campo e o suporte da sociedade. Dessa forma, a articulação desses atores, somada à organização política e à participação social se tornam imprescindíveis para a garantia de direitos - historicamente negados pelo Estado - dessas populações. Nas palavras dos autores:

A necessidade de maior integração das ações passa ser uma exigência não apenas entre os serviços que compõem as políticas sociais, mas especialmente com a diversidade de atores e organizações que compõe outras políticas. Isso inclui a própria organização das populações em sindicatos e associações para o planejamento territorial de cada região, com o apoio à inclusão produtiva e o fortalecimento da agricultura familiar, além do apoio a pluriatividade nos meios rurais, como também a potencialização de ações de cidadania e acesso a direitos, qualificação de infraestrutura, como ações de assistência técnica rural e organização sustentável da produção, ações fundiárias, em educação e cultura, saúde, saneamento e acesso à

água, no âmbito dos direitos e desenvolvimento social, de apoio à gestão territorial, dentre outros (BRASIL, 2008) (MACEDO; SILVA, 2017, p. 150).

A experiência enquanto equipe multiprofissional (direito, psicologia, serviço social, arquitetura, apoio técnico e coordenação) evidencia a complexidade de atuação. A interlocução e articulação de redes com órgãos públicos e da sociedade civil mais uma vez se apresentou como dispositivo fundamental à garantia de direitos básicos, como acesso à iluminação, educação, saúde, assistência social, políticas agrárias e segurança. A insegurança e o medo vivido pela possibilidade de assassinato e/ou reintegração de posse a partir de ordens judiciais de despejo desespera as populações do campo, que apresentam insônia, ansiedade, automedicação, dificuldade de concentração, pânico e insegurança. “É preciso ter coragem” (Diário de Campo, 2022) nos relembra um senhor agricultor de setenta anos, que reitera que a pior coisa do mundo é a covardia (se referindo aos supostos donos da terra, que se utilizam da assimetria de poderes e de violência física, patrimonial e psicológica para se apoderarem das terras).

Para além da garantia de direitos e serviços públicos, o compromisso da psicologia em lidar com as violências e violações de direitos se mostrou urgente na atuação em contextos de conflitos agrários e grandes empreendimentos. A oferta de espaços de escuta, individuais e coletivos, oficinas e outras intervenções em saúde mental possibilitam um lugar seguro para elaboração e ressignificação dos sentimentos, emoções e experiências vividas. A partir de metodologias participativas e ativas, trabalhamos, em atividades coletivas, com crianças, adolescentes, adultos e idosos, acolhendo e dando continência aos ‘projetos de vida’ e ‘linhas do tempo’ que evidenciam planos interrompidos e futuros incertos. Nos formatos de seminários, saraus, rodas de conversa, oficinas, é possível ofertar espaços seguros de continência à instabilidade emocional e sentimentos de angústia, preocupação, medo e tristezas latentes.

A partir do exposto, somos provocadas/os a construir, conjuntamente, intervenções psicossociais que dialoguem com as especificidades e singularidades dessas populações. As experiências narradas apontam a emergência de uma psicologia contra hegemônica, que venha a compor com outras áreas, entes, saberes e técnicas. Compor estratégias de cuidado individuais e coletivas, interdisciplinares e transdisciplinares. Que aposte na horizontalidade de conhecimentos, construindo ações e intervenções com os povos e movimentos sociais do campo nos seus territórios; em rede, com os setores das esferas públicas e da sociedade civil organizada; vizinhos e parceiros. Uma psicologia ativa e popular, que fomente o protagonismo e o controle social e esteja ao lado e com o povo da terra; em constante formação interna e

externa. Despindo-se de teorias importadas que não dialoguem com o campo e suas necessidades. Nutrindo-se e se solidificando a partir dos encontros com os territórios e com os conhecimentos e práticas latino americanos. E assim, fomentar práticas psicossociais territorializadas, populares e políticas.

### **Psicologia em Movimento**

Verificamos, portanto, duas frentes de atuação consistentes da psicologia: como parte do corpo do Estado, enquanto pesquisadoras/es, professoras/es, bem como profissionais das políticas públicas; e como membros de movimentos sociais e Organizações Não Governamentais (ONGs) que articulam a sociedade civil na luta pela garantia de direitos destes povos e comunidades. Essa configuração, principalmente em serviços de base territorial e comunitária, contribuiu para a extrapolação do cuidado para além das instituições e permitiu a aproximação de outros setores, populações e movimentos. No caso do campo, o conhecimento de programas sociais, territoriais e de povos e movimentos sociais camponeses.

O encontro da psicologia com os movimentos sociais do campo, apesar de ser algo incipiente - principalmente no que diz respeito às práticas ofertadas - e pouco incorporado ao SUS, têm gerado frutos para ambos os lados (ROSA, 2017; PIRRÓ, 2019). No caso do MST, tal aproximação contribuiu tanto para a formação dos trabalhadores/as da saúde, como para o cuidado dos/as trabalhadores/as sem terra e suas famílias (PIRRÓ, 2019; ESP-MG, 2014), para além da compreensão dos determinantes subjetivos do movimento (ROSA, 2017; DOMINGUES, 2007).

O diálogo com o MST tem possibilitado a ampliação das ferramentas de cuidado, da formação crítica e política dos profissionais de saúde e estudantes e a expansão da rede intersetorial. As práticas populares em saúde, os processos pedagógicos, a organização política e a participação popular são elementos importantes do cotidiano do Movimento e que podem contribuir para a formação e atuação da psicologia, seja no nível social, seja a nível micropolítico, como no entendimento de questões simbólicas e identitárias das populações do campo (PIRRÓ, 2019; ESP-MG, 2014; DOMINGUES, 2007; ROSA, 2017). Dessa forma, poderíamos pensar em uma atuação da psicologia em uma ecologia de saberes que se perfaz junto aos movimentos sociais camponeses.

Nessas possibilidades de encontros e na promoção de uma ecologia de saberes, em abril de 2020, fruto do encontro da psicologia com o MST, foi formada a Rede de Saúde Mental do MST. Localizada dentro da Rede de Combate à Violência Doméstica do Estado de São Paulo, ação descentralizada do Setor de Gênero do MST. A Rede foi planejada e concretizada a partir do aumento dos casos de violências domésticas, diante do contexto de pandemia e da nova ordem social de isolamento. Através da mobilização a(fe)tiva de psicólogos/as parceiros do movimento foi instituído um coletivo de psicólogas e psicólogos voluntários que se encontravam em reuniões semanais para organização do processo de trabalho.

Inicialmente, o coletivo realizava atendimentos individuais e grupais virtuais e contava com supervisão clínico-institucional colaborativa. Através do compartilhamento dos casos, grupos e das demandas, fomos entendendo que somente a psicologia não dava conta da saúde mental: esta está muito além da psicologia e abrange outros âmbitos da vida, nos provocando a uma abordagem multiprofissional e intersetorial. Atualmente, o coletivo de trabalhadoras/es de saúde mental da Rede conta com uma equipe constituída por profissionais de diversas áreas e militantes estratégicas do MST. Estes trabalham de forma articulada com dispositivos das políticas públicas e organizações da sociedade civil e, para além da oferta de espaços de cuidado e educação permanente, integra os eventos, espaços e formações do MST, como veremos mais detalhadamente no capítulo a seguir.

Assim, a partir do encontro com a Rede de Saúde Mental do MST, almeja-se contribuir para a produção de outros fazeres e saberes da psicologia, colaborando para a solidificação de práticas de cuidado em saúde mental críticas e contextualizadas. Para isso, te convidamos ao exercício de inversão do olhar: pensar como a aliança com os movimentos sociais e populações do campo pode contribuir uma psicologia descolonizada, politicamente territorializada e popular e, conseqüentemente, colaborarmos na solidificação de práticas de cuidados em saúde mental críticas e contextualizadas no campo, conforme preconizado pela PNSIPCFA. Dessa forma, essa pesquisa se justifica por sua relevância científica e pela importância do endossamento na área de saúde mental do campo e da psicologia junto às populações e movimentos sociais do campo - em contexto de pandemia - ainda pouco explorada.

### 3 A REDE DE SAÚDE MENTAL DO MST

<sup>7</sup>O vento passou pelo meu corpo e espalhou as palavras que estavam guardadas. Silêncio. (...) Você já teve vontade de arrancar a dor do mundo com as próprias mãos? (...) O amanhã está ali. Vamos juntas companheiras. Vamos juntos companheiros. (...) O sol ainda brilha. É tempo de desentalar o grito. Mas principalmente, é tempo de abrir o peito e soltar o canto (ROCHA *et al*, 2021, p.82).

#### 3.1 A CONJUNTURA DA COVID-19 E OS POVOS DA TERRA

A pandemia de covid-19, iniciada em 2020, escancarou as desigualdades sociais e estruturais e tornou mais nítida as contradições de raça, classe, gênero e do modelo de desenvolvimento vigente. Boaventura de Sousa Santos (2020) defende que a quarentena tornou mais visíveis a discriminação, a exclusão social e o sofrimento, visto que foi dada a prioridade para a mercantilização da vida. No Brasil, esse processo coadunou com a legitimação da necropolítica (MBEMBE, 2015) e do projeto genocida do (des)governo nacional, com o presidente Bolsonaro (2019-2022) à frente, que ameaçou a vida das populações do campo, floresta e águas, que são vistas como um empecilho ao dito desenvolvimento e progresso do país.

Tal contexto, político e sanitário, impactou de forma direta os povos e movimentos sociais do campo: seja pela negação da identidade de povos tradicionais para a distribuição desigual de vacinas; até retrocessos de programas sociais como Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), liberação recorde de agrotóxicos (PL 6299/2002), alianças que legitimam grandes empreendimentos e consequente desapropriação de territórios tradicionais, fomento e investimento no agronegócio (ABRAFES, 2021), projetos de lei como o Marco Temporal (PL 490) e o aval ao desmatamento na Amazônia (HACKEOCULTURAL, 2021; WEDIG; RAMOS, 2020).

As ‘situações-limite’ (FREIRE, 1987) que vivemos nos convoca a endossar a crítica de povos e comunidades tradicionais ao consolidado modelo de desenvolvimento moderno vinculado a um padrão de produção e consumo ilimitado que produz permanentes desequilíbrios ecológicos, concentração de riquezas e desigualdades sociais (WEDIG; RAMOS, 2020). É necessário o entendimento e reflexão crítica sobre a epidemia de COVID-

<sup>7</sup> Trechos de um poema produzido coletivamente, por integrantes da Rede durante reunião interna.

19 não enquanto causa aleatória, mas, ao contrário, enquanto sintoma e consequência desse modelo de desenvolvimento insustentável – ancorado no tripé: Antropoceno/Capitaloceno/Plantationoceno<sup>8</sup> (HARAWAY, 2016) - que insistimos em sustentar (HACKEOCULTURAL, 2021).

Em tempos pandêmicos, em que grande parte da humanidade ficou isolada, as populações e movimentos sociais do campo, como o MST, foram - e tem sido - inspiração e exemplo no que diz respeito a ações potentes de (r)existência e solidariedade entre campo e cidade (WEDIG; RAMOS, 2020). Dentre essas, podemos citar a distribuição de alimentos agroecológicos *in natura*, além do preparo e distribuição de marmitas (com esses mesmos alimentos) solidárias para populações e territórios vulnerabilizados pelo Estado - fazendo frente ao quadro de desemprego e insegurança alimentar (55,2% da população) que assola a população brasileira (FAO, 2021). Mais que ações, podemos compreendê-las enquanto “atos-limite” (FREIRE, 1987): estratégias criadas de forma coletiva tendo em vista a superação das ‘situações-limite’, caminho concreto para a práxis transformadora e um mundo possível. Nas palavras de Martín-Baró, diante das situações-limite, “[...] alguns retiram recursos daquilo que nem eles mesmos eram conscientes ou redefinem sua existência para um horizonte novo, mais realista e humanizador” (2017, p. 265).

[...] é desses movimentos sociais tão diversos que muitas vezes surgem ideias inovadoras de reinventar o que está posto, ações de resistência que nascem nos micros espaços do cotidiano em que se vive, nas cidades, no campo, nas florestas, mas que são constantemente desqualificados como possibilidades de mudança, por serem caminhos contra hegemônicos (SÁ BRITO *et al*, 2021, p.50).

Acosta (2016) afirma a necessidade de superação da visão simplista que transformou a economia no eixo da sociedade, apontando para a urgência de novas formas de organização e práticas políticas, ou seja, de mudança profunda. Para um mundo possível, convoca à filosofia do Bem Viver como caminho, que parte da cosmologia e do modo de vida ameríndio. Esta se

<sup>8</sup> Modelo destrutivo, iniciado no século XVI marcado pela extração, controle e acumulação de capital estabelecendo processos de usurpação da terra e a transformação dela em mercadoria. Está estreitamente atrelado à colonialidade, constitutiva da modernidade eurocentrada, provocando drásticas alterações sociais e ambientais. O Antropoceno é a “destruição de espaços-tempos de refúgio para as pessoas e os outros seres”, marcado pelo Plantationoceno, que consiste na transformação devastadora oriunda de fazendas de diversos tipos, baseada em plantações extrativas e no trabalho escravo. Esse modelo “prossegue com crescente ferocidade na produção global de carne industrializada, no agronegócio da monocultura” e das imensas destruições “de florestas multiespecíficas” (HARAWAY, 2016, p. 144).

afirma na harmonia e na convivência entre os seres e rompe com a separação do ser humano com a natureza, recolocando-o enquanto parte (interdependentes). Assim, irrompe com o processo de acumulação capitalista em que tudo é transformado – e ocultado - em mercadoria e está a serviço de poucos, contrapondo-se à iniquidade, ao neoliberalismo. Para alcançar esse novo mundo, o autor aponta alguns alicerces: a criatividade, o compromisso com a vida, a democracia, os direitos humanos e os direitos da natureza (ACOSTA, 2016). Os povos da floresta, mas também os do campo e das águas, nos apontam não apenas uma perspectiva contra-hegemônica, mas de envolvimento - com o corpo, com outros seres, com a natureza (SANTOS, 2018).

As alternativas lançadas por esses povos evocam outras experimentações de pensamento e de vida, que demonstram a descolonização dos modos de vida (WEDIG; RAMOS, 2020; KRENAK; 2019) e a possibilidade de reflorestamento da nossa existência (NUÑEZ, 2021). Ancorados pela perspectiva utópica pós-moderna de Santos (2002), a “sociologia das ausências” permite reverter a produção de realidades inexistentes, ao operar contra o silenciamento e apagamento de certas formas de estar e viver no mundo. Mais do que isso, para além da amplificação e visibilidade, contribuir com as ações emergentes dos movimentos se apresenta enquanto saída para a superação do sistema de monoculturas (NUÑEZ, 2021) vigente. Os zapatistas, por exemplo, ao clamarem por “um mundo onde caibam outros mundos”, nos ensinam sobre descentralização, heterogeneidade e multiplicidade e nos convocam à aliança com os diversos grupos antagonistas ao capital e a ampliação do conceito de humanidade (BASCHET, 2022)

### 3.2 A ORGANICIDADE DO MOVIMENTO E A REDE DE SAÚDE MENTAL

O MST, fundado oficialmente em 1984, é o maior movimento social popular organizado no Brasil e um dos mais importantes da América Latina e tem como principal bandeira de luta a reforma agrária popular (DOMINGUES, 2007; MST, 2021). Presente em vinte e quatro estados e nas cinco regiões do país; “[...] são cerca de 350 mil famílias que conquistaram terra por meio da luta” (MST, 2021, s/p). Para o Movimento, que luta contra a concentração fundiária exacerbante do nosso país, “[...] a reforma agrária significaria e necessitaria dialeticamente de uma profunda transformação social brasileira. [...] o

Movimento traz a uma só vez a bandeira da reforma agrária, mas também de outra sociedade possível” (ROCHA *et al*, 2021, p.70).

O MST agrega outras pautas e frentes de trabalho, chamados “setores”, para o combate às relações de opressão e exploração. Os setores que estruturam a organização interna do Movimento são: saúde, educação, formação, frente de massas, comunicação, juventude, produção, projetos, direitos humanos, finanças, relações internacionais, cultura, LGBT sem terra e gênero (MST, 2021). Para a conquista de direitos básicos, os setores se organizam em instâncias locais – núcleos de base com respectiva coordenação – ascendendo, hierarquicamente, até o nível nacional (coordenação regional, estadual, nacional e diretoria). Sendo assim, nos acampamentos e assentamentos do MST, a partir da própria experiência e pela identificação com a tarefas de cada setor, as/os militantes se organizam internamente, com o apoio de dirigentes regionais e dos setores estaduais, estando alinhados também com as pautas do Movimento.

Enquanto movimento social, o MST está sempre atualizado e presente nos assuntos emergentes, denunciando questões sociais e propondo ações para superá-las. Na pandemia de COVID-19, diante do aumento do número de casos de violência doméstica (FBSP 2020a, 2020b) no país devido a nova ordem de isolamento social instaurada, foram criadas as redes estaduais de combate à violência doméstica do MST pelos setores de gênero estaduais, a partir da provocação e direcionamento do Setor de Gênero nacional do Movimento.

Organizada de forma autônoma, a Rede de Combate à Violência do MST do estado de São Paulo constituiu-se, inicialmente, a partir de uma frente de comunicação audiovisual, focada na produção de materiais para prevenção de violência e promoção de cuidados para as/os militantes sobre o assunto. Num segundo momento, a partir da identificação de casos de mulheres vítimas de violência dentro do Movimento, foi organizada a assistência jurídica com advogadas parceiras do MST. Apesar de assistidas juridicamente, a necessidade de cuidado das companheiras em sofrimento mental se fazia imperativa e, assim, foi estruturado um coletivo de saúde mental, a princípio composto por psicólogas/os parceiras/os do Movimento - e depois por outras categorias profissionais - que se autodenominou “Rede de Saúde Mental do MST”. A intitulação enquanto “Rede” aponta a incompletude e a perspectiva ampliada e coletiva de cuidado proposto, que, pela abertura para o mundo – e não pela falta - aposta na corresponsabilização e articulação com instâncias comunitárias, da sociedade civil organizada e políticas públicas (ROCHA *et al*, 2021).

### **As dimensões do sofrimento e do cuidado em saúde mental**

A Rede de Saúde Mental do MST, enquanto o terceiro braço da Rede de Combate à Violência Doméstica do MST do estado de São Paulo, surgiu em abril de 2020 no formato remoto e gratuito. A necessidade de acolhimento e cuidado em saúde mental, inicialmente, das mulheres vítimas de violência doméstica do MST do estado de São Paulo se fez presente diante do aumento dos índices de violência contra mulher e do isolamento das mesmas pelas medidas de restrição social e repercussão nos serviços. Porém com o aumento das queixas de adoecimento e sofrimento mental, consequentes da nova ordem social vigente de isolamento, inseguranças (econômica, política, territorial e alimentar) e medo, vivenciado pelos/as militantes em geral, houve a ampliação do público de abrangência da Rede. Estes chegavam através de demanda espontânea e pela identificação das coordenações dos setores do MST.

Dessa forma, a porta de entrada para a Rede de Saúde Mental do MST deixou de ser somente o setor de gênero do estado de São Paulo. Através de articulações intra e intersectoriais, o setor nacional de gênero e de saúde do MST, começaram a encaminhar demandas diversas de saúde mental de militantes do movimento, para além de mulheres vítimas de violência doméstica. Posteriormente, o setor de relações internacionais também passou a compartilhar demandas de saúde mental de militantes que estavam em brigadas internacionais, em formação e/ou tarefas no exterior e necessitavam de cuidado em saúde mental. As principais queixas advindas dos/as militantes no período de 2020 a 2022 se expressam enquanto ansiedade, tristeza, ideação suicida, luto, situação de crise, violência doméstica, sobrecarga, insônia, abuso de álcool, instabilidade emocional, entre outros sintomas psicológicos. Nos diversos espaços de cuidado ofertados, acolhemos outras questões psicossociais:

[...] intensificação de conflitos familiares pelo isolamento social; medo de contágio entre familiares; maior dificuldade de inserção no mundo do trabalho; perda de emprego; angústia pela redução do auxílio emergencial; reconfiguração das dinâmicas familiares; intensificação ainda maior da jornada de trabalho para as mulheres; ausência de tempo para si mesma. [...] para grupos que atuavam juntos e presencialmente, questões como: a dificuldade de convivência durante o isolamento; os cuidados em relação a exposição e precauções para não contrair o vírus; o sofrimento advindo da impossibilidade de militar presencialmente; a preocupação com companheiras e companheiros que contraíram covid e estiveram em situação de risco e o medo do adoecimento [...]. Os grupos que atuam em outros países narram a angústia de adoecer longe de casa, a ansiedade e o medo de fechamento de fronteiras, e a dificuldade de viver esses processos distantes da família (ROCHA *et al.*, 2021, p.74;75).

Ainda que os sofrimentos acima tenham sido expressos de forma individualizada, fazemos o esforço de compreender sua origem nas relações sociais e políticas hegemônicas que compõe o dito momento histórico. Nessa linha, Santos (2019) coloca que os movimentos sociais desindividualizam o sofrimento, inclusive o conseqüente da opressão da modernidade, expresso por meio de violências enquanto xenofobia, racismo, feminicídio, entre outros. Sawaia (2001) denomina tal sofrimento como éticopolítico e desenvolve:

o sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade (p. 104).

No MST, o sofrimento ético político se expressa subjetivamente no estigma vivido socialmente enquanto “invasores” - para além da interseccionalidade de raça, gênero e classe - e, fisicamente, nas situações de despejos e violências enfrentadas nos últimos tempos. Segundo o ‘Relatório de Conflitos no Campo: Brasil 2021’, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2021 as 1.242 violências por terra no Brasil envolveram 164.782 famílias. E apesar de ser um número inferior ao de 2020, os assassinatos tiveram um aumento de 75% em relação ao mesmo ano, sendo a maior parte das vítimas pessoas indígenas, seguidas por sem terra (CPT, 2022).

Além do sofrimento manifesto nos indivíduos ameaçados ou vítimas da desvinculação comunitária, é importante citar o potencial trauma psicossocial resultante de tais processos. Bruno Simões (2021) conceitua enquanto “trauma psicossocial” a análise dos sintomas psicossociais produzidos pela violência política não apenas em indivíduos, mas também em grupos e populações. Martín-Baró (1984), em seus estudos sobre violência política, já apontava a relação direta entre esta e a produção de sintomas psicossociais e prejuízos individuais e coletivos que são a “[...] cristalização traumática nas pessoas e nos grupos das relações desumanizadas” (MARTÍN-BARÓ, 1984, 507).

Por outro lado, o contexto de pandemia e isolamento social repercutiu em mudanças na atuação da psicologia. O que era exceção se tornou regra para muitas/os psicólogas/os, que tiveram que se adaptar à nova realidade de trabalho por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Não obstante, o acesso à internet de qualidade e dispositivos

tecnológicos não são realidade para muitos brasileiros/as, principalmente das populações do campo, devido a fragilidade de infraestrutura e acessibilidade, como evidencia a PNSICFA. Porém, tais instrumentos permitiram novas alianças, cuidados e aproximações da psicologia de territórios geograficamente distantes, não sem dificuldades, refletindo no surgimento de redes solidárias e no cuidado psicossocial aos sofrimentos identificados acima.

Atualmente a Rede é formada por um coletivo de quinze profissionais ativos, majoritariamente psicólogas/os com diferentes experiências práticas e linhas teóricas— entre as/os quais me encontro enquanto psicóloga e pesquisadora. Além destas/es, militantes estratégicas do MST e outros profissionais (psicanalistas, terapeutas corporais, educadoras, advogadas, musicoterapeuta, psicólogas residentes, antropóloga, estagiárias/os de psicologia, etc.) compõem a Rede. Dessa forma, o cuidado em saúde mental ofertado não é determinado por uma vertente psicológica e/ou linhas teóricas, mas por princípios éticos e políticos referenciados nos movimentos sociais e políticas públicas, principalmente da Reforma Psiquiátrica e do Sistema Único de Saúde (SUS). Mesmo assim, a amplitude e diversidade de vertentes e olhares se apresenta como um recurso importante, já que ajuda a identificar as complementaridades e diferenças pela inteligibilidade ampliada que oferece. Essa tradução intercultural, nos dizeres de Santos (2019, p.59), “[...] contribui para transformar a diversidade epistemológica e cultural do mundo num fator favorável e capacitador”.

A lei 8.080/90, que legitimou o SUS, deixa nítido que os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do país, apontando, além da DSS, diversos determinantes e condicionantes (alimentação, habitação, renda, educação, trabalho, meio ambiente, emprego, lazer, transporte, liberdade, acesso a serviços de saúde) como condições necessárias para garantir saúde (BRASIL, 1990). De acordo com esse conceito, podemos observar que há uma relação entre situações de vulnerabilidade e problemas de saúde mental, tendo sido verificada associação entre transtornos mentais com condições de vida e de trabalho precárias (WHO, 2010). Assim, a saúde mental é reflexo de uma série de fatores econômicos, sociais e ambientais, além dos psíquicos e orgânicos. Dentro dessa perspectiva, para além do contexto de vida, as formas de trabalho, ambiente, fases do ciclo de vida, às questões socioeconômicas são estruturais e impactam nos determinantes multifatoriais da saúde mental. Nas palavras de Dimenstein et al (2016):

O isolamento e a exposição cotidiana à violência e abusos podem causar sintomas psicossomáticos, uso abusivo de álcool e substâncias psicoativas etc. Da mesma

forma, saúde mental é impactada negativamente quando ocorre violação dos direitos civis, culturais, políticos e sociais, ou ainda quando os grupos sociais são excluídos das oportunidades de geração de renda ou educação. (p.103)

O Movimento da Reforma Psiquiátrica surgiu paralelamente e em consonância com esse conceito de saúde e com a luta por um sistema de saúde universal e público. Seu objetivo específico era não só denunciar as violações de direitos ocorridas nos hospitais psiquiátricos, mas propor um novo modelo de cuidado em saúde mental. Este modelo, que passou a ser denominado “psicossocial”, se baseia nos princípios do cuidado em liberdade, na inclusão de diversos saberes, na (re)inserção social e no respeito às singularidades. Ou seja, as práticas de saúde mental psicossociais pressupõem o cuidado no território e em consonância com direitos humanos, visando à autonomia dos sujeitos e à inclusão de outros saberes para a compreensão do sofrimento mental e à ampliação dos tratamentos, indo além das terapias medicamentosas e biologicistas.

Assim, as práticas de cuidado em saúde mental, designadas práticas psicossociais, não podem ser entendidas apenas enquanto ações, mas enquanto atitude ética. O cuidado em saúde mental, nas palavras de Costa Neto e Dimenstein (2017, p.1654) “[...] é uma temática complexa e multideterminada que envolve uma diversidade de aportes metodológicos e implica em posicionamentos ético-políticos”. A partir desse olhar ampliado para a saúde mental, compreendemos a Educação Popular em Saúde como ferramenta que dialoga com essas práticas de cuidado, pois promove o cuidado com base na valorização dos saberes/práticas tradicionais, tendo como princípios o diálogo, a amorosidade, a construção coletiva do conhecimento, além da problematização e da promoção de autonomia (BRASIL, 2013).

É nessa concepção de saúde mental e de cuidado psicossocial que a Rede está embasada; referenciada nos princípios do SUS e no modelo antimanicomial, ecoa no olhar integral para a pessoa considerando todas as suas dimensões, o que repercute na articulação de outras ações e instituições para garantir a saúde das/os militantes do MST. Em tempos de pandemia, a aposta da Rede é no sentido de garantir o direito à saúde mental dos/as militantes em sofrimento mental. Desde 2001, a lei 10.216 dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas em sofrimento mental intenso e redireciona o modelo assistencial em saúde mental (BRASIL, 2001). Assim, as ofertas multiprofissionais e interdisciplinares de cuidado vão no sentido de acolher, ressignificar e elaborar o sofrimento; propor alternativas de enfrentamento

às iniquidades e vulnerabilidades das populações do campo. Ou seja, a universalidade, a integralidade e equidade, princípios do SUS (BRASIL, 1990), são pilares estruturais da Rede de Saúde Mental do MST.

Além desses pressupostos estruturais, a Política de Atenção Básica (BRASIL, 2011), nos ensina sobre capilaridade e descentralização, orientando seu trabalho pelo princípio do vínculo, acessibilidade, continuidade do cuidado, responsabilização, humanização e participação social. Nos instrui a olhar o sujeito em sua singularidade, considerando a dimensão sociocultural. Tais pontos confluem com a pedagogia do MST, principalmente no que diz respeito a participação social, capilaridade e descentralização, como observamos na organização do Movimento em setores e na tecnologia da mobilização social para a garantia de direitos básicos.

### **Compondo a Rede e as práticas psicossociais**

Sobre o funcionamento da Rede, desde seu início, seus membros se reúnem semanalmente, intercalando reuniões organizativas, reflexo e inspiração na metodologia do Movimento, com interlocuções (supervisões horizontalizadas) grupais. Nestas são discutidos e partilhados casos, grupos terapêuticos e oficinas. As atividades desenvolvidas pela Rede com os/as militantes (assentados/as, acampados/as e dirigentes do Movimento) estão organizados em duas frentes: I) grupos, por meio da oferta de oficinas, grupos terapêuticos e formações; II) atendimento individual, através da oferta de acolhimento e escuta individualizada por tempo determinado (em torno de oito encontros). Tal definição se deu processualmente, em interlocução, a partir da experiência da supervisora clínica com plantões psicológicos e da prática clínica da Rede, sendo pactuado de forma conjunta a partir dos resultados clínicos:

Fomos nos aproximando da proposta de acolhimento, momento de ouvir as angústias, os questionamentos compartilhados, compreender a situação de vida da pessoa atendida e projetar, conjuntamente, os cuidados necessários, considerando, inclusive, que esse único encontro pudesse ser suficiente. Esse cenário trouxe para o palco o plantão psicológico como referência capaz de facilitar a abertura para novas possibilidades de caminhar a partir do encontro de experiências entre profissional e a pessoa atendida (ROCHA *et al*, 2021, p.77).

Nesses três anos de trabalho em Rede, já foram ofertados: grupo de homens, formação sobre masculinidades aos dirigentes do MST, oficina de escrita criativa, oficinas de arpilleras,

grupo com estudantes da ELAM, oficina de cuidados integrativos entre mulheres, grupo de acolhimento, grupo de cuidado coletivo, atendimentos individuais, participamos de brigadas e produzimos relatório psicológico. Nas palavras das psicólogas da Rede, trazemos “[...] propostas de atividades que favorecessem o olhar e sensibilização para o corpo, recorrendo ainda à utilização de recursos poéticos, narrativos, entre outros, acolhendo a complexidade das possibilidades de expressão para além da palavra” (ROCHA *et al*, 2021, p.74).

De acordo com Bacic (2012), a *arpillera* é uma técnica têxtil desenvolvida no Chile como forma de denúncia e resistência, em que através do bordado em tecido proporcionam espaços de elaboração, acolhimento, diálogo e partilha de narrativas. Na rede, as oficinas foram organizadas por ciclo, cada um com doze encontros, e as temáticas, escolhidas coletivamente, foram “despejo do Quilombo Campo Grande (MG)”, “mulheres pela vida, semeando resistência”, “do luto à luta”, “luta LGBTQIA+”, “cotidiano do Acampamento Marielle Vive (Campinas/ SP)” e “o que nos fortalece”.

Essas oficinas foram realizadas majoritariamente com militantes que haviam passado por acolhimento individual na Rede e que identificamos que poderiam se beneficiar. Organizadas também por turmas, até junho de 2023 foram formadas sete turmas de arpilleras que aconteceram em cinco ciclos, sendo que o terceiro ciclo contemplou duas turmas e último ciclo, três turmas. Apesar de terem iniciado no formato remoto, os dois últimos ciclos aconteceram no formato presencial com militantes do acampamento Marielle Vive (Campinas/SP), que estavam vivenciando a realidade de resistência às tentativas de despejo. Também tivemos uma turma voltada para o setor de gênero do estado de São Paulo com o objetivo de formar multiplicadoras, ou seja, instrumentalizar as dirigentes das regionais do MST do estado com a finalidade de que, no futuro, facilitassem oficinas com as mulheres de seus territórios. As artes produzidas compõem a <sup>9</sup>Exposição ‘Arpilleras: Tecendo Liberdade’, que conta com mais de vinte arpilleras confeccionadas por mulheres Sem Terra.

Já a oficina entre mulheres se configurou como um espaço direcionado aos diferentes corpos, seus ciclos e processos, e partilha de diferentes vivências. O planejamento e a facilitação do espaço conjuntamente com o setor de saúde do MST do Sul Minas Gerais, permitiu trabalhar com diversas práticas integrativas nas oficinas, desde o uso de plantas medicinais, até ioga, práticas meditativas e corporais. Essa oficina contou com encontros

<sup>9</sup> Acesse a exposição de forma virtual em: <https://arpillerasmst.wordpress.com/>

quinzenais no formato remoto e teve a duração de quatro ciclos. Outra aposta da Rede foi a oficina de escrita criativa, ancorada na linguagem. Através da expressão livre das palavras, a partir do tema “cuidado”, circularam memórias, ideias, desejos e imaginação, onde a fronteira do individual e do coletivo se fundia; discorriamos, inicialmente, a partir do tema/palavra “cuidado”, e, posteriormente, a partir de uma palavra presenteada da escrita do/a companheiro/a presente sobre a temática.

Quanto aos grupos, o primeiro foi realizado com a brigada de São Paulo que estava preparando e distribuindo marmitas solidárias durante o auge da pandemia: foram efetuados três encontros. Outro grupo foi realizado com uma brigada que estava em tarefa no Haiti e uma das temáticas desenvolvidas foi a masculinidade. Também foi feito um grupo com militantes do Rio de Janeiro que estavam organizando uma cooperativa na cidade de Macaé. Outro grupo realizado de forma remota foi com militantes que estavam estudando medicina na Venezuela pela via campesina (ELAM). Com eles/elas foram realizados dois ciclos, no qual o segundo foi interrompido devido dificuldade de acesso à internet.

A experiência de grupo com o coletivo LGBT do MST foi mais delongado e ampliado. O grupo teve um ciclo de seis meses, com encontros quinzenais síncronos. A facilitação do mesmo era de responsabilidade de duas pessoas dirigentes do MST e duas pessoas do coletivo de saúde mental da Rede. Para além destes, foi desenvolvida uma atividade coletiva com a militância da comunicação nacional do MST.

Os grupos foram criados diante da demanda dos coletivos do MST. A partir dos encontros e da avaliação dos grupos, tanto individual (pelas/os facilitadores), como coletivamente (das/os usuários e dos coletivos), fomos estudando sobre metodologias e técnicas grupais e organizando um roteiro próprio de grupo para a Rede, ainda (e sempre) em construção. Nesse sentido, mais do que a aplicação de técnicas, a demanda que continuou guiando os grupos, que serviram como espaço também de formação para muitas/os psicólogas/os e terapeutas, uma vez que a maioria tinha experiência e formação mais voltada à clínica individual. Nas palavras de um dos psicólogos da frente de grupos:

*a gente foi montando um roteirinho de grupo..como fazer, quais são as etapas, o que funcionou melhor, o que não funcionou, o que deu certo, o que não deu e isso foi estruturando esse roteirinho. E nos formando também né. Conforme as demandas iam aparecendo, a gente ia estudando um pouco mais umas coisas, um pouco de outras (Leandro Rosa, entrevistado).*

O grupo de cuidado, realizado durante o ano de 2021 e 2022, ofertou um espaço seguro de acolhimento coletivo, troca de experiências, práticas integrativas e/ou corporais. Criado para dar vazão à lista de espera para atendimentos individuais, o espaço terapêutico grupal foi planejado enquanto alternativa e aposta no cuidado coletivo para militantes interessadas/os no acompanhamento em saúde mental. Foram ofertados três ciclos do grupo, tendo cada ciclo a duração de três meses. Esse grupo contou com a participação de militantes de diversas idades e estados, em encontros abertos quinzenais. Foram trabalhadas as seguintes temáticas: cuidado de si, problemas de saúde mental, técnicas de respiração e meditação, bioenergética, alongamento, automassagem, escrita criativa, poesias e fotolinguagem.

Outro grupo potente realizado virtualmente foi o grupo de homens, projeto piloto idealizado com o objetivo de incidir na cultura patriarcal e nas masculinidades tóxicas, que repercutem não só na violência de gênero, mas no adoecimento e sofrimento dos homens. Facilitado por dois psicólogos homens, o grupo foi direcionado a homens militantes do movimento que já tinham se beneficiado da Rede de Saúde Mental. A repercussão positiva dos encontros desdobrou no convite à Rede para facilitação de formação descentralizada com dirigentes regionais do MST sobre masculinidades, visando a formação de multiplicadores de grupos de homens dentro do movimento. A proposta ofertava quatro eixos temáticos: “seja homem (masculinidade hegemônica); cultura patriarcal machista (capitalismo, raça e patriarcado); violência de gênero (misoginia, violência contra mulher e orientações sexuais) e outras masculinidades (novos desenvolvimentos afetivos, políticos e relacionais).

Os cuidados em saúde mental ofertados são planejados e idealizados a partir do compartilhamento e discussão dos casos e grupos durante as supervisões clínico-institucionais, rebatizadas de interlocuções, e nas reuniões organizativas. Estas últimas são facilitadas por duplas de integrantes da Rede, que revezam a facilitação do espaço - tarefa nomeada de “coordenação” pelo MST - mensalmente com outras duplas de colegas. As reuniões organizativas seguem a pedagogia do Movimento (mística, informes, pautas, discussão e encaminhamentos) e as questões a serem discutidas são recebidas durante a semana da reunião pelo grupo da Rede no aplicativo WhatsApp. Nesses espaços, compartilhamos sobre eventos, formações, organizamos ações e instrumentos (planilhas, documentos, relatorias, textos, formulários), discutimos conjuntura e reavaliamos as ações da Rede.

**Em educação permanente: interlocução, reuniões e formações**

Quanto à supervisão clínico-institucional, este é um dos dispositivos adotados na Reforma Psiquiátrica brasileira, através da portaria nº 1.174/GM/05, para o acompanhamento dos novos modos de cuidado e clínica, por meio de reflexões em torno das questões clínicas e institucionais. Além disso é uma das principais estratégias de qualificação para transformar os modos de gestão de trabalho e da clínica desenvolvidos nos serviços substitutivos (SEVERO *et al*, 2014). Segundo a mesma portaria, a supervisão clínico-institucional é um trabalho realizado por um profissional de saúde mental externo ao quadro do serviço e com comprovada habilitação teórico-prática, que trabalha no sentido de assessorar, discutir e acompanhar o trabalho realizado pela equipe, os projetos terapêuticos e as questões institucionais e de gestão do serviço, entre outras relevantes para a qualidade da atenção realizada. O ministério da Saúde tem reforçado a escolha do termo “clínico-institucional” e enfatizado a necessidade de as discussões de casos clínicos estar associada ao contexto institucional (serviço, rede, gestão e política pública), havendo interlocução entre a dimensão política e clínica (BRASIL, 2007).

Coimbra (1989) tece algumas críticas à supervisão, mais diretamente ao campo psi, em que a figura do/a supervisor/a tem sido estruturado/a de forma hierarquizada, enquanto detentor/a do saber (onipotente); já o supervisando seria aquele que nada sabe. Porém, aponta o avanço a partir de concepções humanistas, em que o supervisor/a estabelece relações horizontais com os/as supervisandos/as, rompendo as relações de poder e o objetivo de controle/fiscalização. Campos (1988, p.93), através da experiência em supervisão em saúde, complementa que “não deve haver uma valorização demasiada do saber do supervisor, mas, sim, estímulo ao diálogo de todos os saberes da equipe, fazendo circular o poder entre as diferentes categorias”. Assim, para não reforçar a postura onipotente, o termo “supervisão” vem sofrendo críticas no campo da saúde, com novas denominações, como as propostas de inter-visão, co-visão e interlocução, como apropria-se a Rede, admitindo que o olhar desse externo é um entre outros.

Na prática da Rede, a circulação de palavras e poderes se dá horizontalmente, inspirada na concepção de interlocução clínico-institucional. A descentralização da figura da supervisora enquanto única detentora de saber e a aposta do aprendizado e da apropriação com os diversos membros da Rede, e suas experiências e saberes, impera. Na interlocução clínica multiprofissional arquitetamos o processo de trabalho da Rede: alinhamos fluxos, refletimos sobre saúde mental e especificidades das populações do campo, construímos os

temas dos encontros, partilhamos as angústias e limitações dos atendimentos e dos grupos (e das profissões), ampliando nosso repertório teórico e técnico a partir das discussões e desdobramentos destes. Nesses encontros quinzenais, facilitados por uma supervisora clínica voluntária, a diversidade de olhares, teorias e técnicas se apresentou de forma produtiva:

Esses encontros foram se constituindo como oportunidades de discussão e ressignificação de atendimentos e projetos, lugar de questionamento, compartilhamento, acolhimento e reconhecimento de cada profissional e do grupo, gerando experiências de compreensão, reflexão e construção de um fazer rico de sentidos. (...) Conhecimento e ação acontecendo juntos, tendo a horizontalidade das relações como pressuposto (ROCHA *et al*, 2021, p.76).

Mais recentemente, a Rede ofertou um grupo de cuidados coletivos, uma oficina de *arpillera* coletiva na Feira Nacional da Reforma Agrária (2023), plantão psicológico de saúde mental presencial e promoveu espaços de formação interna sobre saúde mental para o MST. Com a experiência positiva do grupo de acolhimento, a experiência foi expandida para todas/os militantes interessados em algum tipo de cuidado em saúde mental, rebatizando o mesmo de grupo de cuidados coletivos.

Por outro lado, as/os membras/os da Rede participam de espaços formativos do Movimento sobre questões de gênero, análise de conjuntura, etc. Mais recentemente, com a flexibilização das medidas de restrição social, a Rede tem contribuído nas brigadas de solidariedade presenciais junto ao setor de saúde do MST e facilitado oficinas de cuidado em eventos presenciais do Movimento. A diversidade de ações, individuais e coletivas, no formato virtual e presencial, permitiu beneficiar não apenas militantes alocados nos diversos estados brasileiros, mas também os/as que estão em outros países da América Latina (ROCHA *et al*, 2021).

As reuniões e interlocuções evidenciam a necessidade e importância de espaços de planejamento e apoio no enfrentamento das problemáticas insurgentes, mas também de educação permanente. Esta se dá através da discussão de casos clínicos, partilha de conhecimentos, habilidades, metodologias participativas, místicas, ações, serviços intra e interdisciplinares e estudos (textos, livros, etc). Tais recursos provocam a psicologia a discorrer sobre o cuidado que tem sido ofertado, mas também refletir sobre sua limitação, contribuindo para a construção de uma outra psicologia que vamos tecendo juntos e juntas com outros setores e outras áreas de conhecimento.

A interdisciplinaridade e a articulação de rede com as políticas públicas se apresentam dispositivos fundamentais para o cuidado integral em saúde mental às populações do campo. O diálogo de saberes permitiu a ampliação do olhar para a/o sujeito, ampliando a possibilidade de oferta de cuidado para além da demanda, mas a partir das necessidades identificadas, garantidas também na corresponsabilização dos serviços públicos e comunitários. Tais articulações são realizadas diretamente a partir da busca dos serviços na internet, mas também facilitados por dirigentes das regionais do MST, quando necessário.

A cada encontro semanal ficava mais evidente que a saúde mental não é protagonismo da psicologia e a necessidade de combater a individualização do processo saúde-doença, resquícios de uma prática neoliberal. Para o cuidado psicossocial, a composição - e não sobreposição - de diversos saberes e setores apresenta-se como direção. Dessa forma, as oficinas, grupos e atendimentos, ações inicialmente ofertadas, abrem espaço para outros desdobramentos que surgem a partir do pé no chão, escuta aterrada, vínculo, confiança e diálogo de saberes, principalmente com o Movimento. Estes nos ensinam a desindividualizar o sofrimento e apostam na partilha enquanto ferramenta ético-política, subjetiva e objetiva, indo contra a ordem neoliberal especialista e segmentada. Campos (2015) conceitua “comunidade psicossocial” o território de trocas, vínculos afetivos, identificações e compartilhamentos.

### **Enredando caminhos e cuidados**

A Rede tem se reinventado para responder a questões psicossociais das/os militantes do MST. Ampliando seu escopo, realizou relatório psicossocial para o Ministério Público diante da ordem de despejo recebida por um acampamento do MST do interior de São Paulo. Para tanto, foi necessário estudo e acúmulo de pareceres psicossociais (SIMÕES, 2021; AEDAS, 2020) realizados em comunidades do campo e da floresta atingidas por grandes empreendimentos e/ou violentadas em seus direitos básicos. Tais relatórios quebram com o paradigma individualista da concepção de saúde-doença e avançam no sentido de garantia de direitos básicos e das especificidades das populações do campo, como a convivência, pertencimento, enraizamento, moradia, alimentação, direito à terra, transcendendo os determinantes da saúde. Alinhado a isso, estudos demonstram (NEPOMUCENO *et al.*, 2017) que o senti-

mento de comunidade é um fator protetivo em saúde mental (TCHALEKIAN; ROSA; COELHO, 2022).

Ainda sobre esse alicerce, inicialmente, acolhemos individualmente algumas mulheres do acampamento devido ao quadro de ansiedade e medo provocados pela decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) pela manutenção da posse à especulação imobiliária (MST, 2021). Porém, extrapolamos o cuidado com a proposta de oficina de *arpillera* para as pessoas do acampamento, pedido advindo das/os acampadas/os pelo setor de saúde do acampamento à Rede. Em reunião com a dirigente do acampamento e com o setor de saúde do mesmo, foi pactuado tal cuidado coletivo devido a situação de emergência do acampamento. Além disso, foi demandado relatório psicológico pelo MST para subsidiar o juiz do Ministério Público na tentativa de suspensão da decisão. O mesmo foi enviado e contribuiu para a suspensão da liminar.

Assim, a atuação da psicologia no MST transbordou para construção de pareceres e relatórios psicossociais, instrumentos técnicos legítimos da categoria (CFP, 2019) que contribuem para fazer frente a realidade de despejos enfrentados por acampamentos e assentamentos do MST. Mais um ofício para a psicologia emerge do encontro com os povos do campo: atuar para a diminuição da assimetria de poderes escancarada entre os supostos donos de terras (grandes empreendimentos, fazendeiros, etc) e agricultores e agricultoras familiares. A contribuição no cuidado em saúde mental nas brigadas de solidariedade, como ocorreu no sul da Bahia, após as chuvas no final de 2021, além das campanhas de distribuição de alimentos e marmitas saudáveis para as periferias também apresentam novas demandas a uma psicologia emergente, disposta a dialogar e construir com outros saberes e fazeres. Aprendemos com os movimentos sociais e as populações do campo, principalmente nesses tempos de pandemia, que a solidariedade é uma arma potente.

Outro desdobramento das ações da Rede foi a participação em formações e eventos do MST. Inicialmente participamos de formações internas e análises de conjuntura do Movimento visando o desenvolvimento e alinhamento crítico e político, além do aprofundamento das questões de gênero. Num segundo momento, fomos convidados pelo MST a facilitar oficinas formativas sobre saúde mental dentro dos encontros formativos e eventos do Movimento. A capilarização do conhecimento, sensibilizando sobre saúde mental e cuidado político, territorializado e plural, provou que a educação permanente e a atuação junto aos movimentos soci-

ais do campo são instrumentos robustos para se fazer uma psicologia da terra e caminhar na direção do cuidado integral em saúde mental do campo.

Para o fortalecimento da rede de apoio e a potencialização dos vínculos comunitários, contamos também com a parceria do MST, inicialmente, através da articulação entre dirigentes e a coordenação dos setores do Movimento. O acompanhamento psicoterápico por tempo indeterminado - quando identificada tal necessidade - e grupo de estudos sobre saúde mental política estão a cargo do projeto “Travessia Clínica” do SEDES/SP e da instituição Libertas Comunidade, coletivos parceiros da sociedade civil. Atualmente, tem sido realizadas reuniões preliminares com universidades públicas e particulares e encontramos novos/as parceiros/as de cuidado: psicólogas/os estudantes da UNESP. Diante do aumento das demandas e fila de espera para acolhimento individual, elas/es têm contribuído com estes, além de participar ativamente da Rede, tanto nas reuniões organizativas, quanto na interlocução. Paralelamente, a articulação de rede com as políticas públicas (CREAS, CAPS, Centro de referência à Mulher, etc) repercute na corresponsabilização do estado para garantia de direitos fundamentais, além de incidir na facilitação do acesso aos serviços pelas populações do campo.

Percebe-se a importância de outros atores e entes para a garantia do cuidado integral em saúde mental da população do campo, legitimado em parcerias com instituições da sociedade civil e órgãos públicos. Superar a fronteira de uma abordagem uniprofissional e individualista ainda é um desafio para a psicologia. Nesse sentido, as práticas psicossociais da Rede, ofertadas nos grupos e oficinas, e a articulação com outros serviços evidenciam a potência dessa transcendência, ainda mais quando alinhavada à educação popular, às práticas integrativas e à pedagogia do movimento. Enredar caminhos e afetos torna-se ferramenta fundamental para o cuidado em saúde mental dessas populações.

Os acolhimentos grupais se desenvolveram, a princípio, como ofertas da Rede a partir das demandas de militantes e seus grupos de atuação; posteriormente, outros grupos passaram a solicitar o acompanhamento coletivo. Esse processo buscou romper e ressignificar um imaginário presente no trabalho da psicologia de que este se faz apenas no âmbito individual; os espaços de escuta e circulação da palavra mostraram-se potentes tanto para as demandas particulares de cada pessoa, quanto para o processo vivido pelos grupos. Diálogos sobre relações de gênero e violência, luto, medos e preocupações relacionados à pandemia, entre tantos outros foram construídos coletivamente com grupos atuantes em diversas regiões do Brasil e de Brigadas internacionais na América Latina. (...) Importante destacar que na metodologia desenvolvida junto aos grupos, utilizamos alguns recursos organizativos do próprio modo de funcionar do MST (ROCHA *et al*, p.73, 2021).

### **Do coração à ação: a mística do MST**

Para além da superação do protagonismo do atendimento individual dentre as outras propostas de cuidado, é importante ressaltar que a Rede se articula com os modos de vida e a organização política, mas também cultural que o MST produz. Dentre elas, temos a mística enquanto uma dessas expressões. Esta é definida enquanto um pequeno espaço ritualístico em que os/as militantes usam recursos e elementos diversos do seu modo de vida para trazer à tona a força interior que impulsiona a militância e a energia vital para a luta; nos dizeres de Santos (2019, p.96): “[...] criar força material a partir da força simbólica”. No MST, a mística normalmente é expressa no começo das atividades e nela são trazidas expressões culturais e artísticas, simbologias, poesias, celebrações, canções, temas e referências de resistência e esperança (PELOSO, 2012).

Os movimentos sociais e as populações do campo ensinam a psicologia hegemônica a romper com sua base asséptica e binária para com a cultura e a arte e incorporá-las a produção de vida e luta. Segundo Santos (2019), o conhecimento tem um caráter corpóreo e o mesmo, para transformar-se em ação, nunca é mobilizado pela sua parte mais racional, mas sim pela parte subjetiva, ou seja, pela dimensão afetiva e emocional. A Rede, inspirada no MST, trouxe a mística também para o início dos seus espaços, tanto os organizativos, quanto os terapêuticos, apostando nessa tecnologia subjetiva e objetiva para a sensibilização dos corpos e fortalecimento dos princípios do Movimento.

À dimensão calorosa da luta, Santos (2019) nomeia de *corazonar*<sup>10</sup>, ou, aquecimento da razão. Ou seja, é o aquecimento dos conceitos à luz dos afetos, sentimentos e emoções para a ação. É esse *plus* que justifica o correr de riscos nas lutas sociais. A alegria e esperança motivadoras para as lutas sociais. Segundo o autor, “o aquecimento da razão é o processo através do qual as ideias e os conceitos continuam a despertar emoções motivadoras, emoções criativas e capacitadoras que reforçam a determinação de lutar e a disponibilidade para correr riscos” (SANTOS, 2019, p. 150). Mais do que isso, inspirado nos povos indígenas e alinhado com o conceito de *sentipensar* (ESCOBAR, 2014), *corazonar* seria a ponte ético/política/espiritual, em que o coração guia a razão pela sua energia vital às intervenções ponderadas em um mundo de comunhão e reciprocidade.

<sup>10</sup> Conceito usado por povos indígenas da região andina da América Latina.

### **Construindo pontes: psicologia, TIC e populações do campo**

A abrangência de cuidados ofertados pela Rede, tanto a nível local, regional, estadual, mas também nacional e internacional, demonstrou a potência das TIC enquanto instrumento para o cuidado dessas populações e do MST. Apesar da acessibilidade ser, em geral, um limitador para essas populações para a garantia de cuidado e outros direitos, a internet possibilitou romper a barreira geográfica para o cuidado em saúde mental. Em locais em que o acesso era precário, foi preciso criar estratégias outras, como a troca de mensagens de texto e/ou áudio de maneira assíncrona e a flexibilidade com horários e dias.

Não obstante, a psicologia também teve que ressignificar sua relação- antes de desprezo - com as TIC e se atualizar/apropriar nesse sentido, apesar de estruturalmente já vir se aproximando e dialogando com essas ferramentas. Mais do que isso, apesar das Tecnologias de Comunicação e Informação terem sido criadas em contexto de globalização para o fortalecimento do capitalismo transnacional, a democratização da comunicação e a diversidade de mídias alternativas tem possibilitado novas alianças.

as novas tecnologias de comunicação e informação, como a internet e o audiovisual, podem ser usadas pelo lugar como estratégia comunicacional para a criação de novas solidariedades, fortalecendo a ideia de um retorno do território. Embora as novas tecnologias de comunicação e informação tenham sido criadas a reboque da globalização hegemônica, dos interesses econômicos e políticos dominantes, os fluxos globais de informação e os meios de comunicação social globais também têm propiciado redes de comunicação independente transnacionais, regionais e locais e as diferentes mídias independentes alternativas. Isso vem permitindo que novos sujeitos sociais desses processos dialoguem com os movimentos sociais articulados globalmente com as comunidades oprimidas propiciando a criação de novas estratégias de luta (FASANELLO, 2018, p.34).

Desde 2012 o Conselho Federal de Psicologia (CFP) vem discutindo e ampliando ofertas de serviços de psicologia mediados pelas TIC. A Resolução CFP nº 11/2012, precursora, exigia cadastro em site pela/o psicóloga/o e permitia apenas orientação psicológica (com limitação de sessões) e atendimentos psicoterapêuticos de caráter experimental. Posteriormente, a Resolução CFP nº 11/2018 atualizou a primeira, orientando cadastro prévio do profissional junto ao Conselho Regional de Psicologia (CRP) e oferecendo novas modalidades de serviço virtual: supervisão técnica nos mais diversos contextos, atendimentos e/ou consultas psicológicas com vistas à orientação, avaliação e intervenção nas diferentes áreas, nas modalidades grupal e individual e sem limitação de encontros. Porém, era vedado o atendimento por TIC de pessoas e grupos em situação de violência, emergência, urgência e desastre, sendo orientado, nesses casos, o atendimento no formato presencial.

Diante da nova ordem social mundial instaurada em 2020, a regulamentação de serviços psicológicos prestados por meio de TIC, durante a pandemia do COVID-19, ganhou normativa específica através da Resolução CFP nº4/2020. Ainda vigente, entre as mudanças, estão a flexibilização do atendimento virtual para pessoas e os grupos específicos (e situação de violência, urgência e desastres) e a permissão de atendimento online apenas por profissionais cadastrados na plataforma do sistema de conselhos (e-psi). Tais mudanças possibilitaram à categoria a ampliação de ofertas psicossociais online para públicos específicos, rompendo com o isolamento de pessoas em sofrimento mental, como as mulheres em situação de violência do MST e assentamentos e acampamentos em situação de conflito agrário, permitindo o nascimento da Rede de Saúde Mental do MST.

A compreensão do processo histórico da Rede, sua organicidade e estrutura, além da identificação das práticas de cuidado oferecidas, apontam algumas potencialidades, limites, pistas e desafios para a psicologia do campo. Nos próximos capítulos iremos analisar a Rede de Saúde Mental do MST a partir da sua contribuição para a produção dessa (outra) psicologia e na repercussão desta para o cuidado integral à saúde mental das populações do campo. Nesse sentido, propomos uma inversão do olhar: o que se coloca em jogo não é aplicar a ciência psicológica no campo, mas sair do lugar de conforto enquanto ciência moderna e sua hierarquia de saber/poder e aprender com os saberes e fazeres da terra. Ou seja, aqui nos cabe compreender os desafios - e consolidar - uma psicologia da terra a partir do semear da Rede de Saúde Mental do MST. Urge à psicologia repensar seu protagonismo e aceitar sua incompletude para contribuir efetivamente para o cuidado integral em saúde mental do campo.

## 4 ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS

Deu meia noite, a lua faz o claro  
 Eu assubo nos aro, vou brincar no vento leste  
 A aranha tece puxando o fio da teia  
 A ciência da abeia, da aranha e a minha muita gente desconhece  
 Muita gente desconhece olará, viu?  
 Muita gente desconhece.  
 (Na asa do vento, **João do Vale**)

### 4.1 “NOSSO NORTE É O SUL”<sup>11</sup>: APORTES TEÓRICOS

Até aqui foi possível uma articulação teórica entre saúde pública, saúde mental do campo, movimentos sociais camponeses e psicologia. Com o intuito de “[...] tornar o estranho em conhecido, e em contemporâneo o que é distante” (SANTOS, 2019, p.94), apostamos, no primeiro capítulo, na ludicidade da contação de histórias, uma vez que ela possibilita o exercício da co-presença pelos/as ouvintes. No segundo capítulo, passamos pela emergência da Rede de Saúde Mental do MST, sua formação e práticas. Neste capítulo, dando segmento na busca por epistemologias e metodologias de pesquisa que estejam em consonância e em congruência com as lutas emancipatórias e transformações sociais, nos deparamos com a proposta das epistemologias do Sul, idealizada e sistematizada por Boaventura de Souza Santos e seu grupo de pesquisa. Referem-se aos saberes e fazeres que surgem na luta e apresentam-se enquanto um

[...] conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos (SANTOS, 2014, s/p.).

Para Santos, a injustiça social global está atrelada a injustiça cognitiva global (Santos, 2019). É na modernidade ocidental - estruturada pelo patriarcado, pelo colonialismo e pelo capitalismo – que Boaventura localiza o que chama de pensamento abissal ou linha abissal, ou seja, composição de linhas radicais invisíveis que dividem o mundo da sociabilidade

<sup>11</sup> Torres García, 1943.

metropolitana, onde estão localizados os ditos humanos e civilizados, do mundo da sociabilidade colonial, compostos por pessoas invisibilizadas e excluídas, aquelas sacrificadas socialmente e tratadas de forma sub-humana. Tais polos se retroalimentam: “[...] a negação dessa humanidade é essencial à constituição da modernidade, uma vez que é condição para que o lado de cá possa afirmar a sua universalidade” (FASANELLO *apud* SANTOS, 2018, p. 400). Como explicita a pesquisadora da Fiocruz:

[...] fazem parte de uma proposta epistemológica e política para entender como a modernidade, em sua tríplice forma de dominação (capitalismo, colonialismo e patriarcado), mais que excluir trabalhadores explorados, exclui radicalmente pessoas da condição de humanos e sujeitos portadores de direitos e saberes. A linha abissal é simultaneamente radical, invisível e invisibilizadora, e se encontra por detrás de fenômenos como o racismo, a xenofobia e outras formas de violência contra indígenas, favelados, mulheres e homossexuais, entre outros grupos presentes no ‘Sul Global’. Este inclui os países das regiões periféricas e semiperiféricas do sistema-mundo moderno, também denominadas ‘Terceiro Mundo’ após a II Guerra Mundial. Trata-se, porém, de um conceito dinâmico que transcende divisões geográficas, já que podemos falar de um Norte dentro do Sul, e de um Sul dentro do Norte (FASANELLO, 2018, p.400).

Segundo essa lógica, entendemos que há sociedades metropolitanas e territórios coloniais tanto no hemisfério Norte como no Sul, superando as barreiras geográficas. Nos territórios coloniais e nos grupos do sul global aplica-se o mecanismo da apropriação/violência, dicotomia caracterizada pela negação radical. Tais espaços são caracterizados pela inexistência de mecanismos jurídicos, religiosos e epistemológicos, uma vez que são lugares sem lei (SANTOS, 2007). Diante desse ‘vale tudo’, justifica-se a cooptação e destruição física, material, cultural e o processo de desumanização dos sujeitos que estão do outro lado da linha.

Já as sociedades metropolitanas estão regidas e protegidas pela lógica da regulação/emancipação, que se guia pelas aparelhagens jurídicas e políticas, exemplo do Estado neoliberal, da democracia e dos direitos humanos (SANTOS, 2007). Tal processo elucida a assimetria de poderes e saberes que está dada a quem está do outro lado da linha abissal epistemológica; e o epistemicídio a que estão condenados, por exemplo, os movimentos sociais, comunidades e populações específicas, que tiveram e ainda têm seus saberes e práticas deslegitimados, quando não assassinados.

Segundo Santos (2019), é na modernidade eurocêntrica que há a transição do estado da natureza para a sociedade civil e a impossibilidade de coexistência dos dois. Dessa forma, a sociedade civil e a natureza ficam separadas pela linha abissal jurídica e epistemológica, que

desqualifica a segunda. Nesse sentido, o resgate da relação com a natureza se apresenta como uma forma de resistência e ação contra hegemônica. Para o autor, “[...] a característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha” (2007, p.71).

O mesmo autor aponta que a luta pela justiça social requer, impreterivelmente, a construção de um pensamento pós-abissal. Este implica a construção de conhecimentos a partir da perspectiva das pessoas excluídas e invisibilizadas - e não exclusivamente a partir de uma ciência – e a superação da objetificação dos excluídos. Para além disso, o pensamento pós abissal é um grande desafio das epistemologias do Sul, uma vez que mira na “[...] transição utópica para uma sociedade pós-capitalista, pós-colonial e pós patriarcal” (FASANELLO, 2018, p.401). Para atingi-lo, conta com alguns alicerces: ecologia de saberes, tradução intercultural, artesanaria das práticas e sociologia das ausências e emergências.

É por meio do que Santos (2019) denomina de sociologia das ausências que se dá o processo de cartografia da linha abissal. Ela serve para identificar a forma, os meios e o modo como atua a linha abissal, para resgatar e visibilizar as vozes e saberes que foram marginalizados e silenciados do outro lado da linha. Essa investigação concentra-se na desmonumentalização das cinco monoculturas, que segundo o autor, classificam a ciência moderna: a monocultura do conhecimento válido, do tempo linear, da classificação social, da superioridade do universal, do global e da produtividade (SANTOS, 2019). Marina Fasanello (2018, p.101-102) destrincha tais conceitos de forma elucidativa:

A sociologia das ausências busca demonstrar que o que não existe na visão ocidental é, em grande medida, resultado de um processo ativo de invisibilização de realidades consideradas desqualificadas, ininteligíveis e descartáveis. Portanto, o objetivo central da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis e, a partir daí, transformar as ausências em presenças. Sua tarefa seria então quebrar as cinco monoculturas de nossa civilização ocidental: (i) do saber que transforma a ciência moderna e a cultura erudita em critérios únicos de verdade e de qualidade estética; (ii) do tempo linear com a ideia de que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos e o que se opõe a essa direção é atrasado, primitivo, obsoleto, subdesenvolvido; (iii) da naturalização das diferenças e das hierarquias, base dos diferentes racismos e sexismos; (iv) da lógica da escala dominante, que na modernidade ocidental aparece sob duas formas principais, o universal e o global, as quais definem entidades ou realidades em outras escalas como particulares, locais, excêntricas; (v) por fim, a monocultura dos critérios de produtividade capitalista com sua lógica produtivista que torna inquestionável o crescimento econômico, sendo outras realidades consideradas como improdutivas, estereis, profissionalmente desqualificadas ou decorrentes da “preguiça”. Dessa forma, são constituídas as cinco principais formas sociais de não-existência produzidas ou legitimadas pela razão metonímica: o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo (FASANELLO, 2018, p. 101-102).

Ao realizar o desafio do rompimento das monoculturas, as epistemologias do Sul propõem a sociologia das emergências, ou seja, o exercício de dar visibilidade a conhecimentos e práticas que indiquem possibilidade dessa transição utópica - para uma sociedade pós-abissal. Ela se concentra em novas potencialidades emergentes para a transformação social a partir de diversas vozes do outro lado da linha e de outras possibilidades: dos seus modos de ser e fazer. Segundo Santos (2007), esta “[...] consiste numa amplificação simbólica de sinais, pistas e tendências latentes que, embora dispersas, embrionárias e fragmentadas, apontam para novas constelações de sentido tanto no que respeita à compreensão como à transformação do mundo” (p.83). Para além dessas características, o autor aponta que a sociologia das emergências “permite ressignificar subjetividades individuais e coletivas” (SANTOS, 2019, p.53).

O pensamento pós-abissal envolve uma quebra radical com a modernidade ocidental em todas as suas hierarquias e binaridades enviesadas pelas monoculturas e universalidades abstratas. Ele envolve a co-presença dos agentes transformadores e da ecologia de saberes enquanto condições básicas. Santos (2019) denomina de ecologia de saberes o processo coletivo de diálogo e produção de conhecimentos – científicos, não científicos (artesanais) e híbridos -, tornados visíveis pela sociologia das ausências e emergências, via mutirão: através do estudo das divergências, contradições, complementaridades e afinidades de diversos saberes que estão aliados às lutas emancipatórias.

Uma das premissas básicas da ecologia de saberes é que todos os conhecimentos têm limites internos e limites externos. Os internos dizem respeito aos limites das intervenções no real que permitem. Os externos decorrem do reconhecimento de intervenções alternativas tornadas possíveis por outras formas de conhecimento. Por definição, as formas de conhecimento hegemónico só conhecem os limites internos, portanto, o uso contra-hegemónico da ciência moderna só é possível através da exploração paralela dos seus limites internos e externos como parte de uma concepção contra hegemónica de ciência. É por isso que o uso contra-hegemónico da ciência não pode limitar-se à ciência. Só faz sentido no âmbito de uma ecologia de saberes (SANTOS, 2004, p. 28/29).

Para transformar essa diversidade política, cultural e epistemológica, a ecologia de saberes conta com o apoio da tradução intercultural que “[...] a partir do reconhecimento da diferença, promovem consensos sólidos suficientes que permitam partilhar lutas e riscos” (SANTOS, 2019, p.60). Na prática, a tradução converte distâncias e diferenças em semelhanças e proximidades, sendo um ato de intermediação (SANTOS, 2019). Mais do que colocar os diversos conhecimentos em roda para a construção democrática de saberes, o que

está em jogo na ecologia de saberes é a possibilidade de retirar força organizativa e de articulação desse encontro de saberes para luta e transformação social.

Para uma ecologia de saberes, o conhecimento como intervenção no real – não o conhecimento como representação do real – é a medida do realismo. A credibilidade da construção cognitiva mede-se pelo tipo de intervenção no mundo que proporciona, ajuda ou impede. Como a avaliação dessa intervenção combina sempre o cognitivo com o ético-político, a ecologia de saberes distingue a objectividade analítica da neutralidade ético-política (...) (SANTOS, 2004, p. 29).

Segundo Carneiro et al, a ecologia de saberes “[...] visa promover o diálogo entre vários saberes que podem ser considerados úteis para o avanço das lutas sociais pelos que nela intervém” (CARNEIRO; KREFTA; FOLGADO; 2014, p.2). A ecologia de saberes desloca o conhecimento científico de um lugar de superioridade e representação da realidade para um lugar de intervenção na realidade e horizontalidade entre conhecimentos científicos e outros saberes. O interconhecimento, a intersubjetividade e a disposição para conhecer e agir em diferentes escalas e temporalidades faz parte do seu ensejo e proposta de projeto político.

A ecologia de saberes procura dar consistência epistemológica ao pensamento pluralista e propositivo. (...) A utopia do interconhecimento é aprender outros conhecimentos sem esquecer os próprios. É esta a tecnologia de prudência que subjaz à ecologia de saberes. Ela convida a uma reflexão mais profunda sobre a diferença entre ciência como conhecimento monopolista e ciência como parte de uma ecologia de saberes (SANTOS, 2004, p. 27).

Para compreender as epistemologias do Sul, Santos (2019) propõe o conceito de artesanaria das práticas enquanto ponto de chegada. Estando alinhada com a premissa do pensamento pós-abissal, a mesma “[...] consiste no desenho e na validação de práticas de luta e de resistência levadas à cabo” (p.61). A partir dos instrumentos colocados anteriormente e da concepção da metodologia enquanto artesanato, ela aponta não só para um processo de trabalho singular, mas também para a articulação e alianças entre as lutas e resistências enquanto alternativas para superar os três modos de dominação operantes na modernidade ocidental, estando em consonância com as metodologias não extrativistas.

#### 4.2 O DESAFIO DA DESCOLONIZAÇÃO DA PESQUISA

Diante do aporte epistemológico apresentado seguimos para o alinhamento metodológico. O presente trabalho fundamenta-se na pesquisa qualitativa e tem como referência a noção de metodologias colaborativas não extrativistas (SANTOS, 2019). Estas têm como base “[...] conhecer e construir conhecimento ‘com’ e não ‘sobre’ [...] e articulam-

se fortemente com dimensões educacionais e pedagógicas da transformação social trabalhadas, anteriormente, de forma seminal pelos autores latino-americanos Paulo Freire e Fals Borda” (FASANELLO; NUNES; PORTO, 2018, p.398). Apesar de apresentarem pontos similares às metodologias participativas, elas desdobram as segundas ao considerarem a participação mais que uma partilha e empoderamento com/dos sujeitos oprimidos:

Trata-se de pensar a pesquisa como uma ‘co-criação’ para a produção de conhecimentos ‘co-labor-ativos’, assim como a intervenção no mundo uma ‘co-responsabilidade’ decorrente do trabalho conjunto, um ‘colaborar’ de natureza simultaneamente ética, política e epistemológica (FASANELLO; NUNES; PORTO, 2018, p.401).

O desafio estratégico das metodologias colaborativas não extrativistas é construir não apenas conhecimento junto às populações excluídas e invisibilizadas, mas também subjetividades, o que implica na superação da linha abissal. Aposta-se na criação de espaços de interações e diálogos que considerem os saberes e fortaleçam as práticas dos sujeitos oprimidos, abandonando o lugar de objetos de pesquisa. Nesse sentido, a pesquisa deixa de explorar e extrair informações das lutas sociais e dos sujeitos e reconhece tais populações e comunidades como “[...] portadoras de saberes legítimos e (passa a) com elas interagir” (FASANELLO; NUNES, PORTO, 2018, p.402), deixando de reproduzir práticas e sistemas coloniais, como o neoextrativismo acadêmico.

Tal transformação ressoa no papel do/a pesquisador/a, contribuindo para a descentralização da autoria da pesquisa e a renúncia do lugar de individualismo possessivo do/a cientista, reflexo do modelo capitalista. Pelo contrário, almeja-se do/a mesmo/a participação social ativa na luta, em que o/a pesquisador/a se posiciona enquanto co-autor/a de um trabalho coletivo. Ao papel ativo do/a investigador/a, enquanto articulador/a e facilitador/a de conhecimentos com os movimentos sociais, Santos (2014, p. 335) nomeia de “intelectual de retaguarda”. A investigação, assim, torna-se um instrumento de construção de um projeto político e ético no qual as formas de vida e conhecimentos coabitam lugares e espaços, criando implicação e corresponsabilização para a luta e transformação social. Essa nova conformação possibilita uma intervenção no mundo e um trabalho conjunto entre sujeitos da academia, das instituições aliadas e dos movimentos sociais, colocando a universidade a serviço da sociedade.

Sob a ótica da saúde pública e do corpo teórico crítico das epistemologias do Sul “[...] que propõe um pensamento alternativo para enfrentar o pensamento único da modernidade

eurocêntrica” (FASANELLO; NUNES; PORTO, 2018, p. 402) através da valorização de saberes, diálogo horizontal de conhecimentos, construção de pensamento pós-abissal e da artesanania das práticas, propomos nessa pesquisa a construção de conhecimento “co-laborativo” (FASANELLO; NUNES; PORTO, 2018). Ou seja, uma pesquisa a partir de um trabalho coletivo, singular e artesanal, articulado com a luta social, com atores da Rede de Saúde Mental do MST (psicólogas/os, militantes, universidade e parceiros/as do Movimento).

Alinhada com a perspectiva “de que o nosso norte é o sul” (GARCÍA, 1943), propomos nessa pesquisa o exercício de inversão do olhar. Em vez de centralizar no conhecimento científico (psicologia) a busca no cuidado integral em saúde mental do campo, apostamos no caminho oposto: como a aliança com os movimentos sociais e populações do campo pode contribuir para uma psicologia descolonizada, politicamente territorializada e popular e, conseqüentemente, para o cuidado integral em saúde mental das populações do campo? A partir do encontro com a Rede de Saúde Mental do MST, almeja-se contribuir para a produção de outros fazeres e saberes da psicologia, e sua descolonização, colaborando para a solidificação de práticas de cuidado em saúde mental críticas e contextualizadas. Aqui vale situar também o meu lugar nesse trabalho coletivo: psicóloga, pesquisadora e membro da Rede de Saúde Mental do MST desde o segundo semestre de 2020, sendo colaboradora do MST desde 2017.

Inspirado nos trabalhos do sociólogo Charles Wright Mills, Santos (2019) desenvolve o conceito de artesanania das práticas destacando a singularidade de cada pesquisa, uma vez que cada trabalho seria uma obra artesanal e os/as pesquisadores/as seus/suas artesãs/ãos. Mais do que um ofício, a artesanania das práticas possibilita e instiga a composição entre diversos saberes, fazeres, grupos, modos de vida e artes, aproximando as fronteiras e rompendo as binaridades impostas pela modernidade. Pelas palavras de Fasanello (2018):

Nesse processo, formas de expressão distintas, linguagens diversas e uma heterogeneidade de práticas aprendem a criar em colaboração, em encontros que estabelecem, de maneira situada, os espaços em que as ecologias de saberes e de práticas podem emergir. Destas experiências nascem novas configurações de saberes, novas histórias, novas maneiras de produzir a vida em comum, o conhecimento, os modos de afetar e de ser afetado/a” [...] É nesse contexto que podemos falar de uma diluição de fronteiras ou maior porosidade entre os campos da epistemologia, comunicação e arte como constitutiva de um pensamento pós-abissal. A desconstrução e a reconstrução de paradigmas a partir de encontros reais e horizontais com outros saberes abarca, como já dito, uma artesanania das práticas (p. 409)

A Rede de Saúde Mental do MST pode ser pensada enquanto esse exercício da artesanaria das práticas. Articula-se com as práticas colaborativas não extrativistas, a tradução intercultural e ecologia de saberes, uma vez que envolve relações e produções de afetos, cuidados, subjetividades, práticas e saberes singulares entre psicólogas/os, pesquisadores/as, professores/as universitários/as, estudantes (estagiários/as e residentes), militantes do MST, psicanalistas, terapeutas corporais, advogadas, sociólogas, pedagogas e instituições parceiras. É nesse contexto que a pesquisa se desenvolve e tem as/os membras/os da Rede como seu público-alvo, ou melhor dizendo, seus/suas co-autores/as.

As metodologias colaborativas não extrativistas aceitam composições com outros métodos e teorias, desde que consigam dialogar e estejam alinhadas com o contexto ético-político proposto. Assim, trazemos ao longo do texto, mais principalmente no capítulo 1, a integração de pensamentos descolonizadores como Franz Fanon, Paulo Freire, Ailton Krenak, Psicologia Social, MST, Rubem Alves, políticas públicas progressistas, saúde mental do campo, os quais podem construir uma artesanaria ao encontro das epistemologias do Sul.

Após o levantamento bibliográfico e a revisão sistemática, ou seja, o exercício de resgate de saberes rumo à justiça social, escolhemos, de início, compor esse trabalho com a escrita das experiências contra hegemônicas com as populações do campo. Nesse período, já acompanhávamos o processo grupal (próprio da Rede), participando das reuniões semanais e, inclusive, o projeto de pesquisa foi colocado como ponto de pauta e apresentado.

Posteriormente, executamos entrevistas narrativas com psicólogas/os da Rede e a sistematização das reuniões da Rede de Saúde Mental do MST, via diário de campo. Também tivemos acesso a documentos internos da Rede: planilhas e documentos com dados referentes as atividades coletivas, grupos e atendimentos individuais. Conhecimento, afeto, cuidado e arte se estreitaram nessa construção coletiva para o cuidado integral em saúde mental do campo.

Ancorado em Lane (1984), Martín-Baró utiliza e reafirma o termo ‘processo grupal’ - ao invés de ‘grupo’-, ao considerar o grupo enquanto experiência histórica, “[...] fruto das relações que vão ocorrendo no cotidiano, e ao mesmo tempo, que traz para a experiência presente vários aspectos gerais da sociedade, expressas nas contradições que emergem do grupo” (MARTÍN-BARÓ *apud* MARTINS, 2003, p. 203). Nos apoiamos nesse conceito para acompanhar o processo grupal já existente e próprio da Rede, iniciado em abril de 2020 – utilizado enquanto possibilidade de reflexão da prática. Apreciamos a vivência do coletivo à

luz do processo grupal de Martín-Baró (2003), que tem como premissa a práxis (pensar e agir):

O processo grupal estimula a reflexão individual e coletiva, no sentido de possibilitar que seus membros se conscientizem de sua identidade psicossocial. É o espaço para a problematização do cotidiano, para o desencadeamento de novas relações e vínculos afetivos, para a expressão de opiniões e sentimentos. A partir do grupo torna-se possível identificar as diferenças e as semelhanças nas experiências individuais. Portanto, formação e informação, possibilitam o confronto de valores, de experiências, de sentimentos e de informações (senso comum versus conhecimento científico) que gera reflexão e a valorização dos indivíduos, e os impulsionam para a ação (MARTÍN-BARÓ *apud* MARTINS, 2003, p. 209/210).

O processo grupal conversa com a proposta de ecologia de saberes e diálogo intercultural das epistemologias do Sul, pois permite externalizar as tensões e diferenças, além das humanidades por de trás dos saberes/fazerem em questão para a prática social. Em espaços com pessoas de diferentes grupos sociais, culturas, histórias, Santos (2019) argumenta sobre a importância do exercício da tradução intercultural, uma vez que este possibilita a criação de ambientes de diálogo e inteligibilidade. Dessa forma, o processo grupal nesses moldes coaduna com o processo de interconhecimento e intersubjetividade e permite a desconstrução e reconstrução de si, de práticas democráticas e de conhecimentos para intervenção e invenção de um mundo possível.

O caminho metodológico seguiu pelo acompanhamento das reuniões da Rede de Saúde Mental do MST. Apesar das reuniões já existirem desde o início da Rede, em abril de 2020, participei das mesmas entre o período de março de 2021 a fevereiro de 2023, acompanhando, aproximadamente, cerca de cinquenta encontros. Estes, aconteceram quinzenalmente intercalados às interlocuções e foram sistematizados em diário do campo. Se as interlocuções aconteceram de forma mais livre, a partir do compartilhamento de casos, grupos e oficinas e do processo de trabalho da Rede; as reuniões seguiam uma metodologia comum: mística, informes, pautas, discussão e encaminhamentos. Uma dupla ficava responsável por facilitar as duas reuniões do mês e receber/organizar as pautas. Quando vi, lá estava eu: facilitando o espaço. E num piscar de olhos já era algo onipresente que levava pra vida.

Nesse percurso da pesquisa também foram utilizadas as relatorias coletivas das reuniões, - produzidas por dupla rotativa de atores da Rede - a fim de garantir a polifonia de vozes e impressões sobre os encontros, as práticas e os saberes partilhados. Vale ressaltar que

devida a dinamicidade do grupo e da amplitude das temáticas discutidas em coletivo, alguns elementos foram aprofundados nas entrevistas narrativas.

Dessa forma, os instrumentos empregados nessa pesquisa foram: o processo grupal, o diário de campo e as entrevistas narrativas. No que se refere às práticas desenvolvidas pela Rede de Saúde Mental do MST, tais ferramentas foram utilizadas enquanto recursos para reflexão e produção coletiva de conhecimentos e sentidos, possibilitando transcender a limitação imposta pelas propostas analíticas. O diário de campo, como preconizado por Minayo (2010), permite o registro das atividades a partir da percepção de quem o constrói, admitindo-o enquanto prática reflexiva. Tal instrumento visa delinear observações sobre diálogos, teorizações, comportamentos, instituições, expressões, ou seja, auxilia na composição do quadro das representações sociais que digam respeito ao tema e que foram vivenciados durante a pesquisa.

Seguindo as consignações de Javchelovitch e Bauer (2014), a entrevista narrativa tem como objetivo central incentivar o sujeito entrevistado a contar livremente suas experiências e contexto social. Enquanto alternativa às entrevistas diretas e semi-estruturadas, através de uma pergunta disparadora, aposta na menor interferência por parte dos pesquisadores/as. O esquema de narração substitui o esquema pergunta-resposta que define a maioria das entrevistas. Para tanto, ela convoca à construção de um ambiente de espontaneidade, colaborando para relatos mais vivos e significativos, que vem à tona por meio da narração – análoga à contação de histórias (FASANELLO; NUNES; PORTO, 2018).

Segundo Santos (2016, p.24), “[...] narrar é fazer existir e sobretudo resistir para não sucumbir à racionalidade hegemônica”. Já para Benjamin (1987b, p.6), “[...] a narrativa é uma produção artesanal que faz do narrador um artista, pois, ao narrar a sua experiência, ao resgatar memórias, ao buscar referências no seu cotidiano, ele ressignifica o vivido”. Nesse sentido, tal ferramenta está alinhada com o ofício de artesanaria das práticas, uma vez que coloca não só o/a pesquisador/a enquanto artesão/ã, mas também a/o entrevistada/o enquanto artista. O exercício da escuta por parte do/a pesquisador/a, permite a emergência de outros conhecimentos que se fazem no resgate da memória, na partilha de si (sentimentos, emoções, afetos, reflexões, pensamentos, desejos) e do vivido pela/o entrevistada/o, estando alinhado com o conceito de ecologia de saberes e *corazonar*. Esse processo dialógico permite a produção de intersubjetividades e de relatos significativos, recheados de detalhes e singularidades.

Um relato significativo depende de um estado de espírito livre, um voar discursivo espontâneo que permita uma conexão alinhada com sentidos profundos de uma pessoa em dado contexto social. [...] performance e discurso fundem-se para produzir e alcançar relatos significativos (FASANELLO; NUNES; PORTO, 2018, p.411).

Essa nova postura acarreta no deslocamento de verdades pré-estabelecidas por uma voz única – do/a pesquisador/a - para uma polifonia de vozes e o surgimento de outras verdades desenterradas. Para tanto, nessa pesquisa, se fez crucial o investimento na ambiência, para além do vínculo, mesmo que as entrevistas tenham sido realizadas de forma online e via plataforma *google meet*. Investimos em presença mesmo na ausência física; na oferta de um espaço e numa condução que permitisse descontração, arte, liberdade e promovesse confiança entre as partes.

Para isso, enviamos um texto introdutório às entrevistas narrativas, aproximando as/os participantes da investigação. Iniciamos as entrevistas com a seguinte mística para a sensibilização: projeção da imagem das “namoradeiras da janela” junto com música “Paisagem da Janela” de Lô Borges. A boneca namoradeira é uma escultura tradicional do estado de Minas Gerais e nos remete a um costume antigo de moradores do interior do Brasil. De olhar apaixonante, essas esculturas são símbolos de boas-vindas aos que chegam. Na época colonial, em que a mulher estava restrita ao espaço privado da casa, a janela era a ponte para a vida: espaço de trocas, conversas, flertes, esperanças e sonhos (SILVEIRA, 2019). Nos debruçamos sobre a janela para espiar o movimento, aquilo que nos desperta curiosidade e desejo, mas também para descansar. Ao seguir as pistas do que nos inquieta e provoca lá fora, ativamos afetos, re-cor(d)ações, pensamentos, saberes e memórias. Promovemos um encontro da janela lateral (tela) da nossa casa à janela (tela) da casa da/o entrevistada/o.

[...] a proposta de entrevista narrativa e do uso de histórias da literatura oral para a sensibilização e construção de intersubjetividades que possibilitem a emergência de relatos significativos. [...] metodologias colaborativas que, ao incorporar diferentes linguagens e formas de expressão no processo dialógico a partir de narrativas, pode contribuir para o desenvolvimento de novas metodologias colaborativas a partir do resgate não apenas dos elos silenciados (noção que será trabalhada mais à frente) associados às violências abissais, mas de conhecimentos e projetos utópicos que envolvam e integrem amplamente sentidos, saberes e sonhos emancipatórios construídos nas frestas das opressões e distopias em curso” (FASANELLO; NUNES; PORTO, 2018, p.400).

Deixamos outros elementos artísticos (poemas, livros, instrumentos, musicais, plantas, óleos essenciais, auriculoterapia, etc) às mãos, mantendo a mística dos movimentos sociais do campo e sua aposta na arte e na sensibilização dos sentidos enquanto força propulsora da luta.

Para além da atividade racional e de conteúdos objetivos, buscamos propiciar encontros carregados de afeto, subjetividade e encantamentos, ultrapassando a linha e o pensamento abissal. Com o disparador “conte sua história...” foi dada a largada a contação livre da história de cada uma/um com a Rede, com o MST e com a psicologia. Foram pensados três eixos de basilares para as conversações: 1) Histórico (levantamento da história da Rede e da/o participante; 2) Práticas psicossociais e os desafios (atividades desenvolvidas pela Rede até o momento e os desafios); 3) Novos caminhos (alternativas (im)possíveis para a Rede).

O critério de escolha das pessoas entrevistadas consistiu em ser psicóloga/o e tentar garantir a diversidade de vozes, gênero, geração, lugares, saberes, militância, percursos e formações dos atores da rede e das instituições parceiras a quem também representam. O convite para participação das entrevistas foi realizado individualmente, via *Whatsapp*, no qual foram lembrados os elementos principais da pesquisa, bem como colocada a abertura para a escuta de sugestões, limites e possibilidades.

Entendemos que o processo grupal está em consonância com as entrevistas narrativas na medida em que as questões levantadas no primeiro foram aprofundadas nas segundas. Do mesmo modo, como as reuniões acontecem permanentemente, ocorreu o inverso, ou seja, questões levantadas nas entrevistas narrativas suscitaram temas a serem refletidos coletivamente nos espaços grupais, coadunando para a construção coletiva de conhecimento. A princípio, a proposta era realizar oito entrevistas narrativas, porém, devido a indisponibilidade de uma das participantes no período em que ocorreram as entrevistas, foram realizadas sete entrevistas. As mesmas foram concretizadas no formato virtual e individual, sendo gravadas com o consentimento das/os participantes.

As reflexões, pensamentos, sentimentos e observações das entrevistas narrativas foram gravadas e transcritas. O questionamento sobre a identificação ou não de cada participante na pesquisa foi realizado no início das entrevistas e também no processo grupal. Todos tiveram sua identidade protegida e respeitada, quando solicitado o resguardo da mesma e, unanimemente, as/os entrevistadas/os quiseram se identificar.

Em junho de 2023 foi organizado o 1º Encontro da Rede de Saúde Mental do MST, no formato presencial na ENFF, onde foram convidadas/os todas/os as/os atores e colaboradores da mesma. O encontro teve a duração de três dias e contou com uma programação diversa e conjunta com o MST: história do MST e dos setores, análise de conjuntura política, saúde mental, tempo trabalho na Escola, apresentação da Rede e sua organicidade, troca de

experiências, cultural e visita guiada à ENFF. Nesse encontro foi possível conhecer mais a fundo as/os atores da Rede e estreitar os laços afetivos, epistemológicos e metodológicos com estes, com o setor de saúde do MST e com o próprio movimento. A história, as discussões, as práticas da Rede e do MST foram anotadas em diário de campo e endossaram a pesquisa.

As “análises” do processo grupal e dos materiais levantados pelos instrumentos apresentados foram realizadas por meio dos aportes teóricos das epistemologias do Sul, principalmente à luz da ecologia de saberes, tradução intercultural, artesanias das práticas e sociologia das ausências e emergências.

Na co-criação, o foco passa a ser a construção de narrativas que tragam à tona elementos ou relatos significativos em termos de prioridades estratégicas de luta, saberes situados e ações voltadas à transformação. Mais que discursos obtidos a partir de entrevistas a serem objetivamente analisados, o que está em jogo são formas de comunicação vivas obtidas através de narrativas, histórias e relatos significativos (FASANELLO, 2018, p. 410).

As análises prévias das entrevistas foram compartilhadas com as/os entrevistadas/os visando a continuidade do exercício de co-criação e a construção coletiva de conhecimentos. Foi colocada a importância de comentários e retorno das/os participantes e a abertura para críticas, sugestões e complementações. Por fim, vale salientar que a pesquisa teve início após aprovação do Comitê de Ética e, portanto, o estudo em questão foi realizado a partir da devida autorização das/os participantes, após leitura e assinatura do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE). Dessa forma, o estudo ocorreu em cinco etapas, desenvolvidas a partir dos encontros e diálogos com as/os participantes:

- ◆ I Etapa: Levantamento bibliográfico e revisão sistemática;
- ◆ II Etapa: Apresentação do projeto de pesquisa à Rede de Saúde mental do MST e acompanhamento do processo grupal existente;
- ◆ III Etapa: Realização das entrevistas narrativas;
- ◆ IV Etapa: Análise dos processos da pesquisa;
- ◆ V Etapa: Debate dos frutos e produção de novos caminhos.

## 5 ANÁLISE OU “HUMANIZAR O CAMPO”<sup>12</sup>

¿Quién dijo que todo está perdido?  
Yo vengo a ofrecer mi corazón  
Tanta sangre que se llevó el río  
Yo vengo a ofrecer mi corazón

No será tan fácil, ya sé que pasa  
No será tan simple como pensaba  
Como abrir el pecho y sacar el alma  
Una cuchillada del amor

(...)

Y uniré las puntas de un mismo lazo  
Y me iré tranquilo, me iré despacio  
Y te daré todo y me darás algo  
Algo que me alivie un poco más

(Yo vengo ofrecer mi corazón, **Fito Paez**)

### 5.1 ALIANÇAS ENTRE OS EXCLUÍDOS E A DESMONUMENTALIZAÇÃO DAS MONOCULTURAS

A aliança entre movimento social do campo e a psicologia talvez seja um bom ponto de partida para iniciarmos o debate analítico sobre a Rede de Saúde Mental do MST. A parceria e articulação entre as partes possibilitou a emergência de um outro feito, tanto para o MST, quanto para a psicologia, como veremos ao longo desse capítulo. Nesse primeiro tópico, a partir do aporte decolonial das exclusões abissais e não abissais e da sociologia das ausências, compreenderemos as vivências distintas a que esses dois grupos estão sujeitos. Porém, para além de compreendermos as diferenças entre as duas formas de exclusão vividas pelo MST (exclusão abissal) e pelo coletivo de saúde mental do MST (exclusão não abissal), apresentaremos caminhos possíveis, a partir do elo dos excluídos, para a superação das invisibilidades e o enfrentamento do pensamento e da linha abissal. Para isso, reforçamos o conceito de exclusão abissal e não abissal a partir da definição de Santos (2019):

O mundo metropolitano é o mundo da equivalência e da reciprocidade entre “nós”, aqueles que são, tal como “nós”, integralmente humanos. Existe inequidades sociais e de poder entre “nós”, suscetíveis de criar tensões e exclusões; contudo, em caso algum põe a questão a “nossa” equivalência e a reciprocidade básicas. Por essa razão, tais exclusões são consideradas não abissais. (...) O mundo colonial, o mundo da sociabilidade colonial, é o mundo do “eles”, aqueles relativamente aos quais é inimaginável a existência de qualquer equivalência ou reciprocidade, uma vez que

<sup>12</sup> Expressão utilizada por militante do MST durante o 1º Encontro da Rede de Saúde Mental do MST.

não são totalmente humanos. Paradoxalmente, a exclusão é ao mesmo tempo abissal e inexistente, já que é inimaginável que possam alguma vez vir a ser excluídos. Estão do outro lado da linha abissal (SANTOS, 2019, p.43).

Para compreender a aliança entre as exclusões abissais e não abissais, recorro a proposta da sociologia das ausências (SANTOS, 2019), já que esta denuncia o apagamento da realidade social gerada pelas epistemologias do Norte e suas monoculturas. Por meio do resgate e visibilidade das vozes e saberes subalternos, a Rede possibilitou transformar essa ausência em presença tanto ao dar ênfase e visibilidade para a temática da violência doméstica no (e para além do) Movimento Sem Terra durante a pandemia, mas também ao sofrimento mental dos/as militantes; como às práticas de cuidados psicossociais contra hegemônicas.

O sofrimento e a saúde das populações do campo, como vimos anteriormente, foram historicamente invisibilizados e negligenciados, seja pela autorização dos aparelhos de estados a violentar e matar essas populações, seja pela falta de acesso e implementação das políticas públicas. Na contramão dessa realidade histórica, a Rede de Saúde Mental do MST possibilitou romper com esse abismo, ao garantir o acesso à saúde mental das/os militantes. Dessa forma, os sofrimentos passaram de um não lugar, ou seja, um lugar de exclusão e marginalidade à um lugar de legitimidade e cuidado.

Tal invisibilização e exclusão é evidente também nas práticas psicossociais quando comparadas às práticas hegemônicas. O lugar marginalizado dos trabalhos territoriais, multiprofissionais e interdisciplinares é evidente, uma vez que o capitalismo se apropria e investe nas práticas de saúde hegemônicas, a saber: clínica privatista e especialista focada no atendimento individual e a partir de um saber verticalizado (médico-centrado), fundamentado em parâmetros coloniais e na reprodução de aparatos técnicos universais. A Rede, ao contrário do que está posto, redireciona a lógica de cuidado, desmarginalizando as práticas psicossociais e dando ênfase e visibilidade ao cuidado a partir de uma perspectiva territorial, coletiva, generalista e popular.

Apesar das práticas ofertadas pela Rede e dos sofrimentos psicossociais das populações do campo apresentarem a mesma consequência, ou seja, a invisibilização e exclusão, esses dois grupos - e os mecanismos que os regulam - são estruturalmente distintos. As práticas psicossociais da Rede habitam esse lado da linha abissal, vivenciando exclusões não abissais, uma vez que a lógica atuante deste lado é a regulação/emancipação. Já as/os militantes do MST, enquanto populações do campo e tudo o que os compete, habitam

imperativamente o outro lado da linha abissal, o que as/os faz presenciar o mecanismo da apropriação/violência, estando sujeitos as exclusões abissais. Assim sendo, sofrem o mecanismo de desumanização, que infringe diretamente sobre sua pessoa, conferindo a elas/eles esse lugar de invisibilidade e exclusão. Isso gera marcas profundas em diversas dimensões do seu ser, inclusive na simbólica, o que Maldonado-Torres (2007) conceitua de colonialidade do ser.

Os povos da floresta e das águas sofrem o mesmo tipo de violência estrutural – datada desde a colonização - e vivem categoricamente exclusões abissais. Porém, Santos (2019) coloca que os grupos, na vida cotidiana, podem cruzar a linha abissal, experienciando os dois lados e, conseqüentemente, os dois mecanismos e tipos de exclusão. Dessa forma, na nossa sociedade vemos a coexistência do mundo metropolitano e colonial tanto nos hemisférios norte e sul global, mas também a complexidade das vivências a partir da experimentação dos dois tipos de violência por alguns grupos e pessoas a partir dos lugares que circulam. Um exemplo ilustrativo seria a exclusão não abissal vivenciada por mulheres ao ganhar salários menores e ocupando a mesma função de homens em uma empresa, e a violência abissal vivida por elas ao sofrer feminicídio dos companheiros.

Por outro lado, as práticas psicossociais por se encontrarem do lado de cá da linha abissal, as permitem ocupar um lugar, mesmo que se comparadas às práticas hegemônicas estão alocadas em uma posição marginal. Portanto, sofrem exclusões não abissais. Ou seja, observamos que há iniquidades de poder existentes deste lado da linha. Diante desse contexto complexo, a Rede permite ser refúgio, além de um local seguro e de fortalecimento da categoria psi e das práticas contra-hegemônicas, uma vez que os profissionais são majoritariamente psicólogas/os e suas inquietações, angústias, questões e inseguranças têm lugares regulares e validados – reunião interna e interlocução. Leandro Rosa expressa isso quando compartilha na entrevista narrativa sua sensação em relação à Rede “[...] (ela) dá esse acalento, Ta tudo bem. Dá pra ser psicólogo desse jeito. Tem outra forma (de fazer); a gente se reconhece enquanto tal” (Leandro Rosa, entrevistado).

Os espaços coletivos de planejamento, a construção compartilhada dos grupos e oficinas, além da facilitação coletiva desses espaços permitem romper com a solidão enfrentada pela categoria na prática cotidiana. Júlia Demétrio, psicóloga residente, coloca a dimensão da *práxis* experimentada nesse processo, e a segurança e ganho de recursos/ferramentas enquanto consequência desse fazer/aprender, que gera novas

experimentações. O convívio com o MST e suas ferramentas de luta, como a *práxis*, cuidados e as vivências com as populações do campo também contribuem para a expansão das práticas psicossociais. Aprendemos juntos a sair de (p)si. Bruno Simões, Saulo Fernandes e Liliane Silva (2022) discutem sobre a complexidade do encontro entre psicologia e os povos tradicionais<sup>13</sup>:

O encontro da psicologia com as comunidades tradicionais não acontece de maneira linear: são criadas tensões, impasses, sentires e pensares que levam a deslocamentos e a compreensões possíveis de uma outra psicologia, produzida pelo território, pelo corpo, pela terra, pelas coletividades, pela natureza, que habite seu fazer com as cosmopolíticas espirituais, animais e vegetais das comunidades tradicionais (p.5).

A Rede consegue articular várias lutas (LGBTQIAPN+, saúde mental do campo, contra violência de gênero) contra os diversos tipos de exclusão (abissal e não abissal). O episódio de oferta de acolhimentos em saúde mental para os povos indígenas que estavam nas brigadas de Luta em Brasília no segundo semestre de 2022 durante o enfrentamento do projeto de lei 490 (Marco Temporal); e para os/as militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) após participação dos mesmos no Encontro de Gênero do MST (Diário de Campo, 2022), são exemplos de alianças da Rede com outros grupos excluídos, ou seja, que se encontram do outro lado da linha abissal. A lotação da Rede no Setor de Gênero e dentro do MST parece ser de extrema importância para essa articulação e engajamento com a diversidade de povos e lutas.

Apesar do MST e das práticas psicossociais de cuidado ocuparem um lugar de exclusão na sociedade, o epistemicídio causado pela ciência moderna para aqueles que estão do outro lado da linha abissal (povos do campo, floresta e águas) é incomparavelmente maior do que para os que habitam o lado de cá, segundo as epistemologias do Sul (SANTOS, 2019). Além disso, Santos e seu grupo de pesquisa denunciam a iniquidade entre os diferentes tipos de exclusão: há mais evidência nas exclusões não abissais do que nas exclusões abissais, ocultadas e naturalizadas. Em contrapartida, salientam que as lutas não abissais também têm sua importância, uma vez que “[...] a luta global contra a dominação moderna não terá êxito se não tiver também como objeto as exclusões não abissais” (SANTOS, 2019, p. 44). Reiteram que a integração dessas diferentes lutas quebra a hierarquia existente entre os

<sup>13</sup> Segundo o caderno de Referência Técnica para Atuação de psicólogas/os com os povos tradicionais (CFP, 2019b), em geral, estes são designados como pequenos agricultores, assentados/as, extrativistas ou indígenas.

diversos coletivos de militância que incidem, separadamente, sobre os eixos da modernidade: capitalismo, patriarcado e colonialidade.

Por outro lado, a aliança desses grupos e a articulação de suas lutas trazem alguns desafios à essa nova psicologia insurgente, principalmente por se colocar no enfrentamento e almejar a interrupção da lógica de apropriação/violência. Segundo Santos (2019), é necessário aplicarmos a violência descolonizadora (FANON, 1961), expressa em diversas formas: “[...] na violência física ou luta armada, como no boicote e na não-cooperação” (p.49). Assim, a solidariedade com o MST e o boicote e a luta contra os produtos do agronegócio; o apoio aos eventos do movimento e as atividades nos “Armazém do Campo”; a compra de produtos agroecológicos e o endossamento nas Feiras da Reforma Agrária; os processos de luta contra os despejos por meio de parecer psicossocial dos acampamentos e da ocupação destes com a própria presença física e com atividades de saúde; e os acolhimentos em saúde mental aos diversos tipos de sofrimento das/os militantes são exemplos da aplicação da violência descolonizadora.

Portanto, o Movimento ensina à Rede não apenas instrumentalidade política e metodológica, mas ao ampliar sua visão de mundo convoca psicologia a sair de (p)si - quebrando seu status de monumento enquanto ciência moderna -, incidir na determinação social da saúde, indo além dos determinantes sociais, e politizar o cuidado, superando a visão individualista e capitalista.

A ciência é um monumento *sui generes*. Tal como qualquer outro monumento, possui um interior e um exterior. O exterior é o ser social da ciência, o modo como ela se apresenta na esfera pública; o interior refere-se ao trabalho efetivo associado ao fazer científico enquanto está sendo feito. O interior confuso e desordenado da ciência contradiz completamente o seu exterior monumental; porém, isso não afeta minimamente a credibilidade do monumento. (...). Do ponto de vista das epistemologias do Sul, a ciência abissal é uma ciência monumental. A sua eventual inclusão nas ecologias de saberes exige uma intervenção *desmonumentalizadora* (SANTOS, 2019, p. 263-264).

### **Hegemonias e contra-hegemonias: desnaturalização das hierarquias e das escalas dominantes**

Observamos nas entrevistas, ao adentrarmos sobre o campo da formação das psicólogas que compõe a Rede de Saúde Mental do MST, que todas as pessoas entrevistadas tiveram ampla vivência da prática clínica durante a graduação. Para além disso, constatamos o quão forte é o significado simbólico que esse lugar de psicóloga/o clínica/o confere às/os

psicólogas/os e cidadãos no geral. Cristina Rocha, psicóloga que contribuiu por três anos na facilitação da interlocução da Rede, recorda sobre o momento vivenciado na graduação:

*Quando eu tava no quinto ano que eu comecei a atender, tem aquela coisa de mudar um pouco a roupa, de ficar um pouco menos desleixada e ai eu tinha um amigo que ele fazia Poli na época e ele falava “ta vestida de psicóloga hoje”. Mas a família achava o máximo. Ai a hora que eu vou trabalhar como educadora de rua, gente, eu tava na rua o dia inteiro, eu sentava na sarjeta para conversar com o pessoal e ai era um jeans, uma camiseta e um tênis e é isso. E ai é uma decepção imensa para as pessoas. ‘menina, ela estudou tanto tempo, ela passou no vestibular e agora ta sentada na sarjeta’. E eu além de tudo feliz da vida, super curtindo (Cristina Rocha, entrevistada).*

Dessa forma, verificamos que essa lógica médico-centrada é introduzida e enfatizada desde a formação. Cristina reconhece que atualmente a psicologia vem crescendo, no sentido de se comprometer com questões sociais e políticas, como visto a partir dos anos 1970 junto às organizações civis e movimentos sociais, mas que ela vem “[...] *de uma psicologia de que tudo que importava era tá numa onda na clínica e não importa o que ta acontecendo*” (Cristina Rocha, entrevistada). Camila Miranda, psicóloga integrante da Rede, relata que sua graduação, realizada no início dos anos 2000, foi muito voltada à clínica tradicional, mesmo que ainda nesta época tivera experiência em serviços das políticas públicas. Apesar de ter entrado em contato com outras abordagens psicológicas durante esse período, refere uma certa assimetria diante da oferta desigual das abordagens e vivências no período de graduação. Utiliza a expressão “*massacre a céu aberto*” (sic) quando relembra sobre o monopólio da abordagem psicanalítica no curso em comparação a outras vertentes psicológicas.

Julia Demétrio, psicóloga residente em saúde coletiva e atenção primária pela USP, também partilha da sua formação no curso de psicologia da USP. Diferente das psicólogas anteriores, a mesma se encontra recém-formada e nos conta que também teve “[...] *muito pouco contato com o SUS, com as políticas públicas e com os movimentos sociais*” (Júlia Demétrio, entrevistada) durante a graduação e que a abordagem mais predominante era a psicanalítica e a ênfase era dada à clínica. Leandro Rosa, psicólogo e professor universitário, foi o único a ter experiência de estágio com movimento social (MST) durante a graduação - iniciada em 2006, no campus de Ribeirão Preto/SP da USP. Mesmo assim, ao se referir ao curso utiliza a palavra “*conservador*” (sic) e nos confia que foi a relação com o movimento estudantil que o fez permanecer na graduação, uma vez que compôs o centro acadêmico da universidade, importante instância discente.

Ou seja, nos cursos de psicologia ainda é predominante a oferta do modelo hegemônico do cuidado em saúde mental, fundamentadas no ideário eurocentrado e individualista, que não se propõe a dialogar com os territórios e, assim, não alcançam a realidade das populações do campo. Tal prática contribui para reforçar o pensamento abissal e a reprodução de técnicas e teorias exportadas que, ao não dialogarem com a realidade brasileira, seus determinantes e a determinação social da saúde, reforçam a linha abissal e, portanto, a reprodução das monoculturas, principalmente a naturalização das hierarquias, das diferenças e de uma verdade universal.

Nesse sentido, Julia Demétrio, psicóloga da Rede, aponta a Residência Multiprofissional em Saúde - pós-graduação *latu sensu* - como oportunidade de estar “[...] num espaço de saúde, entender mais o SUS e tá nesse outro lugar” (Júlia Demétrio, entrevistada). Diferente da graduação, lá ela teve uma disciplina em que foi tratado sobre o SUS e movimentos sociais, o que a levou ao MST. As residências multiprofissionais em saúde, criadas no início dos anos 2000, por sua dinâmica multiprofissional e interdisciplinar, além de estarem inseridas no SUS - formação no SUS e para o SUS – aparecem como importante instrumentalização para a produção saberes e fazeres contra hegemônicos de cuidado. Apesar de serem especializações, têm seus projetos políticos pedagógicos paramentados na saúde coletiva, nas políticas públicas, discutem conjuntura e as diferenças/equidades. Mais do que isso, têm sido uma forma de produzir aliança entre grupos abissais e não abissais, como visto na parceria entre profissionais de saúde e MST na experiência da entrevistada e da própria pesquisadora.

Na pandemia nos deparamos com o acirramento da lógica hegemônica da clínica tradicional através do aumento da oferta - e apropriação pelo capital -, de atendimentos psicológicos individuais no formato remoto. A diversidade de aplicativos e plataformas digitais (Zenklub, Fala-Freud, etc<sup>14</sup>) e a lista de espera para o ingresso de novas/os psicólogas/os neste mercado evidencia esse *boom*. Tais profissionais, ao se cadastrarem, elaboram um perfil cada vez mais especializado, direcionando o público-alvo (criança, adolescente, adulto, idoso), a abordagem (psicanálise, comportamental, etc) e, sobretudo, sua

<sup>14</sup> <https://www.gazetadopovo.com.br/gazz-conecta/5-aplicativos-para-fazer-terapia-e-encontrar-apoio-psicologico-online/>

<https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2021/01/pandemia-faz-multiplicar-o-numero-de-psicologos-que-atendem-on-line.shtml>

especialidade (sexualidade, relacionamento, depressão, ansiedade, etc). Se por um lado, com a pandemia foi dada mais visibilidade para a importância do cuidado em saúde mental, por outro, a mídia e o capital apropriaram-se de tal temática para reforçar o modelo hegemônico de cuidado.

Apesar das novas tecnologias de comunicação e informação terem sido criadas visando interesses econômicos e políticos dominantes, notamos que elas têm propiciado redes de comunicação e solidariedade independentes. No caso do MST, as TIC permitiram não só a existência da Rede de Saúde Mental do MST, mas também das práticas psicossociais e da promoção e prevenção da violência doméstica. A criação de canais alternativos da Rede de Combate à Violência Doméstica e a divulgação de conteúdos sobre a temática por meio destes, tais quais os aplicativos *Spotify*, *Youtube* e *Whatsapp*, são exemplos dessa potente ferramenta: “A frente de Comunicação tem criado conteúdos audiovisuais acerca das questões de gênero e feminismo camponês popular para as bases do Movimento Sem Terra e para as redes sociais, cartazes formativos, lambes e ações de colagem dos mesmos, vídeos, áudios (...)” (MST, 2023) Ao ser construída fora dos caminhos do capital e para além da clínica individual, a Rede confirma que é possível fazer um (bom) uso, contra-hegemônico, das TIC.

O acesso e a ampliação do direito à saúde mental dos militantes também foram garantidos a partir dessa tecnologia, uma vez que mais de oitocentas pessoas (MST, 2023) já passaram por algum cuidado na Rede, como nos conta Paula Sassaki, psicóloga e pioneira na Rede. Como evidenciamos na tabela de atendimento individuais, acampadas/os, assentadas/os e militantes de diversas cidades e estados brasileiros foram atendidos, mas também integrantes de brigadas e de tarefas internacionais, como um grupo do MST no Haiti e estudantes de medicina do Movimento na Venezuela. Essas tecnologias também permitiram novas parcerias da Rede: o projeto travessias clínicas do SEDES, que oferta atendimento psicanalítico de longo prazo para pessoas acolhidas e encaminhadas pela Rede; projeto de extensão de universidade pública com estagiários de psicologia que endossam o quadro de profissionais para os acolhimentos individuais - os mesmos são supervisionados por professor da mesma instituição.

Por outro lado, ainda se mostra desafiante aprender a usar esse espaço virtual para além do hegemônico (atendimento individual). Sobre esse ponto, a Rede de saúde mental do MST tem muito a contribuir: a diversidade de grupos terapêuticos e oficinas ofertadas, entre outras práticas (parecer psicossocial e formações), nos apontam para a variedade de práticas

coletivas possíveis no formato remoto. Apesar das/os psicólogas/os da Rede marcarem a diferença existente entre os espaços presenciais e virtuais, verifica-se que é plausível cuidar coletivamente de forma remota. Para Leandro Rosa, psicólogo da Rede, o segredo está em [...] *“não ficar mimetizando o presencial”* (Leandro Rosa, entrevistado). Ao colocar a experiência do presencial como parâmetro, comparamos os dois formatos, porém o desafio talvez seja compreender que são processos diferentes.

Ainda nesse ponto, nas entrevistas narrativas apareceu a preocupação com a reprodução da lógica hegemônica de atendimento individual na Rede, uma vez que o acolhimento individual é uma proposta de cuidado ofertada regularmente, sendo colocada como o “arroz/feijão” da mesma. Ela ocorre no formato de até oito encontros de escuta, podendo se estender, a partir da necessidade da/o militante e/ou da disponibilidade da/o terapeuta. O que preocupa é a reprodução de algumas psicólogas da aplicação da lógica médico-centrada e de sua vertente psicológica sem levar em conta o contexto da pessoa e as especificidades da saúde do campo. Paula Sasaki, integrante da Rede, nos provoca a repensar sobre a relação terapêutica:

*[...] não é sobre dar conta (de alguém), é sobre entender o que a gente pode fazer nesse processo. [...] a gente tá transformando experiências e servindo de ponto de apoio. [...] sair desse lugar de quem precisa saber tudo e controlar tudo, de ter as respostas. Esse lugar médico-centrado. Esse lugar falso, que é uma ideologia né? De que o outro tem um saber absoluto e que a gente não sabe nada (Paula Sasaki, entrevistada).*

A aposta da Rede vai no sentido da corresponsabilidade e do fortalecimento de sua autonomia. Um projeto de descolonização das mentalidades e da ciência psicológica através da apropriação do sujeito de si, dos seus saberes e da redistribuição de poderes entre esses dois lados. Através desse formato, entendemos que não há uma verdade, trazida pela autoridade da saúde, mas ao contrário, estamos diante da possibilidade de verdades, em que cada pessoa, serviço, instituição traz seu conhecimento e contribui com o possível. Promovemos dessa forma uma quebra nas monoculturas do conhecimento válido (que torna a ciência moderna como único critério de verdade) e da classificação social (que naturaliza as hierarquias), ainda crônicos nos processos de saúde-doença-cuidado.

Observamos a legitimidade do espaço particular diante de uma dinâmica de vida e luta estruturada no coletivo e no Movimento. O MST acaba sendo o local de trabalho e de rede de apoio, tendo os âmbitos da vida dos/as militantes (lazer, trabalho, rede de apoio, casa, etc) fundidos no Movimento. Isso traz para alguns a necessidade de espaço particular e de

singularidade para poder elaborar questões que surgem desses vínculos e dessas relações, sejam pessoais, relacionais, laborais e institucionais. Cristina Rocha, interlocutora, discorre sobre tal questão e avalia a necessidade de atenção para esse tensionamento hegemônico imanente do atendimento individual:

*eu acho que se ficar exclusivamente no individual, vai se transformar numa fragilidade porque eu acho que, dos atendimentos que eu vi - teve uma hora que a gente parou de falar dos atendimentos e foi falar mais do todo - faltava um espaço individual. Então acho que a gente precisa cuidar para não colocar o individual como se vocês estivessem só seguindo o hegemônico. O individual pode estar presente porque faz muito sentido estar presente também. Então talvez um desafio seja ficar olhando isso: opa, tá indo porque todo mundo faz ou tá indo porque aqui nessa comunidade é muito importante? [...] Então eu acho que o MST é bastante organizado em função do coletivo, de grupo. Eu vi em vários atendimentos, fazia muito sentido ter um espaço individual. [...] faz tanta diferença se eu to oferecendo um atendimento individual só porque eu acho que todo mundo tem que fazer terapia individual ou se é porque falta esse espaço para alguém e essa pessoa tá querendo. Então essa tensão sensível né (Cristina Rocha, entrevistada).*

Por outro lado, Carolina Schön, psicóloga e militante do MST, traz a importância e o aprendizado com o espaço do acolhimento individual, uma vez que ele “[...] *ensina sobre a vivência sem terra*” (Carolina Schön, entrevistada). Esse espaço nos permite lidar com outras éticas de vida, compreender a relação com a terra, com as plantas, com a espiritualidade, para além da lógica racional e antropocentrada. Ela partilha que “[...] *o direito ao privado é também o direito a autenticidade e não necessariamente ao recolhimento. Então tem uma outra dimensão desse, que não é só do sozinho, é poder ser o que se é sem essencialmente se sentir seguro/a sempre*” (Carolina Schön, entrevistada).

Esse sonho/desafio nos faz caminhar no sentido de fortalecimento das subjetividades, mas também das corresponsabilidades entre as pessoas e a utopia dessa sociedade possível. Leandro Rosa, também nessa linha, partilha a experiência de um grupo do MST que facilitou na Rede: “*uma das pessoas falou ‘caramba, a gente se conhece e trabalhava há tanto tempo junto e eu nunca tinha dito coisas. E eu não fazia ideia que tal pessoa sentia assim, eu sinto assim também*” (Leandro Rosa, entrevistado). Dessa forma, os espaços de cuidado são percebidos de diferentes formas pelas/os militantes do MST, podendo ser construídos, a partir da singularidade de cada caso, tanto no formato individual, como coletivo.

**Sociologia das ausências: mapeando invisibilidades e desmonumentalizando monoculturas**

Sobreviventes da lógica contemporânea do colonialismo, que atua pela violência com intuito de apropriação, as populações do campo têm suas vidas marcadas pelas diversas formas de violência que se atualizam a cada período. Atualmente ela se expressa por meio de despejos, racismo, relações de gênero, domésticas, políticas e de classe, tentativa de assassinato, imposição de valores/costumes e discriminação/imposição religiosa (CFP, 2019a), como verificamos no cotidiano do Movimento Sem Terra. Pelo lugar imperativo de sub-humanidade acaba que seus sofrimentos não têm legitimidade e, pior ainda, são naturalizados, assim como as violências. Fruto do processo de desmonumentalização das monoculturas, estas violências que incidem sobre seus corpos e seus territórios, também atingem suas subjetividades. Também verificamos a marginalização dessas vidas a nível de Estado quando analisamos a morosidade do surgimento e da implementação das políticas públicas de equidade: PNPFA (2013); PNSIPN (2010); PNEPS-SUS (2013).

Juntamente a esses processos de extermínio, escravidão, servidão e exploração da sua mão de obra, os povos colonizados passaram por uma intensa repressão e destruição dos seus símbolos, modos de vida e cultura. Essa expropriação, extermínio, epistemicídio e violência extrema, que caracterizam a colonização desde a sua gênese, representam a base estrutural da sociedade colonial. A sociedade brasileira e dos demais países da América Latina se desenvolveram a partir dessa violência estrutural (CFP, 2019a, p.46).

Apesar da escassez dos estudos étnico-raciais sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, alguns estudos (FERNANDES; FONSECA; SILVA; GIRALDI, 2007) e pesquisas (SOUZA, 2009) confirmam que o MST é uma organização política constituída por trabalhadores/as, em sua maioria, negros/as. Segundo dados da Rede de Saúde Mental do MST, dos cento e vinte e nove acolhimentos individuais realizados, aproximadamente cinquenta foram de militantes que se autodeclararam pessoas negras (pardos/as e pretos/as) e vinte e cinco pessoas brancas – os restantes não se declararam. Apesar da diversidade das/os militantes do MST é expressivo o número de pessoas negras no Movimento e a importância de racializar a escuta. Maria Aparecida da Silva Bento (2014), nos convida a refletir sobre a psicologia social do racismo e os danos do processo de embranquecimento:

[...] as atitudes e os comportamentos sociais desenvolvidos, cuja interiorização deixa marcas invisíveis no imaginário e nas representações coletivas, marcas essas que interferem nos processos de identificação individual e de construção da identidade coletiva. A interiorização pode, a rigor, levar à alienação e à negação da própria natureza humana para os que nasceram escuros, oferecendo-lhes como único caminho de redenção o embranquecimento físico e cultural, trilhado pela mestiçagem cultural. Como todas as ideologias, o branqueamento precisaria ser reproduzido através dos mecanismos da socialização e da educação. Nesse sentido, a maioria da população brasileira introjetou o ideal do branqueamento, que

inconscientemente não apenas interfere no processo de construção da identidade do ser negro individual e coletivo, como também na formação da autoestima geralmente baixíssima da população negra e na supervalorização idealizada da população branca (SILVA BENTO; MUNANGA, 2014, p. 11).

A vivência de racismo, nas suas diversas formas - institucional, interpessoal e pessoal/internalizado (WERNECK, 2016) -, aparece como um dos tipos de sofrimentos psíquicos acolhidos pela Rede (Diário de Campo, 2022). E aqui vale um lembrete: no passado, a psicologia contribuiu com o higienismo social, sendo utilizada como estratégia de subjetivação discriminatória e preconceituosa para a manutenção das populações negras enquanto inferiores (FANON, 1968). O conselho Federal de Psicologia não deixa passar tal história, para que nunca se repita:

A compreensão higienista, sob o ponto de vista médico, atribuía à causalidade dos problemas sociais à questão hereditária e, amalgamada na ideia eugênica da existência de raças inferiores e superiores, chegava a propor o branqueamento do povo como solução para o progresso da nação. A teoria da degenerescência social significava a concepção segundo a qual a miscigenação degenerava as raças e provocava loucura. Assim, movimentos sociais rurais perderam a razão política ao serem considerados como bandos de degenerados, tal como foi o caso de Canudos. Nesse contexto, a Psicologia foi chamada para responder à questão dos desajustados sociais e explicar os motivos pelos quais os sujeitos não se adaptavam. Segundo historiadores, é nesse cenário que a Psicologia se autonomiza, no movimento de higiene social (CFP, 2019b, p. 49).

Ou seja, temos uma dívida histórica para com essa população, que vive dia-a-dia a monocultura da classificação social por meio da naturalização das diferenças. Diante desse contexto complexo, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) aponta a necessidade de enfrentamento ao racismo, inclusive nos serviços de saúde, e nos ajuda a compreender a situação de inequidade e vulnerabilidade que essa população está sujeita: precocidade dos óbitos, altas taxas de mortalidade materna e infantil, maior prevalência de doenças crônicas e infecciosas e altos índices de violência (BRASIL, 2017).

No ano de 2022, a Rede começou a registrar os atendimentos individuais e armazenar os dados relativos à orientação sexual, identidade de gênero e quesito raça/cor na tentativa de consolidar indicadores que demonstrem as consequências das questões sociais e das desigualdades sobre os diferentes grupos populacionais. Ainda se apresenta como um desafio para a Rede organizar esses números e dados para que possamos visualizar e cuidar das especificidades da população militante atendida. A orientação coletiva do núcleo de dados da Rede sobre o preenchimento de informações básicas das/os militantes atendidas/os nas devidas planilhas (Diário de Campo, 2022) evidenciam a necessidade de formação das/os

psicólogas/os sobre as relações étnico-raciais e de gênero. A busca por um olhar não apenas bio-psico-social dos sujeitos, mas também histórico-relacional-racial-contextual aponta o caminho para que a psicologia some esforços na garantia da saúde integral das populações do campo.

Por outro lado, a transição utópica para uma sociedade pós-patriarcal também merece destaque dentro do MST e das ações da Rede. O debate de gênero é conciso e permanente dentro do movimento pelo setor de gênero, criado em 2000, que tem instância nacional, estaduais, regionais e locais. A Rede, enquanto parte do setor estadual de gênero do estado de São Paulo, também foi criada, inicialmente, enquanto mecanismo para lidar com o aumento das violências contra as mulheres, advindo da situação de isolamento social no auge da pandemia de covid-19. Nesse sentido, é evidente a luta constante do movimento no combate ao patriarcado, combatendo as entranhas das questões estruturais que não deixam de aparecer em seu seio - como as violências de gênero - enquanto grupo pertencente a sociedade moderna. A violência contra a mulher é definida pelas Nações Unidas como "qualquer ato que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, inclusive ameaças de tais atos, coação ou privação arbitrária de liberdade (...)" (ONU *apud* Fiocruz, 2021).

Nesse sentido, o MST enquanto grupo da sociedade – alicerçada no colonialismo, patriarcado e capitalismo –, não está isento da reprodução social desses parâmetros -, apesar de combatê-los veementemente. No 1º Encontro Nacional de Saúde Mental do MST (junho/2023) foi partilhado pelo Setor de Gênero Nacional do movimento que as primeiras mulheres dirigentes tinham que se “masculinizar” para serem ouvidas e terem suas falas respeitadas. Na Rede foi partilhado sobre atividade presencial facilitada no encontro LGBT do MST em Salvador em 2022, em que uma militante colocou a necessidade de mudança de seu comportamento para ser escutada e levada a sério no MST: “ *porque eu ia falar em assembleia e em reunião, se eu fosse aquilo que eu gostaria de ser, ninguém me ouvia. Ai eu tinha que ser macho. Falaram pra mim que eu tinha que falar com voz de homem pra me ouvir*” (Diário de Campo, 2022). Nesse sentido, apesar de ainda reverberarem a reprodução de violências estruturais, no caso a patriarcal, o movimento tem combatido e desenvolvido, veemente, estratégias para a erradicação destas.

O avanço do MST nas pautas de equidade é um exemplo dessas batalhas diárias. A criação do coletivo LGBT e a integração da discussão LGBTQIAPN+ no mesmo; a

visibilização da desigualdade de gênero no movimento; a qualificação da participação das mulheres no MST e a paridade de gênero nas atividades; a criação de dispositivos e parcerias para o combate e prevenção da violência de gênero; a criação do Protocolo ‘Relações Emancipadas de Violência’ para expor a problemática e pensar em como avançar coletivamente, nos mostram caminhos e nos aproximam de uma sociedade pós-patriarcal. As palavras da companheira do setor de gênero nacional sintetizam esse embate diário: “não dá para produzir alimento saudável com relações doentes” (Diário de Campo, 2023).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que, aproximadamente, “uma a cada três mulheres (35%) em todo o mundo sofreram violência física e/ou sexual por parte do parceiro ou de terceiros durante a vida (Fiocruz, 2021). Paula Sasaki, psicóloga e militante do setor de gênero do MST, relata que desde o início da pandemia o setor estava atento, acompanhando as informações e os dados publicados pelo país sobre a temática. Como estratégia para lidar com a dura realidade de isolamento social durante a pandemia, foi criada a campanha “*Contra o vírus e as violências: isoladas, mas não em silêncio*” e divulgado materiais educativos nos canais do MST enquanto prevenção da violência doméstica no MST. Além disso, a oferta de acompanhamento psicológico, articulação de rede intersetorial e orientação jurídica se mostraram cuidados importantes para mulheres que haviam sofrido tal violência, inclusive nas tentativas de feminicídio.

### **Psicologia em Movimento (sem terra): “lutar, construir, psicologia popular”<sup>15</sup>**

Como vimos anteriormente, o movimento da reforma sanitária e da reforma psiquiátrica brasileira é recente na história do país, além de ser uma proposta contra hegemônica ao capital ao colocar a saúde mental como direito e não como mercadoria. De tal modo, os cuidados em saúde ofertados pela Rede se inspiram nos seus princípios e denunciam a dificuldade de acesso dessas populações ao cuidado em saúde mental público. Paula Sasaki, uma das idealizadoras da Rede, reforça que esta nunca teve o objetivo de substituir as políticas públicas, mas sim fortalecê-las: “*a gente nunca quis ser uma rede de saúde substitutiva de nada. A gente queria ter um apertezinho a mais. Então como é que a gente dialoga com essas políticas (públicas), com os serviços, com os nossos direitos, reivindicações*” (Paula Sasaki, entrevistada).

<sup>15</sup> Subtítulo inspirado em lema nacional do MST “Lutar, construir Reforma Agrária popular”

A articulação de rede intra e intersetorial realizada pelas/os profissionais da Rede, apesar de ser um ponto colocado como desafio coletivo, ressoa esse princípio, já que implica e corresponsabiliza o Estado no cuidado dessas populações. Um exemplo nítido é verificado na prática do acolhimento de mulheres em situação de violências doméstica, em que é feita a articulação de rede com o serviço de referência a mulheres em situação de violência; o mesmo ocorre com pessoas em sofrimento mental intenso, em que é realizada a ponte com o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Portanto, a Rede aponta a necessidade de fortalecimento e implementação das políticas públicas específicas para essas populações. Mais um desafio para o cuidado integral em saúde mental do campo.

Outro desafio está colocado ao ocuparmos esse lugar de psicóloga/o no movimento social: um deslocamento da nossa posição nessa relação. Carolina Schön, integrante da Rede, nos provoca nesse sentido quando coloca que

*se consegue ta num lugar de luta e fazer acolhimento. Como que você lida com esse paradoxo de ta num lugar que você ta ne, com tudo que você tem e é diante da pessoa, sem poder preservar nada, sem poder não ta e ta fazendo acolhimento. Isso é uma proposta nova da posição do psicólogo, da psicóloga, mas eu acho que reposiciona (Carolina Schön, entrevistada).*

Ramaiana Cardinali, psicóloga, psicanalista e integrante da Rede, além de coordenadora do projeto Travessias Clínicas, partilha o desafio que é lidar com esse novo lugar:

*Eu tava atendendo uma paciente só pela Travessia já. E rolou um incomodo dela de me encontrar nos espaços. E ai a gente decidiu finalizar o atendimento e ela ta sendo encaminhada pra uma pessoa de fora. Apesar que ela ja sabia que eu tava na Rede. (...).até porque ela tava em outro estado, agora que ela veio pra sao paulo, mas ela ja tinha uma proximidade com sao paulo. Acho que a gente nao tinha parado pra pensar sobre isso, porque tava tudo online. Pra mim foi bem difícil porque em algum momento eu me vi assim: eu vou ter que escolher estar só no travessia ou na Rede ne, de forma mais ativa participando desse espaço. E ai acho que a coisa fluiu de um jeito legal. E ai ela achou que nao era legal ficar me encontrando, a gente decidiu finalizar o atendimento e ai eu meio que coloquei na minha cabeça de forma mais tranquila (Ramaiana Cardinali, entrevistada).*

Lidamos com a dimensão ética nessa nova psicologia que dialoga e constrói com os movimentos sociais. O vínculo construído e a horizontalidade da relação com os/as militantes do MST permitem que os incômodos dessa relação complexa sejam colocados e escutados, e, mais do que isso, seja construída uma saída de forma conjunta entre terapeuta e militante. Para isso, há um reposicionamento do lugar de ‘guia’, de quem vai na frente, para ‘apoio’, de quem caminha ao lado: “*apoiá-los [...] porque é iniciativa deles e a gente facilita esse*

*processo, preservando a autonomia, isso é muito importante. E aí a gente não ocupa o lugar de guia, a gente ocupa um lugar de quem caminha junto” (Cristina Rocha, entrevistada).*

Isso só é possível a partir da escuta da outra pessoa, mas também a escuta de si. A solução desse problema se faz de maneira conjunta e não de forma unilateral, como muitas vezes ocorre, já que o profissional é colocado em um lugar hierárquico, enquanto dono de saber e poder. Reconhecer e colocar limites é o primeiro passo para a psicologia que pretendemos construir. Por outro lado, a integrante partilha outra experiência em que encontrou uma paciente - que acolheu individualmente na Rede - em um evento de luta do MST e que a oportunidade não gerou incômodo, pelo contrário, gerou aproximação e fortalecimento do vínculo.

A singularidade de cada relação terapêutica fica explícita, evidenciando a importância de não aplicar protocolos, mas da construção conjunta de saídas para esses desafios que estão dados. A descolonização das ciências psis passam por esse reposicionamento e pela deshierarquização dessa relação. A interlocutora também aponta a importância do registro, assim como a psicóloga e supervisora Cristina Rocha, dessa experiência autêntica e inovadora da Rede e de seus desdobramentos. A primeira compartilha da utilização da academia como lugar de disputa contra-hegemônica para elaborar e sistematizar esses saberes e fazeres com o MST e, conseqüentemente, das outras ciências psis em construção:

*o doutorado tá muito nesse lugar de formalizar um pouco o trabalho da Travessia, vindo da Rede. Eu acho que isso é uma coisa que, assim, não sei ainda mas é uma sensação que o Movimento e esse trabalho vão me dar respostas importantes, de coisas que eu tenho que trabalhar muito fortemente..da psicanálise, uma desconstrução da psicanálise, que é mais colonial, patriarcal, até apesar de os meus autores terem esse lugar. Mas acho que, isso é sim um desafio e um sonho ne. de construir uma psicanálise um pouco diferente. Que não é necessariamente da Rede, mas é ne (Ramaiana Cardinali, entrevistada).*

Nesta, como em outras narrativas partilhadas durante as entrevistas, fica evidente esse reposicionamento ético, estético e político das psicólogas/os da Rede ao habitar esse lugar de intersecção entre movimento social e psicologia. Ético, na medida em que dilatamos o cuidado para quem é alvo de desqualificação, discriminação e humilhação mas também ampliamos a visão e a des-hierarquização das relações: seja entre paciente-terapeuta, mas também com outros seres - plantas, seres não vivos -, respeitando outras existências; estético, na medida que alargamos e diversificamos as ofertas e formas de cuidado no encontro com outras/os psicólogas/os, profissionais, MST e os povos da terra e, com isso, construímos e sentimos outras percepções e afetos no mundo; político, ao nos posicionarmos contra-

hegemonicamente ao lado do MST, às interseccionalidades e às políticas públicas. Ou seja, esse encontro com as populações do campo e MST confere intervenções desmonumentalizadoras para a psicologia enquanto ciência e, ao despi-la, a reposiciona enquanto parte de um todo.

Para as epistemologias do Norte, valorizar os sentidos enquanto fontes de conhecimento está fora de questão. Só a mente conhece, só a razão é transparente relativamente ao que é conhecido e, portanto, só a razão merece credibilidade. As epistemologias do Sul estão nos antípodas dessa posição (...). O conhecimento escrito, em geral, e o conhecimento científico, em particular, são conhecimentos monumentais. Por serem monumentais, são fatalmente desadequados para dialogar ou conversar com outros conhecimentos (...). Daí a tarefa metodológica da desmonumentalização (SANTOS, 2019, p.37).

Esse liame entre psicólogas/os e o Movimento, ao mesmo tempo que distingue os dois grupos, também enlaça os mesmos: hoje encontramos militantes do MST fazendo formação em psicanálise ou graduação em psicologia e, por outro lado, psicólogas/os da Rede integrando setores - e executando tarefas - do MST. Para refletir sobre a porosidade e a permeabilidade dessa linha, nos valem do conceito borragem (FERREIRA et al, 2021), que apesar de se referir à temática drogas, expressa esse esfumaçamento das fronteiras e “[...] uma zona de passagem, um espaço ‘entre’ (p.48) ”.

Esse conceito pode nos ajudar a entender os lugares, ou melhor, a zona que a Rede ocupa, uma vez que ao mesmo tempo que estamos localizados dentro do Movimento – alocados no setor de gênero do MST-, também não ocupamos o mesmo lugar de militância ou, nas palavras de Leandro Rosa, de “*disciplina revolucionária*” (Leandro Rosa, entrevistado). Porém, como vimos acima, após três anos de Rede, há psicólogas/os militantes e militantes psicólogas/os. Além disso, apesar da lotação da Rede ser no setor de gênero do estado de São Paulo, hoje a Rede recebe demandas nacionais e internacionais do Movimento Sem Terra, tendo relação direta com o setor de saúde e de relações internacionais do MST. Para a insurgência dessa psicologia em Movimento (Sem Terra) fica explícito o trabalho árduo e necessário de desmonumentalização das monoculturas, principalmente a do conhecimento válido, da classificação social e da superioridade universal.

### **Alianças de gênero: desnaturalizando diferenças para transformações no cuidar**

Por fim, outra aliança se apresenta na Rede a partir do recorte de gênero: o elo entre mulheres. Vale lembrar que a modernidade colonial também operou transformações no

sistema de gênero, reinventando e redirecionando as relações existentes. Assim, a opressão de gênero fundamenta-se na perspectiva de que “a mulher - e demais identidades de gênero não masculinas, patriarcais ou heterossexuais – não tem plenitude ontológica. (...) são menos humanas (...)” (CFP, 2019a, p.50). Segundo instrumento interno de mensuração dos atendimentos individuais da Rede de Saúde Mental do MST, dos/as cento e vinte nove militantes atendidos individualmente, noventa e seis são mulheres. O coletivo de profissionais de saúde mental que compõe a rede é majoritariamente feminino, uma vez que das/os vinte profissionais ativas/os na Rede, somente três são homens. Esse recorte de gênero aparece também nas entrevistas: das sete entrevistas realizadas, apenas uma foi com psicólogo.

Enquanto mulheres, exercer práticas de cuidado éticas e corresponsáveis nos parece algo intrínseco e muitas vezes familiar. Ao problematizar a relação direta entre gênero e cuidado, Valeska Zanello (2016; 2018), especialista sobre gênero e processos de subjetivação, aponta para a influência da categoria analítica “maternal” (para além do dispositivo amoroso) para pensar a constituição subjetiva das mulheres na sociedade brasileira, tornando evidente a função social de criar e cuidar, naturalizada. Ou seja, não é coincidência que a maioria das/os profissionais de saúde são mulheres; a questão está para além da psicologia.

Por outro lado, segundo a autora, os homens têm como caminho de subjetivação o dispositivo da eficácia, baseado em performances viris, principalmente no quesito sexual e laboral (ZANELLO, 2016). Tal conformação os distanciam da fragilidade humana e aumenta a barreira (subjetiva) de acesso ao cuidado, como visto na Rede, uma vez que eles têm que ser eficazes e resolutivos. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) apresenta um estudo realizado no interior de São Paulo em que as mulheres procuraram os serviços de saúde duas vezes mais do que os homens (BRASIL, 2008) e aponta, a partir de estudos, que:

As condutas varonis que contribuem para construir e reforçar esta imagem identitária masculina onipotente de certo modo impedem cultivar a função essencial de autoconservação, ou seja, os valores esperados do que seja considerado um “homem de verdade” não estimulam a manifestação do afeto e do cuidar, tampouco do cuidado próprio. Os homens são educados para responder às expectativas sociais de modo proativo, em que o risco não é algo a ser evitado, mas sim superado. Assim, a noção de autocuidado dá lugar a um estilo de vida autodestrutivo e, em diversos sentidos, vulnerável (INSTITUTO PAPAÍ; RHEG, 2009).

No diálogo com Leandro Rosa, um dos psicólogos integrantes da Rede, a questão de gênero apareceu de forma evidente. Ao partilhar sobre o sentimento de “[...] *aprender a*

*cuidar*” (Leandro Rosa, entrevistado) na experiência enquanto psicólogo da Rede, ele reconhece a limitação de sua capacidade de cuidar enquanto uma questão socialmente vivenciada pelo lugar de homem na sociedade. Nesse sentido, vincula à Rede não só o desenvolvimento dessa capacidade, como seu transbordar para outros âmbitos da vida: “[...] (aprender a cuidar) *mudou minha relação com todo mundo, com as pessoas, sei lá, com a minha família. De ter mais cuidado, um olhar mais sensível*” (Leandro Rosa, entrevistado). Assim, a manifestação do afeto e do cuidado apareceram enquanto habilidades aprendidas decorrentes dessa vivência com as mulheres da Rede.

Paula Sasaki, psicóloga da Rede e militante do MST, também enfatiza o papel essencial das mulheres sem terra durante todo o processo pandêmico e localiza a Rede enquanto afluente desse rio maior da luta das mulheres. Para ela, a solidariedade e a iniciativa são outras características desse grupo social:

*[...]Com certeza a Rede é um processo, que dentre muitos outros, como se fosse o afluente de um riozinho muito maior, que vem de muito antes e talvez a gente nem saiba datar. Acho que vem desse processo, da luta das mulheres, do feminismo, mesmo da questão das mulheres do campo, que são inviabilizadas. [...]a gente sempre esteve nesses processos de solidariedade. Então a gente teve muito a iniciativa de costurar as máquinas, então no começo eram as máscaras de pano. Então a gente fez muitas máscaras. Seja pras nossas áreas, seja para doação. A gente teve muita doação de máscara, muitos coletivos de mulheres que faziam os produtos fito cosméticos pra doar: sabonete, os álcool em gel, algumas questões de própolis. Tudo isso que a gente tava usando pra fortalecer e ter os cuidados básicos. As mulheres tiveram muito ativas (Paula Sasaki, entrevistada).*

Como colocado em questão pelo caderno de Referências Técnicas para atuação das/os psicólogas/os em questões relativas à Terra (CFP, 2019b), a participação de mulheres nos espaços, possibilita uma nova leitura sobre as instâncias da vida (família, trabalho, comunidade, campo) e aponta outras formas de geri-las. Porém, para além do mecanismo de socialização vivenciado diante do lugar de mulher, se faz importante intersectar tal segmento com os marcadores sociais para não cairmos na sororidade universalizante ao debatermos esse encontro de mulheres. O feminismo negro tem muito a contribuir sobre essa temática e aqui nos amparamos no conceito crítico de interseccionalidade. Segundo Carla Akotirene (2020, p. 19), “a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe”.

Dessa forma, a sobreposição dessas categorias marca de forma diferente o corpo dessas mulheres. Assim, as mulheres negras e pobres são vistas como menos humanas ainda do que as mulheres brancas e de classe social mais elevada. Portanto, se faz importante compreender, a partir da interseccionalidade e do aporte descolonial, os grupos de mulheres que se encontram na Rede: desse lado da linha abissal estamos nós, mulheres majoritariamente brancas e de classe média e da classe trabalhadora; do outro lado, se encontram as mulheres do campo, majoritariamente negras e de baixo poder aquisitivo/da classe trabalhadora. Ao mapear esses grupos, lembramos os diferentes mecanismos que os atravessam: regulação e emancipação para as primeiras e violência e apropriação para as segundas. Diante disso, Akotirene nos apresenta as diferentes experiências de ser mulher, na prática:

Já estabelecendo o diálogo teor entre o pensamento interseccional de Audre Lorde e Achille Mbembe, enquanto mulheres brancas têm medo de que seus filhos possam crescer e serem cooptados pelo patriarcado, as mulheres negras temem enterrar seus filhos vitimados pelas necropolíticas, que confessionalmente matam e deixam morrer, contrariando o discurso cristão elitista-branco de valorização da vida e contra o aborto – que é um direito reprodutivo. (...) Vistas pelas lentes da raça, as mulheres negras aguentam dor física; por classe são vistas como protótipo da feminização da pobreza e atravessam gerações sendo chefas de famílias, vitoriosas das dificuldades impostas pelo imperialismo colonial. A saber, estes estereótipos recaem nas autoridades religiosas do camdomblé (...)(AKOTIRENE, 2020, p.22/79).

O questionamento dos privilégios da branquitude, ou seja, a racialização das/os psicólogas/os da Rede é de extrema importância para a construção de aliança com as mulheres sem terra e oferta de uma escuta crítica. Para além disso, a retaguarda assistencial por meio de apoio psicossocial para as mulheres do campo, vítimas das diversas violências que atravessam seus corpos e marcam suas histórias de vida, se mostra de extrema importância. Os grupos de homens com militantes do MST se apresentaram como espaço potente para trabalhar a prevenção da violência contra a mulher a partir da desconstrução e construção de outras masculinidades. Além disso, os materiais educativos divulgados pelos assentamentos e acampamentos ensejam sobre a importância da informação para a prevenção à violência doméstica. Os processos formativos com diversas instâncias do MST nos mostram como essa é uma temática complexa, que envolve – e deve corresponsabilizar - todos e todas, rompendo a ênfase dada apenas às mulheres.

De forma corresponsabilizada, podemos pensar na aliança com as mulheres do campo a partir da luta e combate das violências de gênero, atuando na desnaturalização das diferenças de gênero e visando a eliminação do patriarcado. Leandro Rosa, psicólogo

integrante da Rede, aposta que *“o fato de conseguir ter mais mulheres e menos heteronormatividade foi fundamental pra começar a olhar pro cuidado com mais cuidado”* (Leandro Rosa, entrevistado). Nesse encontro com as mulheres do MST aprendemos muito sobre resistência e (r)existência: luta, solidariedade, práticas populares de saúde e espiritualidade. A experiência de facilitação conjunta – mulheres sem terra e psicólogas – nos permitem aprender outras formas e jeito de cuidar, a partir de seus conhecimentos e práticas. A Rede, ao possibilitar alianças e elos entre grupos abissais e não abissais, incide na quebra de monoculturas (SANTOS, 2019). Ou seja, no encontro com militantes do MST estes lados se misturam e se tornam porosos, como veremos mais profundamente adiante.

A partir da análise descolonial sobre as posições ocupadas pelos/as militantes do MST e pelo coletivo de saúde mental da Rede, podemos entender a Rede de Saúde Mental do MST enquanto uma aliança entre um grupo abissalmente excluído (MST) e um grupo não abissalmente excluído (coletivo de saúde mental e as práticas psicossociais). Se desse lado da linha abissal a Rede auxilia no fortalecimento e na emancipação social das práticas psicossociais e, conseqüentemente, de psicologias contra hegemônicas, do lado de lá da linha, onde estão localizadas as populações do campo, mais especificamente o MST, a Rede contribui com a luta contra a apropriação e a violência, por meio de retaguarda assistencial (atendimentos, grupos, parecer psicossocial, brigadas, oficinas, etc), visando a eliminação da lógica colonial moderna e o conseqüente cuidado integral em saúde mental dessas populações.

Em contrapartida, o MST contribui com a Rede através da formação política, práticas e conhecimentos populares e por meio da partilha de suas metodologias (mística, práxis e organicidade), o que repercute em práticas psicossociais locais, singulares e populares. Para além da sua contribuição na luta contra a exclusão não abissal, a partir de suas ferramentas, saberes e fazeres, o MST nos ensina a desindividualizar o cuidado e a lutar contra a apropriação e a violência. Macropoliticamente, nos dá a oportunidade de vivenciar um mundo possível.

## 5.2 RESISTIR E (R)EXISTIR: ECOLOGIA DE SABERES E TRADUÇÃO INTERCULTURAL

O segundo ponto de análise da Rede de Saúde Mental do MST envolve o aporte descolonial da ecologia de saberes e da interculturalidade. Do encontro e da aliança entre diversos profissionais do coletivo de saúde mental da Rede e do movimento social sem terra emerge uma diversidade de vozes, saberes e fazeres. Dentro do coletivo, encontramos diversos referenciais teóricos e técnicos, mas para além dos saberes científicos, os saberes não científicos também têm um lugar expressivo e vão sendo articulados à Rede. Por outro lado, os saberes e fazeres dos povos do campo são reconhecidos e tem legitimidade: auxiliam a Rede no seu processo auto-organizativo, metodológico, epistêmico e político. A articulação dos saberes e fazeres se faz a partir da aposta em verdades - e não em uma verdade única -, da incomensurabilidade dos saberes e fazeres e da abertura e disponibilidade para novos aprendizados. A inteligibilidade ampliada, fruto dessa ecologia, permite articulação entre as lutas e a possibilidade de resistir e (r)existir em tempos modernos:

A ecologia de saberes e a tradução intercultural são as ferramentas que convertem a diversidade de saberes tornada visível pela sociologia das ausências e pela sociologia das emergências num recurso capacitador que, ao possibilitar uma inteligibilidade ampliada de contextos de opressão e resistência, permite articulações mais abrangentes e mais profundas entre lutas que reúnem as várias dimensões ou tipos de dominação de modos diferentes. A ecologia de saberes compreende dois momentos. O primeiro consiste na identificação dos principais conjuntos de conhecimentos que, trazidos à discussão numa dada luta social, poderão destacar dimensões importantes de uma luta ou de uma resistência concretas: contextos, reivindicações, grupos sociais envolvidos ou afetados, riscos e oportunidades, etc. (...) O segundo consiste em que a ecologia de saberes deve ser complementada com a tradução intercultural e interpólitica. Esta última visa especificamente reforçar a inteligibilidade recíproca sem dissolver a identidade, ajudando assim a identificar complementaridades e contradições, plataformas comuns e perspectivas alternativas. Tais clarificações são importantes para fundamentar de forma sólida as decisões sobre alianças entre grupos sociais e articulações de lutas, bem como para definir iniciativas concretas tanto no que se refere às suas possibilidades como aos seus limites” (SANTOS, 2019, p. 59).

Iniciamos esse diálogo a partir da identificação da polifonia de vozes que compõe a Rede. O coletivo de saúde mental hoje é composto (a partir) de militantes da Rede de Combate a Violência Doméstica do MST/SP e profissionais. Para além desses, contamos com a parceira de algumas instituições, como o projeto Travessia Clínica, anteriormente mencionado, e as universidades públicas UNICAMP e UNESP- serviços de referência para a Rede em psicoterapia a longo prazo. É importante elucidar que a Rede foi construída desde *‘abajo’*, ou seja, pelas/os militantes do setor de Gênero do MST do Estado de São Paulo. Porém, a psicologia, desde o início, e depois, outras profissões foram convidadas a formar o coletivo de saúde mental para o cuidado das/os militantes do movimento. Nas palavras de

Paula Sasaki, militante e psicóloga desde os primórdios da Rede, a mesma “[...] *teve os dois olhares juntos desde seu início e em todo o processo de construção*” (Paula Sasaki, entrevistada). Essa invenção do coletivo de saúde mental pela Rede de Combate a Violência Doméstica MST do estado de São Paulo é um exemplo concreto da potência do encontro de saberes:

É na capacidade de reinventar a luta diante das adversidades extremas que reside a esperança e os sentidos de transformação da realidade. O alimento da esperança que nutre possibilidades de ações concretas para a continuidade das lutas emerge da visibilização, ampliação e dos encontros entre os saberes envolvidos nas resistências e articulações políticas em diferentes lugares, espaços e escalas” (FASANELLO, 2018, p.279).

A miscelânea de sujeitos, organizações públicas e setores da sociedade civil organizada, mas também de geração, de disciplinas e de diversos lugares da sociedade, possibilita pensar o cuidado não só a partir da dimensão micro (ético-afetiva, individual e relacional) e da relação causal entre variáveis sociais e fenômenos de saúde, mas também levando em consideração a dimensão macroestrutural. Esta considera que os diversos determinantes estão sobredeterminados pelo modo de produção. Nesse sentido, a discussão das causas sociais e políticas dos sofrimentos psicossociais são também debatidas na Rede de Saúde Mental do MST, indo além do individual, dos condicionantes e determinantes da saúde. Ou seja, a parceria do movimento social do campo e de profissionais de saúde mental permite trabalhar integradamente as dimensões macro e micro do sofrimento mental, ou melhor definindo, sofrimento psicossocial.

Nas palavras da psicóloga e residente Julia Demétrio, “*Acho que todos os espaços da Rede vão trazendo esse lado social*” (Júlia Demétrio, entrevistada) e pontua a mística, as formações e as discussões de caso, mais especificamente, como alguns destes. Os saberes macro e micro também dialogam entre si e proporcionam não só uma visão ampliada e contextualizada dos sofrimentos psicossociais, levando em conta as especificidades e singularidades de cada pessoa, mas um cuidado integral em saúde mental do campo a partir do olhar para a determinação social da saúde e dos condicionantes de saúde.

Paula Sasaki (entrevistada) recorda que, no início, a diversidade de linhas teóricas, técnicas e de visões de mundo era vista com resistência por algumas/uns profissionais da saúde mental. Camila Miranda, psicóloga entrevistada, coloca que as reuniões semanais, ou seja, a organicidade da Rede, foi importante para esse alinhamento. Porém, para além das diferenças, a aposta na questão ético-política enquanto algo que enlaçaria o coletivo foi o que

fortaleceu o grupo. Ou seja, a utopia da transformação social sustentaria o grupo de profissionais para além das divergências e diferenças. Baseada na sua vivência de militante do MST, Paula partilha de tal pensamento: “[...] *porque quando a gente tá no movimento, tem um processo formativo, de vida que acaba nos unindo na militância por algum motivo. Tem uma diversidade, mas tem um comum também muito grande*” (Paula Sassaki, entrevistada).

Nesse sentido, o que nutre e sustenta a Rede não são as vertentes psis, mas o projeto político de outro mundo possível. Carolina Schön pontua sobre essa autenticidade da Rede ao proferir que é sobre “[...] *se organizar em prol de uma causa e não de seu próprio fazer, isso é incrível, isso é novo. (...) Sair do fazer e conectar com a demanda de verdade*” (Carolina Schön, entrevistada). O objetivo passa ser atingir essa causa maior e não só a reprodução de teorias e técnicas para manutenção da saúde tradicional. Leandro Rosa, psicólogo integrante da Rede, partilha da mesma ideia ao afirmar que “[...] *o que acaba nos unindo é esse projeto político, esse querer atuar junto ao Movimento, e essa ideia de saúde que não é tradicional, é mais ético-política, acho que essas coisas nos unem de forma muito poderosa e mantém a diversidade dos referenciais*” (Leandro Rosa, entrevistado). A importância da reflexão ético-política pela categoria é ressaltada por Fernandes, Gonçalves e Silva (2022), principalmente ao trabalharmos com povos do campo:

A chegada da psicologia aos territórios tradicionais percorre esses riscos e impasses de uma ciência que, ao nascer de uma razão instrumental, leva consigo as insígnias da modernidade, que, ao não abandonar seus pressupostos antropocentros, vai atuar como dispositivo colonial de normalização da diversidade de vidas possíveis e de outros modos de conhecer e sentir o mundo. A psicologia, ao adentrar nos interiores do país, deve ser acompanhada de uma reflexão ético-política; [...] (FERNANDES; GONÇALVES; SILVA, 2022, p. 6).

Nessa linha, o espaço da interlocução (supervisão horizontal), nas palavras da própria facilitadora, tem o desafio de ofertar um cuidado “[...] *para além dos nossos melindres*” (Cristina Rocha, entrevistada). Entendendo enquanto “melindres” a suscetibilidade das diversas abordagens teóricas e técnicas que se encontram a partir da junção de psis: psicanálises, psicologia social, psicologia da saúde, abordagem centrada na pessoa, plantão psicológico, etc. Quanto as técnicas, a ecleticidade de experiências advindas das/os sujeitos e de seus lugares de trabalho e vida possibilitaram a oferta de grupos, oficinas, acolhimentos coletivos e individuais, atendimentos individuais, plantões, rodas de conversa, organização de eventos e formações, principalmente de forma remota - devido à pandemia de covid-19. Nesse

sentido, não só o coletivo de saúde mental, mas o MST reconhece a diversidade da ciência hegemônica e emprega a ciência psicológica ao seu favor.

Fasanello, com inspirações freirianas - referência teórica estruturante das epistemologias do Sul -, nos convoca e relembra “não haver saberes maiores ou menores, saberes que são mais que os outros, há sim saberes diferentes” (FASANELLO, 2018, p.279). Nessa linha, Arriscado Nunes (2008) traz o conceito da incomensuralidade dos saberes, ou seja, não existe disciplina mais importante e menos importante. Ao sair de uma posição de julgamento e de verdade única, e ir em direção à prudência para com os conhecimentos, aumenta a possibilidade do exercício de tradução intercultural e a articulação de lutas contra o capital, patriarcado e colonialismo.

Muito do trabalho de tradução intercultural ocorre em reuniões ou sessões de atividade militante, de capacitação, de formação, de educação popular, levado a cabo através das intervenções dos participantes, sem protagonismos especiais. (...) É uma dimensão do trabalho cognitivo coletivo sempre que estão presente ecologias de saberes, troca de experiências avaliação de lutas (...)” (SANTOS, 2019, p.60).

Carolina Schön, psicóloga e hoje também militante do MST, nos lembra que “[...] até na mesma (vertente) gera tensões” (Carolina Schön, entrevistada). Essa divergência de olhares também é notada por Cristina Rocha, que a avalia de forma positiva, na medida em que acontece de maneira respeitosa e proporciona uma amplitude do olhar a partir de diversos ângulos. Aqui podemos perceber o exercício de tradução intercultural (SANTOS, 2019) na medida que é um ato de intermediação ao “[...]transformar a tensão dos conflitos em energia produtora de experimentação e avaliação de alternativas. Os espaços democráticos são condições necessárias para que os enfrentamentos possam fluir” (CFP, 2019b, p.38). A articulação entre diferentes sujeitos e seus saberes, a partir das diversas narrativas, permite o exercício da complementaridade, permitindo a construção coletiva de conhecimento, de fazeres e subjetividades.

*Divergência de olhares faz parte, pelo amor de deus. Mas sempre muito respeitosa. [...] essa troca que a gente faz quando ta junto, de cada um poder contar um pouquinho como está vendo. [...] todos esses olhares são legítimos, não tem um olhar que se sobrepõe ao outro. Eu acho que a gente não tava procurando em nenhum momento, e se aconteceu foi muito raro, uma verdade absoluta. Eu acho que sempre estivemos abertos para verdades (Cristina Rocha, entrevistada).*

Ramaiana Cardinali, psicanalista e integrante da Rede, aponta a potencialidade dessa troca de experiências entre psis e a questão da amorosidade enquanto basilar nesse processo: “[...] troca de referenciais teóricos tão diferentes e de metodologias, jeitos de ser tão

*diferentes e de forma muito amorosa*” (Ramaiana Cardinali, entrevistada). Silva e Nascimento (2019) nos provocam a uma *práxis* e política do amor não no sentido essencialista e individualista, mas a partir da definição de amor para Bell Hooks: “[...] cuidado, afeto, reconhecimento, respeito, comprometimento e confiança, bem como comunicação aberta e honesta” (HOOKS, 2000, p.4). A *práxis* da Rede poderia se dizer uma *práxis* amorosa, na medida que esses elementos atravessam as reuniões, interlocuções e os diversos encontros e propostas da Rede.

Julia Demétrio, psicóloga residente em saúde, coloca o aprendizado de práticas corporais e integrativas, como a meditação e automassagem, a partir dos encontros e facilitação de grupo com outras psicólogas. Camila Miranda, psicóloga integrante da Rede, também coloca o aprimoramento de técnicas de respiração com a experiência da Rede e que a bagagem que ela acumulou *“não largo, é pra vida, pro trabalho, pra tudo”* (Camila Miranda, entrevistada). Ou seja, verificamos uma dimensão formativa da Rede a partir desse encontro de saberes e fazeres entre equipe multidisciplinar e MST, que resulta na ampliação das tecnologias e ferramentas de cuidado. Indo além, Julia Demétrio aponta as PICS na Rede de Saúde Mental do MST como um dos elos entre saber popular e científico.

Segundo Paula Sasaki, o processo criativo e a diferença enquanto composição são estimulados desde seu início, porém eles vêm a partir da consolidação, anteriormente, de um referencial comum sobre saúde e cuidado, como visto anteriormente, a partir do aporte psicossocial. Nas palavras da mesma, *“[...] uma abertura para a criação, mas a gente tem um direcionamento, um recorte ético-político”* (Paula Sasaki, entrevistada). O olhar ampliado de saúde mental permite a oferta de diversas terapêuticas para a garantia da multidimensionalidade de cada ser, indo além do psico-terapêutico, o que tira a psicologia do lugar de onipotência e onipresença. Isto permite às/os psicólogas/os encontros e trocas com outras linguagens: artísticas, corporais, ambientais, espirituais, militantes, etc. Nessa amplitude para o cuidar, se dá organicamente o processo formativo e criativo do coletivo de saúde mental. Nas palavras da mesma e da interlocutora Cristina Rocha:

*Esse processo de poder criar, eu acho que é muito importante; que a gente tem tentado manter, desde o início. E é isso, poder criar entre diferentes. Entre linguagens e teorias diferentes. (...) aqui nessa parte eu consigo levar melhor na conversa, essa parte aí da meditação segue vocês. E aí como a gente vai amarrando essas práticas, esses saberes e fazendo elas terem algum sentido pro grupo* (Paula Sasaki, entrevistada).

*E tem muita coisa que possa ser terapêutico. Não precisa ser psicoterapêutico no sentido de um profissional psi, mas se a pessoa gosta de plantar, bora plantar! (...). É uma rede de saúde mental, se identifica como tal, se constitui com tal e não se fecha nisso (psi). E reconhece a saúde mental como algo que é constituída na vida e não na psicologia (Cristina Rocha, entrevistada).*

O diálogo entre saberes populares e científicos nas atividades virtuais da Rede, se dá, para a psicóloga e militante Carolina Schön, a partir das PICS e das oficinas de cuidado. Já nas atividades presenciais, ela avalia que a interação e integração dos diversos conhecimentos acontece de forma mais fluida na medida que o corpo-a-corpo permite mais presença e conexão. Essa diferenciação nos explicita alguns dos limites das TIC, para além dos relacionados à infraestrutura. Para Júlia Demétrio, psicóloga residente em saúde, a mística também evidencia esse diálogo entre saber popular e científico. Porém, concorda com Carolina Schön, que fica mais manifesto nos espaços presenciais esse diálogo: diante do encontro com os/as assentados/as e acampados/as do MST, que carregam os saberes da vida, da terra, da ancestralidade e da espiritualidade; e do setor de saúde do movimento que nos ensinam sobre suas práticas populares de saúde. Ramaiana Cardinali sintetiza a potência dessa troca de saberes:

*Muito respeito e muita troca, de ouvir de um lado, ouvir o outro e chegar num acordo. Acho que é muito tranquilo, e eu acho que o MST também diz isso ne. A gente chega no coletivo de saúde e acha que vai dar remédio para tudo, mas tem as bruxas<sup>16</sup>, tem os militantes que gostam, mas não tem uma formação acadêmica em saúde. Eu que isso é muito do movimento também (Ramaiana Cardinali, entrevistada).*

Esse grande encontro de saberes populares e científicos permite a desmonumentalização da monocultura do conhecimento válido, ou seja, a ciência moderna deixa de ser o único critério de verdade e outras ciências passam ter veracidade e ser direção para habitarmos um mundo possível.

Uma psicologia que é orientada por princípios democráticos deve lutar pela garantia dos direitos fundamentais, pelo reconhecimento dos modos de vida, pelos direitos da natureza, pela reexistência das cosmovisões e pela soberania territorial dos povos tradicionais. Com efeito, as formas de existência dos povos tradicionais já produzem um viver contra-hegemônico, que vai de encontro às lógicas desenvolvimentistas e extrativistas. O seu viver cuida da terra, da natureza, da vida em comunidade, possibilitando outros projetos de sociedade, a partir de suas cosmovisões plurais, ecológicas e espirituais. Em um país regido historicamente pela ordem do extrativismo, da concentração de terras, do racismo e do patriarcalismo, lutar pelos direitos dos povos tradicionais é fortalecer outra proposta de mundo (FERNANDES; GONÇALVES; SILVA, 2022, p. 8).

<sup>16</sup> Bruxas são “mulheres e cuidadoras, e conhecedoras de práticas do cuidado, dos encantamentos e das magias, que carregam consigo o saber tradicional, o manuseio e manipulação das ervas medicinais, as práticas curandeiras, o conhecimento sobre o corpo, a saúde e a natureza, como nos trabalhos de parteira” (MST, 2022).

O que se verifica nesses encontros de cuidado com as bruxas e os povos da terra é uma deshierarquização, uma vez que os dois lados ofertam: “[...] a gente ta ofertando e as pessoas do lado de lá tão ofertando também” (Paula Sasaki, entrevistada). Os espaços de escuta de militantes, nos seus diversos formatos, se permitem a elaboração de processos singulares, também nos possibilitam “[...] ouvir essas histórias, acompanhar essas histórias, em alguma medida ser parte dessas histórias e costurar junto com as nossas” (Paula Sasaki, entrevistada). Nessas escutas, aprendemos com as populações do campo sobre espiritualidade, relação com a terra, com a vida e com o coletivo; também sobre a defesa do território e a importância da organicidade: “trata-se de perceber como emergem sentidos de saúde-doença para fora do cânone das ciências ambientais e da saúde, como a biomedicina e a toxologia” (FASANELLO, 2018 p.278). Ao ouvir estórias e histórias, também refazemos a nossa.

Nesse sentido, um dos desafios apontados pela Rede é como aproximar e integrar mais os saberes do setor de saúde do MST – e suas diversas práticas populares de saúde –, do coletivo de mulheres de Minas Gerais - que trabalham com fitoterapia e outras terapias alternativas –, das bruxas do MST - que rezam, benzem e curam com ervas -, aos saberes e fazeres da Rede. O sucesso do grupo de mulheres, facilitado pelo coletivo de mulheres de MG junto à Rede de Saúde Mental do MST expressa que os encontros entre saberes (científicos e populares) e a articulação destes com as/os sujeitas/os são armas potentes para o cuidado integral em saúde mental do campo. Como afirmam Fernandes, Gonçalves e Silva (2022, p. 10):

[...] habitar outros territórios, permitir-se e libertar-se de suas bases ontológicas e epistêmicas modernas e lançar-se a outros mundos já existentes, nos territórios latino-americanos. [...] a necessidade de se conhecer as realidades de cada povo e território, seus modos de viver, relações cotidianas e cosmovisões que habitam seu fazer diário (FERNANDES; GONÇALVES; SILVA, 2022, p.10).

### **Amizade política em sociedade de inimizade: contribuições do MST para o coletivo de saúde mental**

Do diálogo de saberes e fazeres entre MST e coletivo de saúde mental nasce uma amizade política. A partir dos estudos de Hannah Arendt, Foucault e Derrida, Francisco Ortega enseja uma nova política da amizade, em que “[...] esta requer uma nova política da imaginação, um gosto pela experimentação e a criação de algo novo” (ORTEGA, 2000 p.12). Ao colocar os autores acima em diálogo, Ortega traz a importância da desigualdade,

contradições e tensões, liberdade, desterritorialização e da possibilidade de transformação como basilares desta relação. Nesse sentido, a amizade representa um exercício do político e um “apelo a experimentar formas de sociabilidade e de comunidade, a procurar alternativas às formas tradicionais de relacionamento. [...] uma vontade de agir, de transgredir e superar os limites” (ORTEGA, 2000, p.24). Seria uma busca por lugares de produção de subjetividades (e subjetivação) coletivas:

[...] um convite a experimentar, a romper, a inaugurar, a imaginar o ainda não imaginado, a criar novas formas de vida e de comunidade. Esta tarefa constitui uma forma de resistência política, pois a ação política se define, como reconhecem Foucault e Deleuze, entre outros, pela procura e fomento de novas formas de subjetivação, de imagens e modelos para pensar e amar. Vivemos em uma época de despolitização que exige uma reinvenção do político, entendido como espaço do agir e da liberdade, da experimentação, do inesperado, do aberto, um espaço vazio, ainda por ser preenchido: a amizade como exercício do político. A amizade constitui uma nova sensibilidade e uma forma de perceber diferente, baseada no cuidado e na encenação da “boa distância” (ORTEGA, 2000, p.117).

Antiteticamente, Achille Mbembe (2020) caracteriza as sociedades contemporâneas pelo desejo do inimigo, de segregação e a fantasia de extermínio. Essa nossa sociedade, que intitula de sociedade de inimizade, é caracterizada pela miniaturização da violência, limpeza étnica e racial e nanoracismo; pela lógica da desconfiança, hostilidade, relações sem desejo, militarismo vestido de direitos humanos e do sentimento de insegurança (MBEMBE, 2020). Nas palavras do próprio autor, nossa era é definida pela:

separação, pelos movimentos de ódio, pela hostilidade e, acima de tudo, pela luta contra o inimigo, em decorrência da qual, as democracias liberais, já tão escorchadas pelas forças do capital, da tecnologia e do militarismo, estão sendo sugadas em um amplo processo de inversão (MBEMBE, 2020, p.76).

Nesse sentido, construir uma amizade política em tempos de inimizade é um ato de resistência e existência. A amizade e a política, como nos apresenta Ortega, têm riscos e desafios: o abandono de alguns valores e crenças, a ‘distância boa’ para não cair numa intimidade confusa de parentesco, a pluralidade da ação e a imprevisibilidade das consequências (ORTEGA, 2000). Dito isso, podemos ver que o encontro com o MST possibilita e sensibiliza novos valores e crenças para o coletivo de saúde mental e, conseqüentemente, a Rede vai incorporando essas qualidades: solidariedade, cooperação e coletividade enquanto práticas cotidianas. Nas palavras de Cristina Rocha, psicóloga que contribuiu enquanto facilitadora da interlocução da Rede, “[...] *por essa coisa do compartilhamento, da cooperação, que pra mim vai soando como outra proposta do viver.*

*[...] a gente vai pro individual mesmo, é difícil manter a coisa grupal, é bem difícil”* (Cristina Rocha, entrevistada).

A interlocutora traz, para além da admiração, o desafio da prática coletiva na modernidade com a exacerbação da lógica individual, trazendo que *“[...] no grupo de saúde mental do MST eu vi o contrário disso, eu acho que essa coisa da coletividade é muito forte. Podendo ser vivida e não só proposta”* (Cristina Rocha, entrevistada). Assim, a Rede vai sendo sensibilizada e possibilita outras acepções ao coletivo de saúde mental, que se permite experimentar essa forma de trabalho e vida mais comunitário. O MST se contrapõe e transcende o individualismo exacerbado. Aqui temos uma quebra da monocultura do tempo linear e da superioridade do universal, na medida que se opõe ao sentido e direcionamento único da modernidade e da lógica da escala dominante. A interlocutora enfatiza ainda uma qualidade que possibilita tal processo de experimentação: a disponibilidade e abertura das/os profissionais do coletivo de saúde mental. Indo além, tal vivência inspira e provoca à construção de espaços de cuidado coletivos, uma vez que trabalham diversos âmbitos e qualidades.

[...] o coletivo, ou seja, o espaço público, é o lugar onde se exercita a inteligência criativa, que as relações sociais produzem os limites e possibilidades para desvendamento e afirmação da singularidade de cada um, e que a coletividade fornece as condições para a análise crítica da existência individual e coletiva (...) (CFP, 2019b, p.26).

A confiança e o prestígio do coletivo de saúde mental para com o MST são fatores a serem considerados. Cristina Rocha coloca a *“[...] curiosidade no sentido de querer conhecer o trabalho do MST”* (Cristina Rocha, entrevistada) e outras/os profissionais colocam sentimentos de alegria, felicidade e validação ao receberem ou integrarem a Rede de saúde mental do MST. Nas palavras de Carolina Schön, psicóloga e hoje militante do movimento: *“[...] a validação que o movimento trás para minha pessoa, para minha expressão, me transformou”* (Carolina Schön, entrevistada). Fica evidente a importância que o movimento tem para as/os profissionais e o processo de subjetivação que as/os circunscreve ao vivenciar esse lugar também de militância. Essa experiência de modo de subjetivação militante é descrita por Leite e Dimenstein (2011):

[...]corpo, nessa experiência de falar com a voz do movimento e em movimento, comparece com uma potência que circunscreve uma modalidade identitária para esse mesmo militante. (...) promovendo novos olhares sobre as diferenças culturais, regionais, pessoais, havendo uma valorização e uma luta para que fosse respeitadas. Uma expansão, por assim dizer, da subjetividade em direção ao comum, ao público” (p. 26/28).

O prestígio das/os profissionais do coletivo de saúde mental em relação ao MST vem do acompanhamento das ações e articulações do Movimento, tanto territorialmente, quanto nacionalmente e internacionalmente – incidência micro e macro. A confiança no MST perpassa a consonância com o projeto popular para o Brasil, que envolve a Reforma Agrária Popular, mas também as outras bandeiras de lutas: saúde pública, combate a violência sexista, democratização da comunicação, diversidade étnica, sistema político e soberania nacional e popular (MST, 2023).

Ramaiana Cardinali coloca que o “[...]o MST é o movimento que ele é porque ele ta pensando uma forma diferente de pensar o mundo” (Ramaiana Cardinali, entrevistada). O desejo de viver num mundo diferente, onde a justiça social e a transformação social aconteçam, faz com que o mesmo se organize nos diversos setores e a partir de diversos instrumentos - ocupação de terras, frente de massas, acampamentos, marchas, jejuns e greve de fome, vigílias e manifestações - para a construção desse mundo contra-hegemônico e pós-abissal. A formação política, que inclui o processo de formação militante, é permanente para a compreensão de mundos; e as análises de conjuntura contribuem também na formação das/os profissionais da Rede tanto a nível macropolítico, para se pensar a determinação social da saúde, quanto micropolítico dos afetos, ao formar militantes e cidadãos.

[...] nesse processo de formação militante: o uso de estratégias que convocam o plano do sensível, dos afetos dos indivíduos, podemos assim dizer, aspectos de natureza micropolítica. As místicas e sua forma metafórica de expressão, as falas dos educadores que já integram o movimento há muitos anos (...) (LEITE; DIMENSTEIN, 2011, p.26).

Esse outro mundo possível é futuro, mas também presente, uma vez que a organização - e o sonho teimoso do MST - tem garantido o direito à terra, a produção de alimentos saudáveis e livres de químicos, equidade de gênero nos espaços, cultura camponesa, entre outros. Assim, nessa relação com o movimento, o coletivo de saúde mental aprende e amplia a sua visão e conceito sobre saúde e vida. A agroecologia, a luta pela soberania alimentar, o conceito ampliado de saúde – ‘capacidade de lutar contra tudo aquilo que nos oprime’ - e as práticas populares de saúde são exemplos da contribuição do movimento para com as/os profissionais da Rede, que ao partilharem desse mundo, por meio dos espaços conjuntos de cuidado, formação, plantios, mutirões, escutas e produtos da reforma agrária, se (trans)formam para esse mundo possível.

Na ecologia de saberes, enquanto epistemologia pós-abissal, a busca de credibilidade para os conhecimentos não-científicos não implica o descrédito do conhecimento científico. Implica, simplesmente, a sua utilização contra-hegemônica. Trata-se, por um lado, de explorar a pluralidade interna da ciência, isto é, as práticas científicas alternativas que se têm tornado visíveis através das epistemologias feministas e pós-coloniais e, por outro lado, de promover a interação e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, não-científicos (SANTOS, 2007, p. 28).

A práxis política<sup>17</sup> é um dos aprendizados da Rede para com o MST. Nas palavras de Paula Sasaki, psicóloga e militante idealizadora da Rede, “[...] *a gente aprende fazendo*” (Paula Sasaki, entrevistada). O coletivo aprende com o MST tanto nos espaços formalizados - nas formações de temáticas específicas (gênero, encontros estaduais, etc) -, como ao partilhar espaços comum: espaços de cuidado, feiras da reforma agrária, marchas, eventos no armazém do campo, brigadas de solidariedade, mutirões, etc. A dimensão da luta e da formação parecem intrínsecas, uma vez que, como coloca uma psicóloga da Rede “[...] *estamos nos formando junto com o movimento e trabalhando e lutando junto*” (Ramaiana Cardinali, entrevistada). A prática de aprender fazendo é estimulada pela Rede e a abertura do coletivo de saúde mental para o aprendizado e o novo contribuem para esse movimento. A Rede produz deslocamentos, como foi colocado no primeiro Encontro da Rede de Saúde Mental do MST na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em São Paulo/SP, por uma psicóloga integrante. Um desses deslocamentos é a saída das/os profissionais psis da zona de conforto da sua abordagem técnica/teórica.

Por outro lado, a experiência política das/os profissionais de saúde mental junto ao MST tem uma dimensão terapêutica, principalmente no auge da pandemia de covid-19 (2020 e 2021). A falta de gerência da crise sanitária no Brasil e a necropolítica (MBEMBE, 2018) exercida pelo então presidente Jair Bolsonaro contra o povo, junto com a criminalização dos movimentos sociais, o desmonte das políticas públicas e dos espaços de controle social gerou não apenas desespero, mas desamparo e desesperança nas/os profissionais, que estavam isoladas/os em suas casas.

O convite para compor a Rede de Saúde Mental do MST chega como esperança e sentido, como oportunidade de unir forças e sair da solidão; de se organizar politicamente

<sup>17</sup> Segundo Vázquez – e inspirado em Gramsci - a práxis política pode ser entendida como uma ação intencional, para a transformação ou conservação, na qual o homem é agente e objeto e inclui “os diversos atos orientados para sua transformação como ser social e, por isso, destinado a mudar suas relações econômicas, políticas e sociais” (2007, p.230)

para lutar e incidir ativa e coletivamente contra o sistema opressivo e violento imposto - resistir. Essa dimensão de cura é verificada pelo grupo de pesquisa de Santos (2019) no trabalho com oprimidos/as:

“A cura que me refiro é uma cura coletiva com repercussões em trajetórias individuais. A cura é o processo pelo qual os corpos feridos, tanto individuais como coletivos, se reconciliam com a vida e com os mundos sem se renderem à conciliação com a injustiça e com o sofrimento injusto. No seu sentido mais amplo, a cura é uma ação que visa restaurar ou reforçar a esperança de um dado grupo que enfrenta os fatores estruturais geradores de injustiça sistêmica (...) (SANTOS, 2019, p. 231).

Essa dimensão terapêutica de trabalho e construção de um mundo possível com os excluídos aparece aos olhos de Leandro Rosa, psicólogo integrante da Rede. Para ele, o convite para somar à Rede é uma oportunidade de retomada de afetos, uma vez que proporciona um “[...] *campo de destruir esse desamparo que o bolsonarismo e a pandemia gerou e aí a Rede foi um grande mecanismo, dispositivo de produção de esperança*” (Leandro Rosa, entrevistado). A resistência nos apresenta uma dimensão afetiva, na medida que a reconexão afetiva incita a força motriz da luta. Na experiência da psicóloga Cristina Rocha,

*Eu tava muito desanimada, não tava fácil, entendeu. E aí é quase um sopro (de vida), um espaço, um lugar que eu chamo de resistência. Foi um jeito de fazer resistência. Eu não estava em nenhuma outra militância e aí foi um jeito de construir alguma coisa bastante diferente* (Cristina Rocha, entrevistada).

Leandro Rosa, psicólogo da Rede, nos convida a uma nova política da imaginação a partir do encontro do coletivo de saúde mental com o MST. Nesse encontro, o coletivo aprende com o MST e introduz a práxis coletiva do MST (GAIGER, 1994) enquanto metodologia; e o MST é cuidado pelo coletivo de saúde mental aprendendo, na prática, que cuidado não é uma tarefa, mas algo da dimensão do singular e do sensível. A partir disso, apresentamos o desafio presente e futuro de fazer uma composição entre práxis e cuidado, ou seja, integrar os cuidados aos espaços cotidianos do Movimento (assembleias, reuniões, eventos, atos, etc). Nas palavras do interlocutor, o que estaria em jogo seria colocar o cuidado não como espaço apartado, mas como estrutural e basilar, como a dimensão da luta e da formação na práxis.

*[...] me parece que tá muito evidente já nos movimentos a dimensão da práxis e da formação. O movimento é práxis e junto com práxis tem formação. Então a gente atua num mundo, aprende atuando, atua depois com o que aprendeu e aí pra mim falta colocar o terceiro elemento: o cuidado* (Leandro Rosa, entrevistado).

A dimensão organizativa do MST é inspiração para as/os profissionais da Rede, tanto no quesito interno (organicidade), quanto externo (participação popular e controle social). A organicidade do movimento reverbera na Rede em sua proposta metodológica e organizativa. O aprendizado vai desde o exercício da auto-gestão, do aprendizado em como fazer uma reunião (informes, pautas, discussão e encaminhamentos), até a introdução do esquema de mutirão, da cultura camponesa e a introdução da mística como elemento inicial dos encontros da Rede, inclusive nos espaços de cuidado ofertados. Aqui temos a quebra mais uma vez da monocultura do conhecimento válido, já que a cultura popular é transformada em critério de qualidade estética, superando a barreira com a cultura erudita. Os espaços facilitados pela Rede se inspiram também na educação popular de Paulo Freire, uma das bases do movimento. A sensibilização às políticas públicas pelas articulações de rede intra e intersetoriais, junto à micropolítica, permitem a garantia da saúde mental como um direito.

O MST dialoga com diversas instâncias, sejam outros movimentos sociais, instituições públicas e setores da sociedade civil organizados, para a garantia de direitos básicos. A luta pela educação do campo, segurança alimentar e nutricional, agroecologia, são alguns exemplos. Leandro Rosa compara as instâncias organizativas das políticas públicas e do movimento social: “[...] a organicidade do MST, a gente não vê em política pública” (Leandro Rosa, entrevistado). A organização do movimento é referência não apenas nacional, mas internacional, com sua forma de participação desde os núcleos de base, nos assentamentos e acampamentos, até em instâncias nacionais, considerando as questões de gênero e de geração e, internacionais, como a Via Campesina.

As famílias assentadas e acampadas organizam-se numa estrutura participativa e democrática para tomar as decisões no MST. Nos assentamentos e acampamentos, as famílias organizam-se em núcleos que discutem as necessidades de cada área. Nesses núcleos, são escolhidos os coordenadores e as coordenadoras do assentamento ou do acampamento. A mesma estrutura se repete em nível regional, estadual e nacional. (...) E nas assembleias de acampamentos e assentamentos, todos têm direito ao voto: adultos, jovens, homens e mulheres. Da mesma forma, isso acontece nas instâncias nacionais. O maior espaço de decisões do MST são os Congressos Nacionais que ocorrem, em média, a cada cinco anos. Além dos Congressos, a cada dois anos o MST realiza seu encontro nacional, onde são avaliadas e atualizadas as definições deliberadas no Congresso. Para encaminhar as tarefas específicas, as famílias também se organizam por setores, que são organizados desde o âmbito local até nacionalmente, de acordo com a necessidade e a demanda de cada assentamento, acampamento ou estado (MST, 2023).

Assim, a militância política é uma prática que dá sentido para as pessoas, podendo ser considerada um fator de proteção em saúde mental. Prado e Lara Júnior (2003) compreendem

a militância a partir “[...] do envolvimento de inúmeras pessoas em causas que passam a ter interesses comuns, levando-as a uma disponibilidade de energia e de tempo, gerando uma participação contínua em movimentos e ações coletivas com vistas a enfrentar ou denunciar as intermitentes formas de opressão” (2011, p.14). Dentro da prática militante vemos a formação política como basilar, que “[...] implica em produções subjetivas que incidirão sobre os integrantes do MST com vistas a uma identificação destes com os propósitos políticos e princípios organizativos do movimento” (LEITE; DIMENSTEIN, 2011, p.14).

Rosa e Silva reiteram sobre a indissociabilidade e tensões entre processos cognitivos e afetivos nas ações dos sujeitos políticos “[...] num movimento constante de (re)construção (de luta) de sentidos e significados sobre si mesmo e sobre o mundo” (2015, p. 50). Desse modo, a práxis coletiva do MST e de seus militantes é guiada não apenas pela crítica e contestação do modelo hegemônico de organização da sociedade capitalista, mas na adoção de práticas contra-hegemônicas. Entre essas estão a solidariedade e fidelidade (GAIGER, 1994), que também agem enquanto vetores de subjetivação.

Leite e Dimenstein apontam a potência dos novos movimentos sociais em “redimensionar as relações de força social, no sentido de promover novos arranjos e novas formas de existir” (2011, p. 17). Por outro, nos espaços de cuidado da Rede aparece também a sobrecarga de tarefas das/os militantes e a hierarquia de poder no movimento - reprodução do modelo capitalista da sociedade. O CFP (2019b) aponta a relação da base com a direção dos movimentos sociais do campo como espaço de divergências. Tais elementos estão diretamente relacionados ao adoecimento mental das/os mesmos, o que nos provoca, ainda que esta seja um fator de proteção, a cuidar dessa dimensão.

Nesse campo tenso entre o sonho identitário e de forças singulares que se redesenham, faz florescer uma força política importante e uma possibilidade de exercício de práticas sociais em seu modo libertário: a criação e experimentação de modos de vida que não se envenenam no individualismo e no narcisismo que ameaçam o tecido social da paisagem contemporânea (LEITE; DIMENSTEIN, 2011, p.29).

Assim, a prática política e comunitária do MST incita e, ao mesmo tempo, comporta a ecologia de saberes e a tradução intercultural, na medida em que o processo organizativo do movimento destaca avaliação de conjunturas, lutas, resistências, fortalezas, riscos e alternativas, visando a transformação social. Mais do que isso, ao se aliar com o coletivo de saúde mental, identifica e compõe com conhecimentos científicos contra-hegemônicos sem perder e invadir as identidades, inclusive a sua. A aposta no comum, e a maturidade para lidar

com as diferenças e contradições possibilitam que esse grande encontro seja potente e nutritivo para ambos os lados, gerando amizade política, práticas de liberdade e superação dos limites.

### 5.3 PRÁTICAS ARTESANAIS EMERGENTES: METODOLOGIA CO-LABORATIVA E CO-CRIAÇÃO

O terceiro e último ponto a ser analisado da Rede de saúde Mental do MST é a proposta das metodologias colaborativas não extrativistas e da artesanaria das práticas a partir da sociologia das emergências. A partir dessa estratégia fica explícito como a Rede produz práticas e encontros “em andamento que apontam para a transição paradigmática e sociedades pós-abissais” (FASANELLO, 2018, p.278). A aliança com o MST permite ao coletivo de saúde mental ampliar a concepção de saúde, de relações interpessoais (comunitárias), econômicas (baseadas no cooperativismo e solidariedade), produtivas (agricultura familiar e agroecologia) e as alternativas e metodologias de cuidado. Da polifonia das diversas vozes que compõe a Rede, nascem novas subjetividades e práticas de saúde menos biomédicas, ou melhor, práticas psicossociais emergentes que tentam romper as fronteiras entre arte, política, ciência e cuidado.

Segundo as epistemologias do Sul, a sociologia das emergências concentra-se nas novas potencialidades para a transformação social e superação dos eixos da modernidade (patriarcado, capitalismo e colonização). Além disso, possibilita a valorização simbólica, política e analítica dos seres, saberes e fazeres abissais que a sociologia das ausências identifica e descobre. Esse processo fortalece os/as excluídos/as e permite a ressignificação das subjetividades,

tornando-se pessoas resistentes que praticam formas de ser e de conhecer na sua luta contra a dominação. (...) Com a resistência e a luta, surgem novas avaliações de condições e experiências concretas que ressignificam subjetividades individuais e coletivas. Essas novas características, que surgem sob a forma de práticas materiais ou simbólicas, afirmam-se sempre de modo holístico, artesanal e híbrido, reconhecendo assim a presença multidimensional da exclusão e da opressão. [...] realidades embrionárias, como movimentos incipientes, que apontam para uma luta bem-sucedida contra a dominação. (...) São os elementos básicos com que se constrói a política da esperança (SANTOS, 2019, p.53/54).

Compreendemos que a Rede, para além de contribuir para a política da esperança, traz (e tem) uma dimensão mística. Nas palavras de Paula Sasaki, psicóloga fundadora da Rede e

militante do MST, “*pra mim, a rede é muito mística. É muito esse alimento inexplicável, sensorial, afetivo, espiritual, que nos liga, que nos conecta*” (Paula Sasaki, entrevistada). A mística deixa de ser apenas uma metodologia, transcendendo o espaço delimitado a ela. É vivida, na Rede, uma espécie de encantamento que afeta as/os participantes, suas/seus co-criadoras/es, e faz com que a gente se sinta grande juntos; que a Rede tenha uma certa grandeza. Davi Kopenawa, no livro ‘A queda do Céu: palavras de um xamã yanomami’ (KOPENAWA; ALBERT, 2015), simboliza bem essa dimensão do encantamento ao relatar sobre seus sonhos de infância:

Em meus sonhos, os espíritos amarravam as cordas de minha rede bem alto no céu. Era como se longas antenas de rádio fossem esticadas ao meu lado e funcionassem como caminhos para os *xapiri* e seus cantos chegarem até mim, assim como o caminho das palavras do telefone dos brancos. Eu ficava deitado, bem calmo, mas sentia minha rede crescendo e crescendo. Depois, era como se eu tivesse ficando cada vez maior, junto com ela. Apesar de eu não passar de um menino, tinha a sensação de ficar imenso. (...) Depois de algum tempo, tudo cessava. Eu começava a acordar, com dificuldade, ainda me sentindo enorme. Então, quando eu voltava ao tamanho normal, pensava, aflito: “Continuo pequeno! Como é que pude ficar tão enorme? ”, e acabava voltando a dormir (p.90).

Afeto, conhecimentos, arte, luta e cuidado se misturam, gerando autenticidade e grandeza. Ao interagir de forma teórica e poética, permitimos não apenas o uso das faculdades intelectuais, mas “de recursos internos perceptivos e intuitivos” (FASANELLO, 2018, p. 403), rompendo com o binarismo razão/emoção. Santos (2019) nos relembra que “sem os sentidos não existem sensações, sem sensações não existem emoções, sem emoções não há percepções e sem percepções não haveria mundo real (...)” (p.238). Portanto, a abordagem teórico-poética permite a reintegração e criação de outras condições e outras formas de comunicação e de pensar/agir. O exercício de *corazonar* se soma nesse processo: as emoções aquecem a razão e investem objetos de outros valores, o que resulta no aquecimento da ética dos mesmos (SANTOS, 2019). A partir disso, não mais a confiança, mas a presença e a espontaneidade aparecem como qualidades importantes para construirmos novas alternativas (FASANELLO, 2018).

Cristina Rocha, psicóloga que contribuiu durante três anos na facilitação das interlocuções da Rede, também elabora sobre outra faceta dessa grandiosidade da Rede. Ela nos lembra do movimento de incompletude e corresponsabilidade a que uma rede está sujeita, além dos diversos elementos que a compõe.

*Essa coisa de ser rede promove essa coisa gigante. Porque na hora que um fio precisa se retirar um pouco, na hora que o fio ta mais fragilizado, na hora que um fio não pode ta presente, tem vários outros. A gente até pode ver o burquinho da*

*falta daquele fio, mas a Rede permanece, ela não se acaba por isso. Que acho que é essa coisa da coletividade, que é muita responsabilidade. Porque tem o que a gente oferece pro outro e tem o que a gente oferece pro grupo, mas é a maior riqueza. E a coisa mais difícil também, porque vamos combinar? Exige um tamanho de respeito, um tamanho de tolerância, um tamanho de aceitação, de legitimidade, de amor. (...) A gente foi fazendo um campo que fosse nosso: uma proposta que não era nem minha e nem de cada um. Uma proposta que fosse nossa, de um jeito possível para a gente. Eu acho que isso foi muito bonito. Eu acho que até falei algumas vezes, que assim, é um pouco viver aquilo que é a proposta do MST. Vamos colocar aqui tudo e ver que caldo que a gente tira disso. Então sabe aquela sopa que você vai pondo um monte de coisas e que não é sopa disso ou daquilo, mas uma sopa com tudo isso e tudo aquilo (Cristina Rocha, entrevistada).*

A relação e conexão entre as/os integrantes da Rede e para com o Movimento, é muito amorosa. Entendendo o amor na concepção de Bell Hooks (cuidado, afeto, reconhecimento, respeito, comprometimento, confiança, comunicação), dele deriva, também, essa amplitude. Nas palavras da entrevistada: *“Ai vem aceitação, vem respeito, vem esperança, vem troca, vem divergência, mas tudo de uma maneira amorosa”* (Cristina Rocha, entrevistada). Aqui nos aproximamos novamente do conceito de *corazonar* de Santos (2019) em que o ser-com faz crescer a comunhão e a reciprocidade, sendo um processo revitalizador e que gera corresponsabilidade. Assim, o caldo vai se tornando consistente e gerando confiança, que não é pessoal (até porque poucos tem relações pessoais), mas está dada pela Rede como instituído. Segundo a mesma interlocutora, *“(a Rede) já traz uma certa tradição; por mais jovem que seja, já traz uma história”* (Cristina Rocha, entrevistada).

A Rede de Saúde Mental do MST tem sido convidada por movimentos sociais, mas também por instituições públicas e privadas, a partilhar sobre seu processo de trabalho e suas práticas psicossociais. Mais do que isso, tem virado “modelo” para dentro do MST e para fora do Movimento. Entre 2022 e 2023 foi realizado o encontro com um coletivo de psicólogas/os militantes do MST que atuam no interior do Rio de Janeiro para partilha das ações e estrutura da Rede. Nas palavras de Leandro Rosa, psicólogo integrante da Rede e professor universitário da Universidade Federal do Acre (UFAC), *“a Rede é meu modelo de ação atualmente de como atuar junto à movimentos sociais”* (Leandro Rosa, entrevistado). A Rede enquanto campo de estágio de estudantes da graduação e pós-graduação também dá oportunidade não apenas de conhecer, mas de experimentar a amplitude do que pode ser o saber/fazer psi.

Essa sustentação mais coletiva da Rede também permite nos sentirmos cuidadas/os, mesmo na função de cuidadoras/es. Segundo Fernandes, Gonçalves e Silva (2022), para os

povos tradicionais, o ato de cuidar transcende uma prática, pois ela está “imersa em uma rede de compreensões e sentires que se espalham pelo território, pela vida coletiva e espiritual” (p.7). Na Rede, o cuidado aparece em duas medidas: ao partilhar e horizontalizar as facilitações dos grupos, oficinas e atividades ocupamos outra posição, a de quem dá, mas também de quem tem retaguarda e se beneficia (espiritual, física e mentalmente) no encontro com a outra pessoa. Nas palavras da psicóloga e residente Júlia Demétrio, “*não tem essa separação muito grande entre as pessoas. Todo mundo ali tá aproveitando o espaço de cuidado*” (Júlia Demétrio, entrevistada). E numa segunda instância, o cuidado a partir da continência coletiva, da nutrição e da superação da solidão vivida pela categoria. Sobre essa temática, Paula Sasaki nos rememora:

*Todas as vezes que a gente fala sobre a rede, quando a gente faz os encerramentos, a gente fala “nossa, como foi importante pra mim ta na rede”, “como a rede foi um lugar também de cuidado”. [...] porque no SUS eu me sentia muito bem, muito realizada em muitas coisas, mas eu não sei se eu me sentia tão cuidada, eu acho que não. Eu acho que muito desgastada e muito solitária. (...) não lembro de sentir essa sustentação mais coletiva (Paula Sasaki, entrevistada).*

A construção e o exercício da intersubjetividade permeiam esse processo, característica das pesquisas colaborativas não extrativistas, e possibilitam transcendências: da solidão à solidariedade; da monocultura ao reflorestamento. Marina Fasanello (2018) articula essa questão com os “múltiplos sentidos de ser, estar e perceber o(s) mundo(s) para a emergência de novos conhecimentos, assumindo sempre como um ato criativo mais solidário, não solitário, nem de autoria individual” (p.403). Essa ampliação dos sentidos cognitivos, afetivos e corporais também possibilita a justaposição de diversos saberes e práticas que podem humanizar os métodos utilizados, o que configura na autenticidade: “ao vibrarem em ressonância com os diferentes sujeitos da pesquisa, permitem uma orquestração polifônica não apenas de vozes, mas um diálogo diferenciado, autêntico” (FASANELLO, 2018, 404).

Para além da ampliação de sentidos, o reconhecimento dos limites dos conhecimentos científicos, no caso mais especificamente da psicologia, é exercício igualmente importante para a coabitação de saberes e fazeres de forma ética e prudente. Assim, um caminho para a composição, sem cair na armadilha de novos colonialismos, é apresentado pelo CFP:

Como afirma Cusicanqui (2015), a justaposição de saberes pode ser entendida como uma prática descolonizadora que não objetiva aglutinar, ou homogeneizar os conhecimentos que se apresentam dispostos na realidade das comunidades no encontro com os saberes técnico científicos. Propõem que estas realidades possam co-habitar espaços, conjugar formas que ora incorporam, ora negam e subvertem as lógicas coloniais às necessidades dos povos tradicionais. Justapor saberes é construir uma proposta de mundo na qual a diversidade de conhecimentos e modos de interpretar a re-

alidade possam conviver e produzir novas formas e vidas (...). [...] a ética de existir em composição com o outro, sem anular suas diferenças ou potências (CFP, 2019b, p.81).

A aposta na construção a partir dos afetos, dos seis sentidos - intuição/espiritualidade, olfato, tato e paladar/fala, menosprezados pela modernidade, e também a audição/silêncio e visão -, de diversos conhecimentos e práticas científicas e não-científicas, repercute em práticas artesanais e novos seres/saberes/fazer, desmascarando a falsa dicotomia entre ciência, arte e política; o objetivo e subjetivo (FASANELLO, 2018). Os grupos e oficinas têm sido espaços potentes de aproximação entre arte e ciência, investimentos em, para além da fala (linguagem logocêntrica), outras terapêuticas. Os povos e comunidades do campo, ao se moverem pela flexibilidade, quebram a rigidez da academia e imperam “outros modos possíveis de habitar o mundo e tecer subjetividades e corporificações territorializadas” (FERNANDES; GONÇALVES; SILVA, 2022, p.7).

A psicóloga residente Júlia Demétrio (entrevistada) compartilha desse aprendizado criativo de [...] *estar nesses espaços de produção de saúde, de vida. Que eu vou entendendo que é a lógica do Movimento, da Rede. Vai dando tijolinhos assim pra repensar a minha prática de psicóloga. (...) E aí dá mais vazão pra essa prática criativa que a psicologia pode estar junto. De improvisar, de fazer, de criar [...]*”. A criatividade e o improviso são aliados importantes nesse processo e permitem o exercício da liberdade e da des-hierarquização desde o início. Ao produzir performances singulares à cada situação demandada e por fortalecer as lutas contra-hegemônicas, a Rede é em si uma intervenção desmonumentalizadora.

Precisamos nos apoiar em performances sensíveis e criativas que propiciem relações entre os sujeitos enquanto portadores e coprodutores de conhecimentos, um trilhar paradoxalmente mais preciso. A fluidez necessária a uma comunicação mais horizontal entre sujeitos implica espontaneidade (...). O improviso passa a ser estratégico a fim de alcançar a espontaneidade necessária e tornar a presença ativa marcante. (...) o improviso apresenta outras formas de análise que tenham na interação mais livre e menos hierárquica entre os vários sujeitos o fio condutor do método (FASANELLO, 2018, p.402/404).

Ao romper com a rigidez, universalidade e a neutralidade do conhecimento científico moderno e incorporar conhecimentos “tecidos nas experiências, a sabedoria, e expressos por diferentes narrativas não logocêntricas ou abstratas” (FASANELLO, 2018, p.281), a Rede não reproduz receitas prontas, mas mantém a liberdade ao fazer um uso criativo das técnicas e métodos (in)corporados. Segundo Santos (2019), “[...] só uma produção artesanal de

conhecimento permite que esta sirva eficazmente aos objetivos para os quais é produzido” (p. 219) e, talvez, por isso que a Rede tem dado conta das suas demandas. Boaventura de Sousa Santos (2019), explica categoricamente o trabalho artesanal:

O artesão não trabalha com modelos estandardizados, não faz duas peças iguais, a sua lógica de construção não é mecânica, mas sim de repetição-criação. Os processos, as ferramentas e os materiais impõem algumas condições, mas deixam espaço para uma margem significativa de liberdade (SANTOS, 2019, p.62/63).

A Rede tem uma dimensão formativa para suas e seus integrantes, que reverbera no sentimento de nutrição vivido pelas/os mesmas/os: “[...] *a gente sai fervendo. Tem dia que eu saio anotando coisa e falo: “nossa, o que é que estamos fazendo dos nossos trabalhos, das nossas escutas, dos nossos entendimentos sobre o ser humano, das nossas praticas, das relações sociais?”* (Paula Sasaki, entrevistada). São várias as dimensões trabalhadas em Rede: sobre funcionamentos, relações interpessoais, condicionantes de saúde, políticas públicas, marcadores sociais da diferença, macropolítica, etc. Carolina Schön, psicóloga e recém militante do MST nos confere que *“a Rede traz outros questionamentos (...), coisas que estavam em alguns pontos cegos e que a Rede me recoloca frente a esses debates constantemente”* (Carolina Schön, entrevistada).

A construção de conhecimento e aprendizagem acontece de forma integral na Rede: desde a implementação da organicidade, pelas metodologias diversas, nas discussões de casos, com a presença de estagiárias/os e residentes e nos espaços formativos deliberados. Estes últimos se apresentam desde espaços cedidos nas reuniões internas da Rede para formações específicas - como ocorrido com a formação sobre Ciranda, realizada por militante do setor de educação do MST; mas também na participação dos encontros e formações do próprio MST, a que somos integrados.

Para Cristina Rocha, *“se a gente for pensar em formação ou em aula de uma forma que tenha mais a ver com aprendizagem, com construção de conhecimento, do que com ensino, vocês fazem o tempo todo”* (Cristina Rocha, entrevistada). Leandro Rosa (entrevistado) identifica e expressa uma das dimensões mais singulares da Rede, a integralidade da formação, cuidado e praxis:

*Há essa dimensão formativa estrutural que perpassa todo momento, assim como o cuidado, saca? (...) eu tenho a impressão que a Rede consegue integrar, na sua forma e conteúdo, essas três dimensões, praxis, formação e cuidado com a gente e para fora. Porque eu me sinto cuidado na rede [...]. (...) Porque mesmo nas reuniões, a gente com encaminhamentos, a gente faz o que a gente tinha que fazer, mas é muito transbordante, incrível, legal, os encontros. Em grande parte dos*

*momentos a rede da conta de expressar no seu processo aquilo que ela defende enquanto conteúdo, vivencia isso em si; o próprio processo dela é promotor de saúde pra gente* (Leandro Rosa, entrevistado).

Assim, outra dimensão co-labor-ativa da Rede é sua capacidade de integrar: formação, práxis e cuidado agregados ao todo. A Rede tem a qualidade de ser um laboratório do sensível, aberto à experimentação e aos sentidos; ao trazer para os corpos aquilo que é experimentado e que resulta como potência, (in)corpora. Desde a experiência dos grupos – e a criação de um roteiro -, o relatório psicossocial, as TIC. Paula Sasaki demonstra isso em sua fala: *“para essas novidades, pra aquilo que surgia como os inéditos - o remoto foi o inédito -, daqui a pouco a gente já estava apropriada dele”* (Paula Sasaki, entrevistada).

O corpo e o território se apresentam como dimensões que são reativadas à psicologia, ao nos encontrarmos com as comunidades e povos tradicionais. Não há conhecimento sem terra, não há vida sem corpo. A psicologia até pode teatralizar-se de forma rígida, eurocentrada e letárgica, porém, para ir ao encontro das comunidades, ela deve ser capaz de trilhar o olhar sensível à vida e (in)corporar viveres comunitários desses territórios espoliados, colonizados e aprisionados ao controle moderno/colonial. Por meio do olhar integralizado e sensível ao corpo, a psicologia alcança espaços, narrativas e emoções, nesse encontro, dissolve e cria outras perspectivas analíticas e metodológicas que se aliam ao corpo e ao território como modos de invenção de seu fazer junto às comunidades (FERNANDES; GONÇALVES; SILVA, 2022, p.6).

A natureza inacabada da Rede contribui à abertura (e chegada) ao/do novo e, conseqüentemente, às experimentações. A dimensão voluntária, ou seja, não remunerada das/os integrantes da Rede, se de um lado repercute *“na saída de alguns”*, como aponta Camila Miranda (entrevistada), por outro, nos evidencia que *“as pessoas que tão ali é porque querem muito”* (Ramaiana Cardinali, entrevistada). Apesar da falta de financiamento, a solidariedade – e organicidade - tem permitido as diversas atividades apontadas, seja, pelo próprio apoio do MST e/ou de parceiras/os. Essa é uma característica das práticas colaborativas e solidárias, sua contribuição para produzir sínteses e enfrentar limites diversos, *“[...] sejam eles oriundos da escassez de recursos financeiros, seja pelas disputas e contradições que afloram no diálogo entre movimentos sociais e cientistas”*. (FASANELLO, 2018, p. 282).

A existência da Rede só é possível pelas práticas cooperativas que viabilizam os trabalhos: desde a presença voluntária de suas/seus integrantes/terapeutas, recursos materiais para as oficinas e grupos, ajudas de custo para transporte e deslocamentos, participação do grupo de estudos do SEDES, bolsas de estudos em cursos de formação (SEDES, UNICAMP, etc) e articulação de redes pessoais e profissionais para a continuidade dos cuidados,

principalmente psicoterapia a longo prazo, de forma solidária. Santos (2019) nos apresenta uma dimensão outra do *corazonar* que nos ajuda a compreender o exposto acima: “significa experimentar o infortúnio ou o sofrimento injusto dos outros como se fossem próprios e estar disponível para se aliar à luta contra essa injustiça [...]” (p.154).

A cooperação e a solidariedade são permeadas de afetos: no ano de 2022 cada integrante da Rede recebeu em sua casa uma cesta do setor de saúde do MST com produtos da agricultura familiar junto com uma carta de agradecimento por nossa co-labor-ação. Em 2023, o MST viabilizou o 1º Encontro da Rede de Saúde Mental do MST e garantiu hospedagem e alimentação gratuita na ENFF, para além de transporte para o coletivo de saúde mental - de diversas/os localidades do interior do estado de São Paulo/SP até a capital - da capital até a cidade de Guararema/SP, sede da escola do movimento.

Há uma superação dos limites da Rede e de suas/seus integrantes. A liberdade de ir e vir – e não a obrigação – nos mostra que o desejo, por tudo o que foi apontado até aqui, é a mola propulsora que sustenta cada fio participante. O relato vivo de Paula Sasaki (entrevistada) elucida esse todo: “*pra mim a rede tem esse sentido constante. O tempo todo eu me redescubro nela. Eu me repenso, eu me identifico de novo, me coloca pra trabalhar, pra pensar, pra discutir*”. Nessa permanente impermanência, olhamos para as ausências, ou seja, para “*as pessoas que vão e voltam*” (Ramaiana Cardinali, entrevistada) como desfechos<sup>18</sup>. Para além disso, a Rede tem se organizado para tentar solucionar esse ponto: foi formado um grupo de trabalho (GT) em 2023 que vem se dedicando, veemente, na identificação e inscrição em editais para captação de recursos.

Nessa linha, vamos trabalhando com os possíveis e as incompletudes de cada uma/um: integrantes, MST, parcerias. A não ambição pela completude e o reconhecimento do sentido da incompletude, como nos aponta a sociologia das emergências, chegam como alicerces. Já não almejamos ter todas as respostas, mas nos questionar constantemente; não queremos universalizar as práticas construídas, mas ao partilhar, poder ser inspiração e semente para outros projetos, que se constituam a partir de seus territórios e demandas: o que faz da Rede prudente. Santos (2007) é enfático nessa questão ao dizer que “nenhuma forma singular de

<sup>18</sup> “Como experiência humana, o desfecho é sempre fecho e des-fecho, sempre encerra e propõe, tira alguma coisa e coloca outra no lugar. E esta nova coisa é um jeito de ser diferente do anterior.” (POMPEIA, 2000, p. 39).

conhecimento pode responder por todas as intervenções possíveis no mundo, todas elas são, de diferentes maneiras, incompletas” (p.29).

Esse reconhecimento (dos limites e possibilidades) de cada membro e do todo permite a conexão com o vivo de cada um/uma, o caminhar lado-a-lado, a preservação da autonomia de todas as partes - e não só de quem assistimos -, além da co-presença radical (SANTOS, 2007). Esta última permite a desmonumentalização da concepção linear do tempo, ao colocar os conhecimentos, as práticas e as pessoas dos dois lados da linha abissal enquanto contemporâneos e simultâneos, superando a assimetria e a desigualdade. Tudo isso talvez reverbere na vida que a Rede transborda. Cristina Rocha (entrevistada) enxerga isso da seguinte forma: *“me parece assim que vocês tentam todo dia viver. Reconhecer o que cada um tem”*.

Diante de toda essa configuração e ao que a Rede consegue ser e produzir, poderíamos entendê-la na direção daquilo que as epistemologias do Sul se referem enquanto o terceiro tipo de emergência: as zonas libertadas. Ao ser contra-hegemônica e lutar contra as formas de dominação da modernidade, mas também por sua natureza performática e educativa, além da organização cooperativa, é considerada uma utopia realista. Santos (2019) e seu grupo de pesquisa explanam sobre as mesmas:

Trata-se de espaços que se organizam com base em princípios e regras radicalmente opostas às que imperam nas sociedades capitalistas, colonialistas e patriarcais. As zonas libertadas são comunidades consensuais baseadas na participação de todos os seus membros. Possuem uma natureza performativa, prefigurativa e educativa. Consideram-se utopias realistas (...). O seu objetivo é criar, aqui e agora, um tipo diferente de sociedade, uma sociedade liberta das formas de dominação que prevalecem no presente. Podem surgir no contexto de processos de luta mais amplos ou ser resultado de iniciativas isoladas concebidas para testar formas alternativas de construção de comunidade. (...) Vistas de fora, as zonas libertadas parecem juntar experiência social e experimentação social. Daí a dimensão educativa que as caracteriza: concebem-se a si mesmas como processos de autoeducação (SANTOS, 2019, p.57).

Sendo assim, as artesanias produzidas pela Rede disputam e ao mesmo tempo esperam a possibilidade de existência de outros tipos de sociedade. Para Santos (2019), a esperança “é a abertura de uma possibilidade” (p.149) e, assim sendo, ela nos permite suspender - o processo de ‘fim da imaginação’ a que vínhamos sendo submetidos. Segundo as epistemologias do Sul, vivemos numa época de desertificação de alternativas e que a “imaginação do fim (do capitalismo, colonialismo e patriarcado) está sendo corrompida pelo fim da imaginação” (SANTOS, 2019, p.10). Portanto, as experiências emergentes e a relação

com os povos e movimentos sociais do campo se apresentam enquanto antídotos para tempos modernos desérticos.

## **6 DES-FECHO: LIMITES, DESAFIOS E SONHOS**

Início o fim com algumas reflexões concebidas a partir do coração durante esse percurso de quase dois anos e meio de mestrado. A oportunidade de voltar à academia me permitiu continuar em educação permanente: reflexão sobre a prática que venho construindo com os povos do campo e ao mesmo tempo continência para a eterna crise com a ciência psicológica. O contato com as epistemologias do Sul a partir dos escritos de Santos (2019) e seu grupo de pesquisa, além de outros/as pensadores/as e atores/as descoloniais esperanças algo em mim durante essa caminhada: a possibilidade de uso da ciência como aliada real para a transformação social. Sobre caminhos e alianças já possíveis entre teoria e prática; conhecimentos científicos e artesanais; arte, política e ciência. Já vivemos algum mundo possível.

Com a inspiração prática da (com)vivência com as comunidades e movimentos sociais do campo e com esse arcabouço teórico a que fui apresentada, fomos tecendo um trabalho plural e singular, co-labor-ativo e co-criativo. Como diria Guimarães Rosa no clássico Grande Sertão Veredas, “[...] a vida é cheia de passagens emendadas” (2019, p. 235) e a dissertação foi um exercício prático de trazer vida à ciência e ciência à vida. Se com os movimentos sociais e populações do campo aprendemos bastante pelo gesto (prática) enquanto conhecimento, no mestrado voltei ao exercício de conhecer para continuar transformando. E nesse alinhar entre universidade, movimento social do campo e psicologia, produzimos uma grande *arpillera* coletiva.

Importante demarcarmos como é valioso o encontro - e a aliança - da ciência, nesse caso psicológica, com o movimento social do campo (MST) para a superação do pensamento abissal. A Rede de Saúde Mental é um exemplo da aproximação do campo com a cidade e, assim, um exercício prático de rompimento do binarismo campo/cidade. A articulação e a

aliança entre as exclusões abissais e não abissais e suas várias lutas contra o patriarcado, o colonialismo e o capitalismo apresentam-se enquanto luz no fim do túnel da modernidade.

O encontro do coletivo de saúde mental com o MST permitiu tanto a (re)formação da psicologia e a desmarginalização das práticas psicossociais, quanto o reposicionamento ético-estético-políticos das/os psicólogas/os. Nesse exercício de sair de (p)si com os povos e movimentos sociais do campo, a psicologia se implica e se responsabiliza com questões que já não são mais vistas como externas, mas internas: a luta contra o racismo e as violências de gênero; a luta contra a apropriação e a violência, de forma geral, passam a ser lutas de todas/os nós e não mais dos/as excluídos/as abissalmente.

O cuidado em saúde mental ofertado pela Rede, para além de colocar a saúde mental das populações do campo como direito - ainda não garantido pelas políticas públicas – atua contra a colonialidade do ser, ao ser espaço de elaboração das diversas violências e marcas consequentes da colonialidade (do ser, do saber e do poder), do patriarcado e do capitalismo. Dessa forma, as tecnologias de informação e comunicação, ao serem usadas de modo contra-hegemônico, se apresentam enquanto ferramenta potencial para a luta e cuidado dos/as oprimidos/as. De forma geral, a Rede pode ser entendida como mais um instrumento de luta do MST, uma vez que permite que seus/suas militantes continuem lutando: sem saúde não há revolução!

E aqui fica mais uma vez legitimado como os movimentos sociais do campo e a sociedade civil organizada continuam contribuindo para outra sociedade possível: democrática, de direitos e pós-abissal. Ao romperem com as cinco monoculturas (do conhecimento válido, do tempo linear, da classificação social, da superioridade do universal e da produtividade) reflorestam o mundo desertificado da modernidade. E aqui lembramos uma constatação importante: a presença de mulheres, LGBTQIAPN+ e de menos heteronormatividade não só foram fundamentais para o MST olhar para a dimensão do cuidado, mas também, como aponta as/os zapatistas, são essenciais para construirmos “*um mundo donde quepan todos los mundos*”.

Frente a experiência da Rede ficam alguns aprendizados para a psicologia que almeja contribuir com o cuidado integral em saúde mental do campo. A superação dos melindres da ciência psicológica é peça fundamental para se traçar uma ecologia de saberes com os povos da terra. Os movimentos sociais do campo, no caso aqui o MST, permitem, via militância, a psicologia sair de (p)si e se conectar com a demanda, com o desejo de transformação social e

política – dimensão terapêutica (da luta) para a própria categoria. A questão ético-política (trans)forma as/os psicólogas/os ao desfazer os melindres – ainda encrostados nessa ciência -, e possibilita transcender o pudor, a desconfiança e o ressentimento. Assim, o horizonte passa a ser a amizade política com tudo que se tem direito: liberdade, contradições, experimentação, tensões, pluralidade, imprevisibilidade, “boa” distância e transformação.

Nesse movimento de abertura e disponibilidade, visando a transformação social, acontece o diálogo intercultural de conhecimentos científicos e não científicos, PICS, plantas medicinais, tecnologias micro (humanas e não humanas) e macropolítica. As comunidades e os movimentos sociais do campo, a psicologia e o coletivo de saúde mental, as universidades públicas, as políticas públicas e as organizações da sociedade civil aparecem enquanto atores de suma importância para a corresponsabilização e efetivação da linha de cuidado integral em saúde mental do campo. A abordagem multiprofissional e interdisciplinar garante a polifonia de vozes na construção de pontes e na articulação (e expansão) de redes. Para efetivação do cuidado, verificamos ser necessário o reconhecimento dos limites da própria psicologia e, portanto, sua incompletude. Só assim é possível compor e não mais sobrepor (colonizar).

Assim, já não interessa descartar e nem criar uma nova psicologia “especialista” - movimento neoliberal -, que poderíamos chamar de descolonial, mas o exercício permanente de desconstrução das ciências psicológicas patriarcais e coloniais, a ser realizado, preferencialmente, em coletivo. O exercício inverso, de generalizar - e não sectarizar - o conhecimento nos parece mais interessante devido a heterogeneidade das demandas de saúde do campo. Investir numa atuação mais generalista da/o psicóloga/o do campo aparece como um dos caminhos para o enfrentamento da modernidade - exterminadora de povos e comunidades.

Assim, elencamos dois movimentos à psicologia: 1º. se refazer/repensar (desconstruir); e 2º. territorializar/criar (construir) outra forma de trabalho: uma psicologia da terra, militante e em consonância com o bem viver. Apontamos a importância da (in)corporação e integração da organicidade do MST para além do espaço de borragem: ainda é um desafio o controle social e participação popular das/os psicólogas/os de conselhos de políticas públicas, conferências, etc. A ocupação desses espaços possibilita ir além da assistência: o exercício prático de implementação da PNSIPCFA. E aqui compartilhamos um sonho: é possível a composição da rede pública de saúde (SUS) com a rede autônoma/popular - com suas tecnologias humanas e não humanas - de saúde (agroecológica)?

Aqui relembro a fala de Junior Yoponoyê Xucuru dizendo que a gente não deixa que eles (povos do campo, floresta e águas) cuidem da gente. É tempo de cuidar (e lutar), mas também de aprender a ser cuidado. Esse talvez seja um grande desafio para a psicologia. Nesse sentido, a Rede de Saúde Mental do MST nos ensina que a gente também pode ser cuidada/o no cuidar e que o cuidado é um exercício ético-estético-político. Para Santos (2019), o exercício da ética e da política do cuidado está diretamente ligado com reciprocidade, solidariedade e cooperação.

Assim, a amorosidade, a co-labor-ação e a co-criação são ao mesmo tempo ferramentas e caminhos possíveis para essa outra psicologia que queremos construir, não mais solitária, mas solidária. A partir delas, junto ao aporte da sociologia das emergências, alcança(re)mos o objetivo político da artesanaria das práticas: “[...] democratizar a revolução e revolucionar a democracia” (SANTOS, 2019, p.417). Essa é a grandiosidade e a autenticidade da Rede de saúde mental do MST. Ao *corazonar* e integrar formação, luta e cuidado no seu todo, rompe a fronteira entre ciência, arte e política. Sua mística está tanto na sua incompletude – que permite diversas composições -, quanto na aposta nos seis sentidos e na performance, que fazem dela um laboratório de experimentação de outras psicologias possíveis, contra hegemônicas.

A partir disso, partilhamos alguns desafios e sonhos coletivos da Rede: formação sobre grupos para melhor segurança, manejo e, conseqüentemente, mais ofertas de espaços coletivos de cuidado (oficinas, atividades coletivas e grupos); mais articulação com as políticas públicas e pontes com projetos/instituições da sociedade civil (não só psicoterapêuticas); ampliação da parceira com outras universidades públicas e particulares para oportunizar a graduação de outras experiências psis; diversificar o quadro de profissionais para além de psis e terapeutas; dialogar e compor mais com os saberes populares do MST (setores de saúde, ervas, fitoterápicos e bruxas/os); hibridizar os cuidados ofertados pela Rede: realizar atividades remotas e presenciais; não deixar as TIC caírem no pragmatismo (dimensão apenas técnico/cognitivo/informacional). Apesar do crescimento exponencial da Rede (integrantes, parcerias, atividades), manter a mística; matriciamento e intercâmbio com outros projetos e instituições; nos tornar multiplicadoras/es e construir Redes de saúde mental territorializadas (estaduais/regionais) do MST; realizar formação de “escutadores” no MST (agentes populares de saúde mental).

Pelo presente, passado e futuro, a Rede de saúde mental do MST consegue ser prevenção, promoção e reabilitação em saúde mental. É floresta e não monocultura. Diante do exposto, desconstruir a psicologia hegemônica nas diversas psicologias é um projeto de curto, médio e longo prazo, assim como a garantia da saúde mental do campo enquanto direito. Evidenciamos o cuidado integral em saúde mental enquanto um dos eixos de reparação integral das populações do campo diante dos danos que vem sendo causados pelos diversos colonialismos. Dessa forma, acreditamos na reforma agrária como outro eixo importante de reparação integral dessas populações, uma vez que viabiliza um conjunto de políticas de democratização de acesso à terra e de oportunidades de melhoria da qualidade de vida social-política-produtiva-cultural-ambiental.

## 7 REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**; tradução de Tadeu Breda. – São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264p.

AFONSO, M. L.; COELHO, P. S.; **Cuidados em Movimento: experiências com o MST em tempos de pandemia**. in: Insfran, Fernanda; Negreiros, Fauston; Gomes, Jaqueline S. (org.). *Fraturas expostas pela pandemia: conjulgando juntas o verbo esperar*. Faperji; Edufpi, 2021, p.68 a 85.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade** – São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

ALMEIDA-FILHO, N. **A problemática teórica da determinação da saúde**. In: NOGUEIRA, R. P. (Org.). *Determinação social da saúde e reforma sanitária*. Rio de Janeiro: Cebes, 2010, p. 13 - 36.

ALVES, R. **Crônicas**. Editora Nossa Cultura, 2002.

ANGELOU, Maya. **Ainda assim eu me levanto**. In: Poesias Completas. Editora Astral Cultural, 2020.

ARRISCADO, João N. **O resgate da epistemologia**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, Março 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA (ABRA); FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG (FES). **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. Friedrich Ebert Stiftung (FES), 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL (ABRAPSO). Democracia participativa, estado e laicidade [recurso eletrônico]: **psicologia social e enfrentamentos em tempos de exceção** / Emerson Fernando Rasera, Maristela de Souza Pereira e Dolores Galindo (Organizadores) – Porto Alegre: ABRAPSO, 2017. 363 p

BACIC, R. História das arpilleras. In Arpilleras da resistência política chilena. Brasília: Marcas da memória. Biblioteca Nacional, 2012.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Tradução de Irene Aron e Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

BENJAMIN, Walter. (1987b). **Obras Escolhidas 2: rua de mão única**. São Paulo: Editora Brasiliense.

BENTO, M. A.; CARONE, I. (org). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRASIL. **O ofício da supervisão e sua importância para a rede de saúde mental do SUS** [Internet]. Brasília (DF); 2007

BRASIL. **Política Nacional de Atenção Básica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH).** Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL, **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde /** Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 64 p.

BRASIL, **Política Nacional em Educação Popular de Saúde no âmbito do Sistema único de Saúde (PNEPS-SUS).** Portaria nº 2.761 de 19 de novembro de 2013. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta e Águas/** Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – 1 ed.; 1. Reimp. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra:** uma política para o SUS. 3 ed. Reimpressão Brasília: editora Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. **PORTARIA Nº 122, DE 25 DE JANEIRO DE 2011.** Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Intergestores Tripartite. **Resolução nº 32, de 14 de dezembro de 2017.** Diário Oficial da União: seção 1 Brasília, DF, n. 245. p. 239. 22 dez 2017<sup>a</sup>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria 3.588, de 21 de dezembro de 2017.** Altera as portarias de consolidação no 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências, 2017b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota Técnica 11/2019.** *Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes na Política Nacional sobre Drogas.* Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.174/GM, de 7 de julho de 2005**. Destina incentivo financeiro emergencial para o Programa de Qualificação dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS e dá outras providências. Diário Oficial da União. 8 Jul. 2005. Seção I:38.

BREILH, Jaime. **Determinantes Sociais da Saúde: Entrevista com Jaime Breilh**. EPSJV/Fiocruz: Rio de Janeiro, 2011.

BRITO, F. R. S.; ALPINO, T. M. A; TAVARES, A. O.; SANTOS, C. R. B.; **COVID-19, Direito Humano à alimentação adequada e a luta contra a fome: quando a solidariedade é resistência**. in: Insfran, Fernanda; Negreiros, Fauston; Gomes, Jaqueline S. (org.). *Fraturnas expostas pela pandemia: conjulgando juntas o verbo esperar*. Faperji; Edufpi, 2021, p.29 a 59.

CAMPOS, Gastão W. S. **O anti-Taylor: sobre a invenção de um método para co-governar instituições de saúde produzindo liberdade e compromisso**. Cad Saude Publica. 1998; 4(14):863-70

CAMPOS, Gastão W. S. **Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas**. Ciência & Saúde Coletiva, vol. 5, núm. 2. Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2000, p. 219-230.

CARNEIRO, F. F.; KREFTA, N. M.; FOLGADO, C. A. R. **A práxis da Ecologia de Saberes: entrevista de Boaventura de Sousa Santos**. Tempus, actas de saúde colet, Brasília, 8(2), 331-338, jun, 2014.

CARNEIRO, M. J. **Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica**. In M. J. Carneiro (Org.). *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2012, p.23-50.

CASTRO, A. C. M.; CEZAR, M. M. **Saúde Mental nos contextos Rurais**. Archives of Health, Curitiba, v. 2, n. 4, p 1315-1317 special edition, jul. 2021.

CÉSAR, C. **Deus me Proteja de mim**. Francisco Forró & Frevo. 2008.

COIMBRA, C. M. B. **A supervisão institucional como intervenção sócio-analítica**. Psicol Cienc Prof [Internet]. 1989; 9(1):26-8.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no Campo: Brasil 2021/ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino**. – Goiânia: CPT Nacional, 2022. 269p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referência Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) com os Povos Tradicionais** / Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia e Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. – 1º ed.– Brasília: CFP, 2019a. 128p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referência Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra**. Conselho Federal de Psicologia. – Brasília: CFP, 2019b. 92p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP N° 011/ 2012**. Regulamenta os serviços psicológicos realizados por meios tecnológicos de comunicação a distância, o atendimento psicoterapêutico em caráter experimental e revoga a Resolução CFP N.º 12/2005

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução N° 11, de 11 de maio de 2018**. Regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação e revoga a Resolução CFP nº 11/2012. Conselho Federal de Psicologia: 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução N°6, de 29 de março de 2019**. Institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional e revoga a Resolução CFP nº15/1996, a Resolução CFP nº 07/2003 e a Resolução CFP nº 04/2019. Conselho Federal de Psicologia: 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução N°4 de 26 de março de 2020**. Dispõe sobre regulamentação de serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologia da Informação e da Comunicação durante a pandemia do COVID-19. Conselho Federal de Psicologia: 2020.

CUSICANQUI, Silvia R.. **Um mundo Ch'ixi es Posible**: ensayos desde um presente em crisis. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

DANTAS, C. M. B; DIMENSTEIN, M.; LEITE, J. F.; MACEDO, J. P.; BELARMINO, V. H. **Território e Determinação Social da Saúde Mental em Contextos Rurais**: Cuidado Integral às Populações do campo. Athenea Digital - 20(1): e2169 (marzo 2020) –ENSAYOS.

DIMENSTEIN, Magda. **O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva**. *Psicologia em Estudo*, 6(2), p. 57-63, 2001.

DIMENSTEIN, M.; LEITE, J.; MACEDO, J. P.; DANTAS, C. (Organizadores). **Condições de Vida e Saúde Mental em Contextos Rurais**. São Paulo: Intermeios; Brasília: Cnpq; Natal: UFRN; Teresina: UFPI; Fapepi, 2016. 428 p.

DIMENSTEIN, M.; COSTA NETO, M. C. **Cuidado Psicossocial em Saúde Mental em Contextos Rurais**. *Temas em psicologia – Vol. 25, nº 4, 2017, p.1653-1664*.

DINIZ, Débora. **Carta de uma orientadora**: o primeiro projeto de pesquisa. Brasília: Letras Livres. 108 pp. 2012.

DOMINGUES, E. Vinte anos do MST: a psicologia nesta história. *Psicol. estud.*, Maringá , v. 12, n. 3, p. 573-582, dez. 2007 .

DOMINGUES, E.; DEBIEUX ROSA, M. **Violência, Humilhação Social e a Luta por Reconhecimento**: a experiência do MST. Revista Subjetividades, vol. 14, núm. 1, abril, 2014, pp. 115-125. Universidade de Fortaleza. Fortaleza, Brasil.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra**. Nuevas lecturas sobre desarrollo, território y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Cuidados em saúde mental: diálogos entre o MST e o SUS**. ESP- MG. – Belo Horizonte: ESP-MG, 2014.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**, Rio de Janeiro: Pallas, 2017. 200p.; 21cm.

FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Editora ULISSEIA limitada, Lisboa. Tradução Serafim Ferreira, 1961.

FAO. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia Covid-19 no Brasil. ONU: 2021.

FASANELLO, Marina T. **O documentário nas lutas emancipatórias dos movimentos sociais do campo**: produção social de sentidos e epistemologias do Sul contra os agrotóxicos e pela agroecologia /Marina Tarnowski Fasanello.- Rio de Janeiro, 2018. 310 f.;il.

FASANELLO Marina T.; NUNES, J.A.; PORTO M. F. S. **Metodologias colaborativas não extrativistas e comunicação**: articulando criativamente saberes e sentidos para a emancipação social. Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde. 2018 out.- dez.

FERNANDES, B.; FONSECA, D. J.; SILVA, A. A.; GIRALDI, E. P. **A terra e os desterrados: o negro em movimento: um estudo das ocupações, acampamentos e assentamentos do MST**. UERJ: 2007

FERNANDES, Saulo L.. **Revisitando os saberes psicológicos**: reflexões por uma psicologia do campo. Cadernos de Subjetividades – PUC-SP. 2014.

FERNANDES, S. L.; GONÇALVES, B.; SILVA, L. **Psicologia, Povos Tadicionais e Perspectivas De(s)coloniais: caminhos para Outra psicologia**. Psicologia: ciência e profissão, 2022. V 42.

FERNANDES, S. L.; MACEDO, J. P. **Encontros com os territórios tradicionais**: possibilidades para habitar uma terra devastada. Revista Espaço Acadêmico – Edição Especial – fev/2021.

FERNANDES, S. L.; GONÇALVES, B. S.; SILVA, L. S. P. **Psicologia, povos tradicionais**. Psicologia: Ciência e Profissão. v. 42 (n.spe), e263863, p1-14. 2022.

FERREIRA, A. **Introdução à filosofia de Spinoza**. Le livros, São Paulo: 2009. 65p.

FERREIRA, I. M. F.; AVARCA, C. A. C.; AMORIM, A. K. M. A.; VICENTIN, M. C. G. (2021). Gestão autônoma da medicação em caps-ad: fronteiras e borragens entre drogas prescritas e proscritas. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, v. 13, n. 34 (pp. 31-53)

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19** – ed. 2. 2020a. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf>. Acesso em 22 maio 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19** – ed. 3. 2020b. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-ed03-v2.pdf>. Acesso em 22 maio 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28 ed - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17º ed. Paz e terra: Rio de janeiro, 1987

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Violência contra as mulheres no contexto de COVID-19**. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/violencia-contra-mulheres-no-contexto-da-covid-19>

GAIGER, L. I. **A práxis coletiva dos Sem-Terra: rumo à unidade ou à heterogeneidade cultural?** *Cadernos de sociologia*, (6), 1994.

GARCÍA, J. T.. *América Invertida*, 1943.

GUIMARÃES, Rafael S. **Por uma Psicologia decolonial:** (des) localizando conceitos. In: In: Rasera, Emerson Fernando; Pereira, Maristela de Souza & Galindo, Dolores. *Democracia participativa, estado e laicidade: psicologia social e enfrentamentos em tempos de exceção*. pp. 263-276. São Paulo: ABRAPSO, 2017.

HACKEOCULTURAL. **Estrategias Narrativas en Tiempos de covid-19**. IN: *Hackear la Pandemia v1.1* – 2021.

HARAWAY, Donna. **Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno:** fazendo parentes. **ClimaCom**, Campinas, ano 3, n. 5, 2016.

INSTITUTO PAPAÍ E RHEG. *Princípios, Diretrizes e Recomendações para uma Atenção Integral aos Homens na Saúde*. Recife, 2009.

HOOKS, Bell. **All about love: new visions**. Nova Iorque: Harper Collins Publishers, 2000ª.

JOÃO DO VALE. *João do Vale* – 1981. Sony Music, 1981.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 12ª Edição, 2014.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**; Tradução Beatriz Perrone – Moisés; prefácio de Viveiros de Castro – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LARA, Ivone. **Alguém me avisou**. Sorriso Negro. 1981. Warner Music Brasil Ltda.

LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. **Processos de subjetivação da militância política do movimento dos trabalhadores rurais sem terra**. Revista Polis e psique, V.1, N 2, 2011.

LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. (organizadores). **Psicologia e contextos rurais**. Natal, RN: EDUFRN, 2013. 510 p.

LOUREIRO, A.; COSTA, C.; SANTANA, P. **Determinantes contextuais da Saúde Mental**. In: Dimenstein et al (Org.). *Condições de Vida e Saúde Mental em Contextos Rurais*. Intermeios, 2016, p.74-94.

MACEDO, J. P.; Silva, Kátya B. **Inserção e Trabalho de Psicólogas/os em Contextos Rurais: interpelações à Psicologia**. Revista de Psicologia, Fortaleza, v.8 n2, p. 146-154, jul./dez. 2017

MALDONADO-TORRES, N. **On the coloniality of Being: Contributions to the Development of a Concept**. *Cultural Studies*, V.21, n. 2-3, p 240-270, 2007.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Guerra y Salud Mental**. San Salvador: Universidad Centroamericana José Simeon Cañas, 1984.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais**. Organização, notas e tradução Fernando Lacerda Júnior. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2017.

MARTINS, K. O.; LACERDA JR, F. **A contribuição de Martín-Baró para o estudo da violência: uma apresentação**. Psicologia Política. Vol. 14. Nº 31. P. 569-589. SET. – DEZ. 2014.

MARTINS, S. T. F. **Processo grupal e a questão do poder em Martín-Baró**. "Psicologia & Sociedade; 15 (1): 201-217; jan./jun.2003

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Políticas de inimizade**. N-1 edições, 2020.

MINAYO, Maria Cecília S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11th ed. São Paulo: Hucitec; 2010. 407 p.

MOURA, J. F.; BARBOSA, V. N.; MARTINS, C. M.; BOMFIM, Z. A. C. **Psicologia e contextos rurais no Brasil: interlocuções com a psicologia comunitária**. In: *Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology (IJP)*. 2019, Vol., 53, Nº 2, p. 140-154.

MST. **Apresentação**. Disponível em: <<https://mst.org.br/quem-somos/>> . Consultado em: 05/10/2021.

MST. **Caderno de Formação em Saúde Popular – número 1**. Setor de Saúde do MST: 2022.

MST. **Quem somos**. Disponível em: <<https://mst.org.br/quem-somos/>> .

MST. **Rede de Combate à Violência Doméstica do MST/SP completa 3 anos e marcará presença na Feira**. 10 de maio de 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/05/10/rede-de-combate-a-violencia-domestica-do-mst-sp-completa-3-anos-e-marcara-presenca-na-feira/> . Acesso em: 05/07/2023.

NEPOMUCENO, B. B.; BARBOSA, M. S.; XIMENES, V. M.; CARDOSO, A. A. V. **Bem Estar Pessoal e Sentimento de Comunidade: Um estudo psicossocial da pobreza**. *Psicologia em pesquisa*, 11(1), 2017, p. 74-83.

NUÑEZ, G. D. **Monoculturas do pensamento e a importância de reflorestamento do imaginário**. *Revista ClimaCom - Diante dos Negacionismos [online]*, Campinas, ano 8, n. 21. novembro 2021.

OLIVEIRA, É. C. S. et al. **“Meu lugar é no cascalho”**: políticas de escrita e resistências. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 31, n. spe, p. 179-184, Dec. 2019.

ORTEGA, Francisco. **Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault**/ Francisco Ortega - Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

PIRRÓ, Juliana C. de F. **Cuidado integral em saúde mental do campo**: caminhos para um novo amanhecer [Internet] [Monografia (Residência Multiprofissional em saúde da Família com ênfase no campo)]. [Recife]: Universidade de Pernambuco (UPE): Faculdade de enfermagem Nossa Senhora das Graças; 2019.

POMPÉIA, J. A. Desfecho: encerramento de um processo. *Revista da Associação Brasileira de Daseinsanalyse*. 09, 31-43, 2000.

PRADO, M.; LARA JUNIOR, N. **Mística e a construção da identidade política entre os participantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil: um enfoque psicossociológico**. *Revista eletrônica de psicologia Política*, 1, (4), 2003.

ROCHA, M. C.; TCHALEKIAN, B. B. de A.; SILVA, L. C. S.; **Cuidados em Movimento: experiências com o MST em tempos de pandemia.** In: Fraturas expostas pela pandemia: conjugando juntas o verbo esperar. Volume II. FAPERJ; Edufpi, 2021.

ROSA, João G. **Grande Sertão: veredas** – “o diabo na rua, no meio do redemoinho..”.São Paulo: companhia das letras, 2019.

ROSA, L. A. **Potencial terapêutico da participação em movimentos sociais: um estudo a partir de militantes do MST.** Saúde & Transformação Social, ISSN 2178-7085, Florianópolis, v.8, n.1, p.72-83, 2017.

ROSA, L.; SILVA, A. P. **Sujeito político dramático: mudanças vivenciadas por uma militante do MST.** Psicologia e Sociedade, 27, (1), 2015.

ROTOLO, L.; DANTAS, A. C.; SILVA, E.; ALBUQUERQUE, P.; SILVA, J.; KNIERIM, G.; SANTOS, F.; GURGEL, I. **Saúde do Campo: reconstruindo as práticas de saúde junto aos movimentos sociais.** *No prelo.*

SANTOS, Boaventura S. **A cruel pedagogia do vírus.** Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, Boaventura S. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul.** 1 ed. Belo Horizonte; Autêntica Editora, 2019.

SANTOS, Boaventura S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** Novos Estudos: CEBRAP, 2007..

SANTOS, B. S.; MENESES Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Almedina/CES, 2ª edição, 2014.

SANTOS, Boaventura S. **Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul.** Revista Sociologias, 18(1), 24-56; 2016.

SAUER, S. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAWAIA, B. B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** Petrópolis: Vozes, 2001.

SEVERO, A. K. S.; L'ABBATE, S.; ONOCKO C., R. T. **A supervisão clínico-institucional como dispositivo de mudanças na gestão do trabalho em saúde mental.** Interface (Botucatu). 2014; 18(50):545-56.

SILVA, V.; NASCIMENTO, W. **Políticas do amor e Sociedades do Amanhã.** Voluntas: revista internacional de filosofia. UFSM: Santa Maria, v 10, 2019.

SILVEIRA, A. C. **Da janela para o mundo: uma narrativa contemporânea das namoradeiras**. Ana Cristina da Silveira; orientadora Luciana Beatriz Chagas; coorientador Paulo Henrique Caetano. – São João Del Rei, 2019. 95p.

SIMÕES, Bruno. **O trabalho da psicologia na luta por direitos coletivos dos povos indígenas: parecer psicossocial sobre os Xavante de Marãiwatsédé**. Revista Espaço Acadêmico, 21, 2021, 94-102.

SÓLON, P. **Reflexiones a Quema Ropa sobre Alternativas Sistémicas: Es posible el Vivir Bien?** Lera edición: 2016.

SOUZA, S. M.. **MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST): as contradições vivenciadas na produção sem a participação das mulheres negras**. Doutorado (em serviço social) - defendida no Programa de PósGraduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), PE. 2009

TCHALEKIAN, B. B. A.; ROSA, L. A.; COELHO, P. S. **Estudo Psicossocial sobre o Acampamento Marielle Vive**. *No prelo*, 48p.

WEDIG, J. C.; RAMOS, J. D. D. **Resistências camponesas em tempos de pandemia**. TESISITURAS V8 S1 JAN-JUN 2020. Pelotas – RS. 2020.

WERNECK, J. **Racismo Institucional e Saúde da População Negra**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação. Rio de Janeiro, RJ. Saúde Soc. São Paulo, v.25, n.3, p.535-549. 2016.

ZANELLO, Valeska. **Saúde Mental, Gênero e Dispositivos**. In: Dimenstein et al (Org.). *Condições de Vida e Saúde Mental em Contextos Rurais*. Intermeios, 2016, p. 223-246.